



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

HIGO MENDES DE SOUSA

**UMA ANÁLISE SOBRE A EFICÊNCIA DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO
DO TOCANTINS (2016 A 2019)**

**Palmas (TO)
2020**

HIGO MENDES DE SOUSA

**UMA ANÁLISE SOBRE A EFICÊNCIA DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO
DO TOCANTINS (2016 A 2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Thiago José Arruda de Oliveira

Palmas (TO)
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

S725a Sousa, Higo Mendes de.

Uma análise sobre a eficiência da Agência de Fomento do Estado do Tocantins (2016 a 2019). / Higo Mendes de Sousa. – Palmas, TO, 2020.
122 f.

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do Tocantins
– Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado)
Profissional em Gestão de Políticas Públicas, 2020.

Orientador: Thiago José Arruda de Oliveira

1. Desenvolvimento. 2. Agência de Fomento. 3. Análise Envoltória de Dados. 4. DEA. I. Título

CDD 350

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

HIGO MENDES DE SOUSA

UMA ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO
DO TOCANTINS (2016 A 2019)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins para obtenção do título de mestre.
Orientador(a): Dr. Thiago José Arruda de Oliveira.

Aprovada em 3/12/20.

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Thiago José Arruda de Oliveira (Orientador)


Prof. Dr. Autenir Carvalho de Rezende (Membro interno)


Prof. Dra. Lia de Azevedo Almeida (Membro externo)

RESUMO

Esta dissertação analisa a eficiência da Agência de Fomento do Estado do Tocantins no período de 2016 a 2019 utilizando a análise envoltória de dados (DEA). Como objetivos específicos, procurou-se analisar a eficiência da Agência de Fomento do Tocantins em relação as demais do Brasil durante o período citado, verificando em que medida os recursos operacionais (insumos ou *inputs*) dispendidos em suas atividades guardaram proporções com seus resultados finalísticos (produtos ou *outputs*); identificando também eventuais níveis de insumos que poderiam ser implementados para aumento da eficiência e cumprimento da sua missão institucional, uma vez que as Agências de Fomento são um dos instrumentos dos governos subnacionais para a promoção do desenvolvimento socioeconômico através do financiamento do empreendedorismo e de projetos de infraestrutura regionais. Para este trabalho foram definidas quatro variáveis, sendo dois *inputs* e dois *outputs*. Como *inputs* foram definidas as Despesas administrativas e o Patrimônio líquido somados às Captações junto a outras instituições. Como *outputs*, foram escolhidos a soma do total de Receitas geradas e os valores da Carteira de crédito pessoa jurídica, uma vez que o foco das agências de fomento é o estímulo ao desenvolvimento regional através da concessão de crédito. Os cálculos foram realizados pelo software chamado de SIAD v.3.0 (Sistema Integrado de Apoio à Decisão), desenvolvido por pesquisadores da UFF (Universidade Federal Fluminense). Os resultados apontaram um *score* de eficiência da Agência de Fomento do Tocantins abaixo da maioria das demais agências de fomento do país. Com a maior média do índice de Basileia do país, a Agência de Fomento do Tocantins não realizou praticamente nenhuma captação de recursos para empregar no impulsionamento do desenvolvimento em sua região de atuação. Outra questão também observada na Instituição é que a ascensão e manutenção de altos índices de despesa, aliada a uma trajetória descendente de geração de receitas, diluíram consideravelmente seu patrimônio durante o período analisado, o que pode colocar em risco a continuidade das atividades da instituição, uma vez que houve sucessivos prejuízos operacionais.

Palavras chaves: Desenvolvimento. Agência de Fomento. Análise envoltória de Dados (DEA).

ABSTRACT

This dissertation analyzes the efficiency of the Tocantins State Development Agency in the period from 2016 to 2019 using the data envelopment analysis (DEA). As specific objectives, we sought to analyze the efficiency of the Tocantins Development Agency in relation to the others in Brazil during the period mentioned, verifying to what extent the operational resources (inputs or inputs) spent on its activities kept proportions with its final results (products or outputs); It also identifies possible levels of inputs implemented to increase efficiency and fulfill its institutional mission since development agencies are one of the instruments of subnational governments for promoting socioeconomic development through the financing of entrepreneurship and projects of regional infrastructure. For this work, four variables were defined, two inputs and two outputs. As inputs, administrative expenses and shareholders' equity were added to the funding from other institutions. As outputs, the sum of the total Revenues generated and the values of the Corporate loan portfolio were chosen, since the focus of the development agencies is to stimulate regional development through the granting of credit. The calculations were performed using software called SIAD v.3.0 (Integrated Decision Support System), developed by researchers from UFF (Universidade Federal Fluminense). The results showed an efficiency score for the Agência de Fomento do Tocantins below that of most other development agencies in the country. With the highest average of the Basel index in the country, the Tocantins Development Agency did practically no fundraising to use to boost development in its region of operation. Another issue also observed at the Institution is that the rise and maintenance of high expenditure rates, coupled with a downward trend in revenue generation, considerably diluted its assets during the period analyzed, which can jeopardize the continuity of the institution's activities, since there were successive operating losses.

Keywords: Development. Development Agency. Data Envelopment Analysis (DEA).

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa do Tocantins	44
Figura 2 – Organograma do Novo Banco de Desenvolvimento ou Banco Brics	51
Figura 3 – Instrumento de Atuação das agências de Fomento	62
Figura 4 – Organograma da Agência de Fomento do Tocantins	65
Gráfico 1 – Composição do PIB do Tocantins	41
Gráfico 2 – Municípios com maior número de empregos formais na indústria-2019	43
Gráfico 3 – Distribuição das Indústrias por Porte - 2019.....	43
Gráfico 4 – Empresas Ativas do Tocantins-2019	44
Gráfico 5 – <i>Score</i> de eficiências das Agências de Fomento em 2016	69
Gráfico 6 – <i>Score</i> de eficiências das Agências de Fomento em 2017	78
Gráfico 7 – <i>Score</i> de Eficiência das Agências de Fomento em 2018	87
Gráfico 8 – <i>Score</i> de Eficiência das Agências de Fomento em 2019	95
Gráfico 9 – Evolução dos percentuais de eficiência no período de 2016 a 2019	103
Gráfico 10 – Histórico de prejuízos da Agência de Fomento do Tocantins 2016 a 2019	106
Gráfico 11 – Evolução do Capital próprio da Instituição durante os anos de 2016 a 2019 ...	107
Gráfico 12 – Histórico de valores do patrimônio no período analisado	107
Gráfico 13 – Receitas da Agência de Fomento do Tocantins 2016-2019.....	109
Gráfico 14 – Despesas da Agência de Fomento do Tocantins 2016-2019	109
Quadro 1 – Resumo dos Inputs e Outputs.....	21
Quadro 2 – Sínteses das dimensões do conceito de desenvolvimento.....	26
Quadro 3 – Empresas ativas em 15 municípios do Tocantins, 2017 a 2019.....	42
Quadro 4 – Instituições financeiras estatais extintas	59
Quadro 5 – Configuração das Instituições financeiras após o PROES.....	60
Quadro 6 – Benchmarks 2016	71
Quadro 7 – Benchmarks 2017	80
Quadro 8 – Benchmarks 2018	88
Quadro 9 – Benchmarks 2019	96
Quadro 10 – Resumo, em termos percentuais, do score de Eficiência das Agências de Fomento no período analisado	102
Quadro 11 – Índice de Basileia das Agências de Fomento no período sob análise.....	104

Quadro 12 – Visão Geral das Agências de Fomento do Brasil	105
Quadro 13 – Efeito dos prejuízos no Capital Integralizado da Instituição	106
Quadro 14 – Demonstração dos Resultados do Exercício da Agência de Fomento.....	108
Quadro 15 – Receitas e Despesas da Agência de Fomento do Tocantins (2016 a 2019)	108

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Agência de Fomento de Alagoas S. A. (eficiência: 0,719403)	72
Tabela 2 – Agência de Fomento de Goiás S. A. (eficiência: 0,939905).....	73
Tabela 3 – Agência de Fomento do AMAPÁ S. A. (eficiência: 1,000000)	73
Tabela 4 – Agência de Fomento do Estado do Mato Grosso S. A. (eficiência: 1,000000) ..	73
Tabela 5 – Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S. A. (eficiência:0,564134)	74
Tabela 6 – Agência de Fomento do Estado de Roraima S. A. (eficiência:0,270541)	74
Tabela 7 – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S. A. - BADESC (eficiência: 1,000000)	74
Tabela 8 – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S. A. - AFEAM (eficiência: 1,000000)	75
Tabela 9 – Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S. A. (eficiência: 0,795736) ...	75
Tabela 10 – Agência de Fomento do Estado do Tocantins S. A. (eficiência: 0,665826)	75
Tabela 11 – Agência de Fomento do Paraná S. A. (eficiência: 0,958141).....	76
Tabela 12 – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S. A. (eficiência: 1,000000).....	76
Tabela 13 – Agência de Fomento do Piauí S. A. – Piauí Fomento (eficiência: 0,579975)	76
Tabela 14 – Badesul Desenvolvimento S. A. – Agência de Fomento (eficiência: 1,000000)	77
Tabela 15 – Agência de Fomento do Estado da Bahia S. A. (eficiência: 0,874192)	77
Tabela 16 – DESENVOLVE SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S. A. (eficiência: 1,000000).....	77
Tabela 17 – Agência de Fomento de Alagoas S.A (eficiência: 0,697286).....	81
Tabela 18 – Agência de Fomento de Goiás S. A. (eficiência: 0,861255).....	81
Tabela 19 – Agência de Fomento do Amapá S. A. (eficiência: 1,000000)	82
Tabela 20 – Agência de Fomento do Estado do Mato Grosso S. A. (eficiência:1,000000) ...	82
Tabela 21 – Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S. A. (eficiência: 0,611095) ...	82
Tabela 22 – Agência de Fomento do Estado de Roraima S. A. (eficiência: 0,204561)	83
Tabela 23 – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S. A. - BADESC (eficiência: 1,000000)	83
Tabela 24 – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S. A. – AFEAM (eficiência: 1,000000)	83
Tabela 25 – Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S. A. (eficiência: 0,786547)	84
Tabela 26 – Agência de Fomento do Estado do Tocantins S. A. (eficiência: 0,433069).....	84
Tabela 27 – Agência de Fomento do Paraná S. A. (eficiência: 0,980738).....	84

Tabela 28 – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S. A. (eficiência: 1,000000).....	85
Tabela 29 – Agência de Fomento do Estado do Piauí S. A. – Piauí Fomento (eficiência: 0,596784).....	85
Tabela 30 – BADESUL DESENVOLVIMENTO S. A. – Agência de Fomento/RS (eficiência: 1,000000).....	85
Tabela 31 – DESENBAHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S. A. (eficiência: 0,798372).....	86
Tabela 32 – DESENBAHIA – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S. A. – (eficiência: 1,000000).....	86
Tabela 33 – Agência de Fomento de Alagoas S. A. – (eficiência: 0,571275).....	89
Tabela 34 – Agência de Fomento de Goiás S. A. – (eficiência: 0,791446).....	89
Tabela 35 – Agência de Fomento do Amapá S. A. – (eficiência: 0,996667).....	89
Tabela 36 – Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S. A. – (eficiência: 1,000000)	90
Tabela 37 – Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S. A. – (eficiência: 1,000000)	90
Tabela 38 – Agência de Fomento do Estado de Roraima S. A. – (eficiência: 0,206552).....	90
Tabela 39 – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S. A. – BADESC (eficiência: 1,000000).....	91
Tabela 40 – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S. A. – AFEAM (eficiência: 1,000000).....	91
Tabela 41 – Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S. A. (eficiência: 0,521373) .	91
Tabela 42 – Agência de Fomento do Estado do Tocantins S. A. (eficiência: 0,421581).....	92
Tabela 43 – Agência de Fomento do Estado do Paraná S. A. (eficiência: 0,882523).....	92
Tabela 44 – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S. A. (eficiência: 0,940193).....	92
Tabela 45 – Agência de Fomento do Estado do Piauí S. A. – Piauí Fomento (eficiência: 0,394192).....	93
Tabela 46 – BADESUL DESENVOLVIMENTO – Agência de Fomento/RS (eficiência: 1,000000).....	93
Tabela 47 – DESENBAHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia (eficiência: 0,937541).....	93
Tabela 48 – DESENVOLVE SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo (eficiência: 1,000000).....	94
Tabela 49 – Agência de Fomento de Alagoas S. A. (eficiência: 0,424254).....	97
Tabela 50 – Agência de Fomento de Goiás S. A. (eficiência: 0,649643).....	97
Tabela 51 – Agência de Fomento do Amapá S. A. (eficiência: 0,827251).....	97

Tabela 52 – Agência de Fomento do Estado do Mato Grosso S. A. (eficiência: 1,000000) ..	98
Tabela 53 – Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S. A. (eficiência:0,775683)	98
Tabela 54 – Agência de Fomento do Estado de Roraima S. A. (eficiência:0,158561)	98
Tabela 55 – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S. A. – BADESC (eficiência: 1,000000)	99
Tabela 56 – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S. A. – AFEAM (eficiência: 1,000000)	99
Tabela 57 – Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S. A. (eficiência: 0,622247)	99
Tabela 58 – Agência de Fomento do Estado do Tocantins S. A. (eficiência: 0,493858)	100
Tabela 59 – Agência de Fomento do Paraná S. A. (eficiência: 0,843886)	100
Tabela 60 – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S. A. (eficiência: 0,596380)	100
Tabela 61 – Agência de Fomento e Des. Do Estado do Piauí S. A. – Piauí Fomento (eficiência: 0,413427)	101
Tabela 62 – BADESUL S. A. - Agência de Fomento R/S (eficiência: 1,000000)	101
Tabela 63 – DESEMBAHIA- Agência de Fomento do Estado da Bahia S. A. (eficiência: 0,722928)	101
Tabela 64 – DESEOLVE SP- Agência de Fomento do Estado de São Paulo S. A. (eficiência: 1,000000)	102

LISTA DE SIGLAS

ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
AUDIN	Auditoria Interna
BACEN	Banco Central do Brasil
BASA	Banco da Amazônia
BCC	Banker, Charnes e Cooper
BDs	Bancos de Desenvolvimentos
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Corporação Andina de Fomento
CCR	Charnes, Cooper e Rhodes
CDC	Crédito Direto ao Consumidor
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
COFIS	Conselho Fiscal
CONAD	Conselho de Administração
COSIF	Plano de contas das instituições do Sistema Financeiro Nacional
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
DASP	Divisão Administrativa do Serviço Público
DEA	Análise Envoltória de Dados
DIRAF	Diretoria Administrativa e Financeira
DIREX	Diretoria Executiva
DIROP	Diretoria Operacional
<i>DMU's,</i>	<i>Decision Making Units</i>
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
EPP	Empresas de Pequeno Porte
ETENE	Escritório Técnico de Estudos do Nordeste
FCO	Fundo de Financiamento do Centro-Oeste
FDNE	Fundo de Desenvolvimento do Nordeste

FINOR	Fundo de Investimentos do Nordeste
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNE	Fundo de Financiamento do Nordeste
FNM	Fábrica Nacional de Motores
FNO	Fundo de Financiamento do Norte
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ME	Micro empresas
MEI	Micro e pequenos empreendedores ou nos microempreendedores individuais
NBS	Novo Banco de Desenvolvimento do Brics
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEG	Programa de Ação Econômica
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRESI	Presidência
PROES	Programa de Incentivo à Redução da Participação do Setor Público Estadual na atividade Financeira do Setor Bancário
RAET	Regime de Administração Temporária
RFC	Reconstrucion Finance Corporation
SEFAZ-TO	Secretaria da Fazenda do Tocantins
SEPLAN-TO	Secretaria do Planejamento do Tocantins
SIAD	Sistema Integrado de Apoio à Decisão
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFF	Universidade Federal Fluminense

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Objetivos	15
1.1.1	Objetivo Geral.....	15
1.1.2	Objetivos específicos.....	15
1.2	Justificativa.....	15
2	METODOLOGIA.....	18
2.1	Procedimento empíricos e banco de dados	20
2.2	Descrição da investigação.....	22
3	PERSPECTIVA SOBRE O DESENVOLVIMENTO.....	23
3.1	Conceitos sobre o Desenvolvimento	23
3.2	A dimensão econômica do Desenvolvimento	23
3.3	A dimensão política do Desenvolvimento	24
3.4	A dimensão social do Desenvolvimento	25
3.5	A dimensão ambiental do Desenvolvimento	26
3.6	Desenvolvimento como progresso para o bem-estar humano.....	26
4	DESENVOLVIMENTO NO BRASIL VERSUS DESIGUALDADES.....	29
4.1	Desenvolvimento econômico no Brasil.....	29
4.2	Elementos históricos da constituição dos monopólios estatais no caso brasileiro	30
4.3	O Plano de Obras e Equipamentos (1944 a 1946)	32
4.4	O Plano SALTE (1949-1953).....	33
4.5	Programa de Metas (1956-1961)	34
4.6	O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965).....	35
4.7	Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964 a 1966).....	35
4.8	O Plano Decenal (1967-1976) e o PED (1968-1970).....	37
4.9	Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (1972-1986).....	38
4.10	Crises e instabilidades provocadas por um Estado como o brasileiro	38
4.11	Economia do Tocantins	40

5	ABORDAGEM SOBRE INSTITUIÇÕES DE FOMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO	45
5.1	Banco Mundial (BIRD)	45
5.1.1	Racionamento de Crédito.....	47
5.1.2	Mercados incompletos ou inexistentes	48
5.1.3	Divergências entre retorno social e retorno privado.....	48
5.2	Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) ou Banco Brics	49
5.3	Banco CAF.....	51
5.4	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).....	53
5.5	O Banco do Nordeste do Brasil (BNB).....	55
5.6	O Banco da Amazônia S. A. (BASA).....	57
5.7	Transformação do Sistema Financeiro Nacional e a Criação das Agências de Fomento	58
5.8	Agências Estaduais de Fomento	61
5.9	Agência de Fomento no Tocantins	64
5.9.1	Estrutura Organizacional da Agência de Fomento do Tocantins	64
5.9.2	Estrutura de Governança da Agência de Fomento do Tocantins	66
5.9.3	Linhas de Atuação	66
6	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	69
6.1	Eficiência das Agências de Fomento em 2016.....	69
6.2	Metas de Implementação para Eficiências 2016.....	72
6.3	Eficiência das Agências de Fomento em 2017.....	78
6.4	Metas de Implementação para Eficiências 2017.....	81
6.5	Eficiência das Agências de Fomento em 2018.....	86
6.6	Metas de Implementação para Eficiências 2018.....	89
6.7	Eficiência das Agências de Fomento em 2019.....	94
6.8	Metas de Implementação para Eficiências 2019.....	97
6.9	Resultados da Agência de Fomento do Tocantins no período em análise	106
7	CONCLUSÃO	110
	REFERÊNCIAS.....	113
	ANEXOS.....	120

1 INTRODUÇÃO

Analisar o papel desempenhado, bem como o funcionamento das agências internacionais, nacionais e subnacionais de financiamento de políticas e projeto de desenvolvimento é extremamente importante no sentido de se ampliar as alternativas e possibilidades que podem contribuir para o desenvolvimento econômico e social (STEPHANOU, 2005). Conhecer quem são, como operam e quais os projetos que apoiam, mostra-se como um possível caminho na implementação do desenvolvimento econômico e do bem estar de uma sociedade.

Dentre as instituições criadas para apoiar e financiar políticas e projetos de Desenvolvimento, têm-se os Bancos de Desenvolvimentos (BDs). O histórico dos Bancos de desenvolvimento remonta ao fim da segunda guerra mundial com a instituição do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que tinha a finalidade de ajudar na reconstrução dos países devastados pela guerra.

Com o tempo o foco do BIRD mudou, e essa mudança residiu no fato de que a disseminação do progresso e o desenvolvimento econômico eram objetivos que constavam expressos na própria Declaração das Nações Unidas, firmada por representantes de 26 nações em 1942. Posteriormente, em uma segunda fase do pós guerra, a instituição passou a dar ênfase, não somente na reconstrução, mas no desenvolvimento dos países. Com isso passou a financiar maciçamente projetos de infraestrutura, como a construção de barragens, redes elétricas, sistema de irrigação e estradas (WORLD BANK, 2019).

Apesar das primeiras Agências de Desenvolvimento Regional terem aparecido na Europa do pós-guerra, foi no período da crise industrial da década de 70 que elas foram forçadas a buscar alternativas para regiões com menor grau de desenvolvimento (SANTOS, 2011).

Tanto o BIRD a nível internacional, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criado em 1952, são instituições financeiras que têm papéis fundamentais no fomento ao desenvolvimento econômico e social dos países. Segundo Griffith-Jones e Ocampo (2018), são 550 Bancos de Desenvolvimentos (BDs) atuando, não só em países emergentes, mas também em países desenvolvidos.

A importância dos BDs se deve a um papel salutar que desempenham nos ganhos de eficiência alocativa que eles podem promover (GREENWALD; STIGLITZ, 1986). A eficiência alocativa ocorre nas hipóteses em que o mercado em si não é capaz de fazer alocações sem prejudicar outros setores: são as chamadas falhas de mercado.

Como exemplo de falha de mercado, poderíamos citar situações de racionamento de crédito, mercados incompletos ou divergências entre retorno social e retorno privado. Quando algumas dessas ocorrem, as instituições privadas limitam ou restringem sua oferta de créditos, daí a importância das instituições públicas preencherem essas lacunas e fomentar projetos que induzam ao desenvolvimento (ALBURQUERQUE *et al.*, 2018).

No Brasil, em nível subnacional, temos as chamadas Agências Financeiras de Fomento também conhecidas como Agências de Fomento ou Agências de Desenvolvimento que são instituições financeiras não bancárias, geralmente definidas como organismos cuja finalidade é promover e auxiliar o desenvolvimento de determinada zona territorial (ELOY, 1999).

Entre os potenciais benefícios oriundos das Agências Financeiras de Fomento há o financiamento para projetos de infraestrutura, micro e pequenos negócios, como também aos profissionais liberais. Ou seja, é uma parceira na contribuição do desenvolvimento econômico e social através do financiamento de recursos aos empreendimentos das regiões de sua influência, partindo do pressuposto de que a geração de emprego e renda provinda dos beneficiários alavanca o desenvolvimento e melhora a qualidade de vida das pessoas.

No Tocantins, a Agência de Fomento foi constituída sob forma de sociedade anônima de economia mista de capital fechado, criada em 2002 pela Lei Estadual n.º 1298, tendo como acionista majoritário o Estado do Tocantins. Sua importância se traduz em sua missão institucional, que é funcionar como instrumento de apoio ao crédito de projetos de infraestrutura, micro e pequenos negócios, profissionais liberais, e demais atividades econômicas que colaboram com o desenvolvimento local. Além disso, ela também pode firmar convênios com instituições de pesquisas, nacionais e internacionais, públicas ou privadas e efetuar repasses oriundos de outras instituições de Fomento.

Dentre os propósitos das Agências de Fomento está a viabilização e o apoio a investimentos que gerem renda, emprego e competitividade nos diversos segmentos da economia da área de sua influência, principalmente aqueles incentivados pelo crédito diferenciado, o que impulsiona a instalação e manutenção de negócios, alinhada com o Plano de Governo e com as necessidades e potencialidades locais.

Não se encontram na literatura trabalhos que façam uma abordagem mais aprofundada sobre o desempenho da Agência de Fomento no Estado do Tocantins, e em razão disso, esta pesquisa se propôs a analisar a atuação da instituição e a sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico no Tocantins, escolhendo para isso os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019, anos de vigência de um PPA (Plano Plurianual de governo). Trata-se de uma amostra interessante para análise, pois abarca um ciclo governamental em que houve discussão,

elaboração e execução de um plano de governo. Ressalta-se também o fato de que esse período representa aproximadamente 30% (trinta por cento) da existência da instituição, que foi inaugurada em outubro de 2005. Por ser o período mais recente, possibilita uma avaliação mais próxima e atualizada da atuação da instituição.

A hipótese norteadora deste trabalho se apresenta na seguinte perspectiva: a Agência de Fomento tem apresentado deficiências em dar efetividade a realização de seus objetivos institucionais em decorrência da ausência de captação de recursos junto às instituições de fomento nacionais, e percentual de despesas administrativas operacionais elevadas em relação às suas receitas operacionais.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo da pesquisa foi avaliar o desempenho da Agência de Fomento do Estado do Tocantins no período de 2016 a 2019 utilizando a análise envoltória de dados (DEA).

1.1.2 Objetivos específicos

- Analisar de forma geral a atuação da Agência de Fomento do Estado do Tocantins em relação às demais do Brasil no período de 2016 a 2019;
- Avaliar em que medida os recursos operacionais (insumos) dispendidos nas atividades da Agência de Fomento do Tocantins guardam proporções com seus resultados finalísticos;
- Identificar eventuais níveis de insumos a serem implementados para se promover a eficiência e cumprir com sua missão institucional.

1.2 Justificativa

A discussão acerca do papel do Estado e do mercado na economia é um caminho que naturalmente se percorre quando se estudam os processos e os fenômenos do desenvolvimento. No entanto, é salutar conhecer as bases e o arcabouço teórico que fundamenta os vários pontos de vista acerca deste debate, embora muitas vezes eles se apresentem de forma antagônica.

Há correntes de pensamento, fundamento no pensamento de Adam Smith (1723-1790), que criticam a atuação e o papel interventor do Estado na economia, sob a justificativa de que essa interferência prejudica a livre iniciativa, inibe a competitividade econômica, o desenvolvimento tecnológico, a diminuição dos custos de produção e, por consequência, infere negativamente nos preços e na inflação.

Outras correntes, com fundamento em John Maynard Keynes (1883-1946), acreditam que o livre mercado simplesmente é incapaz de promover a justiça social, pois em uma sociedade capitalista pode haver o agravamento de situações de desigualdade, opressão e exploração dos indivíduos que, sem a intervenção do Estado, poderiam ser mais agudas.

A história tem mostrado ainda que, basta surgir uma crise de maiores proporções para que a necessidade da “mão bem visível do Estado” seja requisitada para socorrer a economia (REBÊLO, 2010). Os exemplos são vastos, basta olharmos para as crises de 1929, de 2008 (MAZZUCHELLI 2008) e, recentemente, de 2020. Nelas a necessidade da atuação estatal foi salutar para socorrer o sistema econômico e evitar consequências maiores (GIBRAN *et al.* 2020).

Dentre os vários objetivos do Estado está a busca do bem comum. A dignidade da pessoa humana é um valor supremo da democracia (DA SILVA, 1998), assim como a busca do interesse coletivo através da efetivação da justiça Social é um dever do Estado que deve estar acima dos interesses individuais.

A nível nacional, o Estado brasileiro dispõe de uma gama de instrumentos de atuação para intervir na economia, de forma a buscar a mitigação das desigualdades ocasionadas pelo sistema capitalista. A atuação estatal direta muitas vezes se dá através de empresas e bancos estatais; e a indireta, por meio de políticas monetárias, fiscais e/ou regulatórias.

A busca pelo progresso e, por consequência, pelo desenvolvimento econômico e social é um dos objetivos da república brasileira, traduzido no lema da bandeira. No entanto, nem todos conhecem ou têm acesso aos mecanismos dispostos pelo aparelho estatal para auxiliar e até mesmo viabilizar esses objetivos, e uma importante ferramenta é a informação, que vem com enfoque em determinados temas e instituições, que são criadas especificamente para certos propósitos, como as instituições de fomento que tem sua atuação nas diversas esferas, internacionais, nacionais, estaduais ou até mesmo municipais.

No Tocantins o setor de serviços abarca 72% da atividade econômica, sendo a construção civil e o comércio os setores que mais empregam. A geração de emprego no comércio está fortemente concentrada nos micro e pequenos empreendedores ou nos microempreendedores individuais (MEI), e são eles, em sua maioria, que promovem o

desenvolvimento a nível local, por isso a importância de se compreender os caminhos para fomentar suas atividades.

A justificativa deste trabalho é a necessidade de compreensão sobre a eficiência da atuação da Agência de Fomento no Tocantins, que é um dos instrumentos de que dispõe os governos subnacionais na implementação do desenvolvimento socioeconômico, através do financiamento do empreendedorismo e de projetos de infraestrutura regionais. Este estudo se torna ainda mais relevante neste contexto de pandemia do COVID-19, onde se veem esforços conjuntos de organismos internacionais, esferas de governos e dos vários segmentos sociais na busca de soluções que ajudem a minimizar os efeitos da crise, principalmente sobre as camadas mais vulneráveis da sociedade. Outra questão que reforça a importância deste estudo é a pouca abordagem em trabalhos acadêmicos acerca da temática que abrange o papel e as possíveis contribuições das agências de fomento em seus territórios de influência.

A mensuração da eficiência da atuação da Agência de Fomento é importante, pois permite averiguar as suas contribuições e deficiências, e assim, apontar alternativas para os melhoramentos ou aperfeiçoamentos destas instituições.

2 METODOLOGIA

Para a análise da eficiência da atuação das Agências de Fomento foi utilizada a Análise Envoltória de Dados (DEA), que consiste em um método não paramétrico de avaliação da eficiência relativa, das chamadas *DMU's*, sigla em inglês para *Decision Making Units*, que nada mais é do que Unidades Tomadoras de Decisão.

De acordo com Senra *et al.* (2007), por ser um método totalmente objetivo e não precisar da opinião do decisor, o desenvolvimento e a aceitação do DEA vem aumentando a cada ano. São dois os modelos mais utilizados da metodologia DEA. Um deles é conhecido como CCR, a razão dessa sigla é o nome de seus autores: Charnes, Cooper, Rhodes (1978). O outro modelo é o BCC, a sigla também faz referência às letras iniciais de seus autores: Banker, Charnes e Cooper (1984).

O diferencial dos dois modelos reside nos retornos de escala de cada um. No modelo CCR, parte-se do pressuposto de que haja, entre insumos e produtos, retornos constantes de escala.

$$\text{Eficiência} = \frac{\text{Produtividade atual da unidade}}{\text{Prod. Máxima que pode ser alcançada}}$$

Já no modelo BBC, há distinção de eficiência técnica e de escala. Nesse modelo é possível estimar a eficiência técnica pura a uma certa escala. O Modelo BCC permite identificar a correta utilização de recurso à operação da *DMU*.

Na DEA são utilizadas técnicas de programação linear para calcular um índice de eficiência, levando em consideração combinações entre as variáveis, insumos/produtos. O índice assume o valor de um (1) para as unidades cuja produtividade é melhor, e menos de um (1) se combinações alternativas de insumos/produtos são indicadas como menos eficientes. Assim, o método define unidades de referência para cada observação, o que permite calcular os aumentos de produtos ou diminuição de insumos necessários para que a atuação seja otimizada (LOLLI, 2016).

Segundo Zhu (2000), o método é um dos mais adequados instrumentos para avaliar a eficiência, em comparação com as ferramentas tradicionais, isso porque a utilização da DEA auxilia na fundamentação das recomendações gerenciais das *DMU's* avaliadas. Inclusive, é um modelo bastante utilizado para medir os fatores que influenciam os desempenhos das gestões de patrimônio de companhias.

A DEA fornece a eficiência de cada unidade, considerando a eficiência das demais, por isso, o seu caráter relativo é considerado como outra característica relevante da solução. A eficiência relativa de cada *DMU* é definida como a razão da soma ponderada de seus produtos (*outputs*) pela soma ponderada dos insumos necessários para gerá-los (*inputs*) (SENRA *et al.*, 2007).

Este trabalho optou por utilizar o modelo CCR orientado aos *outputs*. Nessa orientação, o modelo maximiza as saídas, mantendo inalteradas as entradas (MELLO *et al.*, 2005). O objetivo é avaliar a maximização dos produtos gerados no processo. E a razão da escolha decorre da natureza das variáveis empregadas. Nesse modelo h_0 representa por quanto todos os produtos devem ser multiplicados, mantendo-se constantes os recursos para a *DMU* atingir a fronteira eficiente. Vemos que h_0 é, então, um número maior que 1 (provoca incremento no valor dos *outputs*), pelo que a eficiência é $1/h_0$. No caso do modelo CCR, as duas orientações fornecem o mesmo valor de eficiência, no entanto, com λ 's diferentes.

Figura 1 – Modelo CCR orientado a outputs

(1)

Max h_0
Sujeito a

$$x_{j0} - \sum_{k=1}^n x_{ik} \lambda_k \geq 0, \forall i$$

$$-h_0 y_{j0} + \sum_{k=1}^n y_{jk} \lambda_k \geq 0, \forall j$$

$$\lambda_k \geq 0, \forall k$$

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mello *et al.* (2005).

Em (1), h_0 é a eficiência ($h_0 = 1/Eff_0$) e λ_k é a contribuição da *DMU k* na formação do alvo da *DMU*₀.

A equação (2) mostra o modelo DEA CCR orientado a *outputs*, na forma fracionária. Já em (3), o modelo é apresentado linearizado.

Nos dois $h_0 = 1/Eff_0$.

Figura 2 – Modelo DEA CCR orientado a outputs, na forma fracionária e linearizado

$$\begin{aligned}
 & \text{(2)} \\
 & \text{Min } h_0 = \left(\frac{\sum_{i=1}^r v_i x_{i0}}{\sum_{j=1}^s u_j y_{j0}} \right) \\
 & \text{Sujeito a} \\
 & \frac{\sum_{i=1}^r v_i x_{i0}}{\sum_{j=1}^s u_j y_{j0}} \geq 1, \forall k \\
 & u_j, v_i \geq 0, \forall k, i \\
 & \text{(3)} \\
 & \text{Min } h_0 = \sum_{i=1}^r v_i x_{i0} \\
 & \text{Sujeito a } \sum_{j=1}^s u_j y_{j0} = 1 \\
 & \sum_{j=1}^s u_j y_{jk} - \sum_{i=1}^r v_i x_{ik} \leq 0, \forall k \\
 & u_j, v_i \geq 0, \forall j, i
 \end{aligned}$$

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mello *et al.* (2005).

2.1 Procedimento empíricos e banco de dados

Para este trabalho foram definidas quatro variáveis, sendo dois *inputs* e dois *outputs*. Essas variáveis representam basicamente os insumos e produtos oriundos das atividades das Agências de Fomento.

Como *inputs*, foram definidas as despesas administrativas, de pessoal e tributárias extraídas da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) para cada ano. Outro *input* foi o valor do Patrimônio líquido (recurso próprio da instituição, representado pelo capital integralizado mais as variações de lucro ou prejuízo durante os exercícios financeiros) somado às Captações (volume de recursos captados) junto a outras instituições de fomento, como Bancos. Estas podem ser nacionais, internacionais ou até mesmo Fundos constitucionais, uma vez que as agências de fomento podem intermediar linhas de crédito dessas instituições e são proibidas de fazer captações do público em geral. Essas captações podem representar recursos

intermediados pelos fomentos a fim de alavancar o desenvolvimento regional através do financiamento de linhas de crédito específicas ou projetos de médio ou grande vulto. Esses dois *inputs* são os principais insumos utilizados pelos fomentos para realizar seus objetivos, estão ligados diretamente à geração de resultados da instituição.

Já como *outputs*, foram escolhidos a soma do total de Receitas geradas (Receitas de intermediação financeiras, Rendas de prestação de serviços, rendas de tarifas bancárias ou outras receitas) pelas Agências e os valores registrados na Carteira de crédito de pessoa jurídica.

E a razão da escolha da geração dessas receitas como *outputs* é que elas é um dos mecanismos que viabilizam a continuidade do negócio. Quanto aos valores registrados na Carteira de crédito pessoa jurídica, foram escolhidos pelo foco de atuação das agências de fomento que é o estímulo ao desenvolvimento regional, através da concessão de crédito às fontes geradoras de emprego e renda, que na sua grande maioria, são pessoas jurídicas, principalmente micro e pequenos empreendimentos, através do microcrédito orientado para capital fixo e de giro.

Os dois *outputs*, portanto, representam os produtos finais das Agências de Fomento, e é essa a razão da escolha. Ressaltamos que esses dados são oriundos do plano de contas do Contas do Sistema Financeiro (COSIF), que é o plano de contas das instituições do Sistema Financeiro Nacional. As normas consubstanciadas no COSIF têm por objetivo uniformizar os registros contábeis dos atos e fatos administrativos praticados, de modo que as demonstrações financeiras elaboradas expressem com fidedignidade e clareza, a real situação econômico-financeira da instituição e conglomerados financeiros.

Quadro 1 – Resumo dos Inputs e Outputs

<i>INPUTS</i>	<i>OUTPUTS</i>
Despesas Administrativas de Pessoal e tributária (<i>Input 1</i>)	Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços + Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)

Fonte: Elaboração própria (2020).

Os dados da pesquisa foram consolidados após serem extraídos dos relatórios contábeis do banco de dados do *ifdata do bacen*,¹, que constam nos anexos A, B, C, D1, D2 deste trabalho. O *Ifdata* é uma base de dados onde são concentradas todas as informações das instituições financeiras que estão sob a supervisão do Banco Central do Brasil.

¹ Esses dados estão disponíveis em: <https://www3.bcb.gov.br/ifdata/> Acesso em: 20 jan. 2021.

Outra fonte complementar de informação foi o site do Banco Data², o qual concentra vários relatórios das instituições financeiras com a finalidade de facilitar a análise delas.

2.2 Descrição da investigação

Para o cálculo desses valores no modelo CCR orientado aos *outputs*, utilizou-se o software chamado de SIAD v.3.0 (Sistema Integrado de Apoio à Decisão), que foi desenvolvido por pesquisadores da UFF (Universidade Federal Fluminense)³ e é uma ferramenta para a avaliação de eficiência da produtividade baseada em DEA.

Para se ter uma visão geral da eficiência da Agência de Fomento do Tocantins, os mesmos *inputs* e *outputs* de todas as demais 16 (dezesesseis) Agências de Fomento do Brasil, extraídos do *ifdata do bacen*, foram processados no SIAD v.3.0, mostrando assim o *score* de eficiência de todas elas, seus respectivos *Benchmarks* e as metas de implementação necessárias para que se aproximassem da fronteira de eficiência de sua respectiva referência (*Benchmarks*). Esse procedimento foi realizado para cada ano do período em análise.

Uma outra questão analisada foi o índice de Basileia⁴, extraído de todas as Agências de Fomento, em relação ao período analisado, uma vez que ele indicava o nível de capital de terceiros (captações) empregado pelas Agência de Fomento no cumprimento de sua missão institucional.

Para se ter uma melhor visão do período, os dados foram processados e analisados, ano a ano, sendo os resultados demonstrados por quadros e gráficos.

Por fim, como o foco era a Fomento tocantinense, foi realizada uma análise pormenorizada da evolução de seus resultados operacionais, principalmente os elementos que constituíram os *inputs* e *outputs* utilizados para analisar a sua eficiência a partir da DEA. Apesar do DEA apresentar diversas complementariedades de cálculos que permitem classificar, comparar e analisar a eficiência das chamadas *DMU's*, como por exemplo a fronteira invertida, composta e composta normalizada, este trabalho optou por se ater a análise a partir da fronteira padrão, por entender que essa perspectiva é suficiente para dar uma visão sobre a atuação das agências de fomento nos períodos analisados, principalmente a do Tocantins.

² Esses dados estão disponíveis em: <https://bancodata.com.br/> Acesso em: 20 jan. 2021.

³ O software está disponível em: <http://www.professores.uff.br/joaocsmello> Acesso em: 20 jan. 2021.

⁴ Esses dados estão disponíveis em: <https://bancodata.com.br/> Acesso em: 20 jan. 2021.

3 PERSPECTIVA SOBRE O DESENVOLVIMENTO

3.1 Conceitos sobre o Desenvolvimento

Ao realizar uma análise sobre o conceito de desenvolvimento, um primeiro problema torna-se evidente: é a frequente confusão entre os termos “desenvolvimento” e “crescimento”. Ao analisarmos a literatura especializada, entendemos que esses conceitos não têm o mesmo significado, isto porque o conceito de “crescimento” remete quase que exclusivamente à esfera econômica, não estando, portanto, nele inseridos elementos fundamentalmente importantes como o ecológico, o social, o cultural e o territorial aspectos salutares ao desenvolvimento pleno dos indivíduos de uma sociedade (SANTOS *et al.*, 2012).

Segundo Santos *et al.* (2012), o conceito de Desenvolvimento originou-se na biologia e foi empregado como processo de evolução dos seres vivos, em que um organismo se desenvolve ao passo que avança rumo a sua maturidade biológica. Esse termo oriundo da biologia foi transferido para o contexto social nas últimas décadas do século XVII com o chamado darwinismo social. A percepção de que o progresso, a expansão e o crescimento não ocorriam em todas as sociedades humanas, mas apenas em algumas sociedades europeias, deram a tais o status de sociedades desenvolvidas.

Com o passar dos anos, e a depender do contexto em que for inserida a palavra Desenvolvimento, passou-se a ter diversos outros significados associados a ela. Muito embora o conceito possa ser aplicado de forma multidimensional, a sua relevância no contexto do capitalismo se destaca em quatro dimensões de análise, as quais trataremos abaixo, sendo elas: política, econômica, social e ambiental (SANTOS *et al.*, 2012). Em seguida, faremos uma abordagem sobre o desenvolvimento como progresso para o bem-estar humano.

3.2 A dimensão econômica do Desenvolvimento

Pensadores dos séculos XVII e XIX, como Adam Smith (1723-1790), Thomas Malthus (1766-1834), David Ricardo (1772-1823) e Karl Marx (1818-1883) apresentaram o desenvolvimento como um fenômeno importante para a consolidação do sistema capitalista.

Em seu livro intitulado *A Riqueza das Nações*, Smith (1776) preconizava que o desenvolvimento de um país viria através da satisfação dos interesses individuais de forma espontânea. Esse modelo basicamente partia do pressuposto de que o homem vivia para a troca, ou se tornaria um mercador em algum momento. Partindo daí, sempre procuraria produzir mais,

motivado principalmente pelo desejo de obter lucro, e o excedente da reprodução se tornaria um benefício para a sociedade como um todo. Nessa perspectiva, o indivíduo ao buscar seu próprio interesse estaria promovendo, mesmo que esse não fosse seu objetivo primeiro, o desenvolvimento econômico de toda a sociedade, e esse fenômeno ficou conhecido como a *mão invisível* do mercado.

A obra de Adam Smith teve um papel fundamental na delimitação da esfera econômica, principalmente pela natureza específica de sua filosofia moral e maneira pela qual a economia foi concebida como um campo de estudo com suas particularidades. Entretanto, para muitos, a teoria econômica de Smith permaneceu intimamente ligada à sua filosofia moral (CERQUEIRA, 2004).

Santos *et al.* (2012), fazendo uma abordagem da contribuição de Karl Marx sobre o conceito de desenvolvimento ressalta que, em sua visão, o conceito de “mais-valia” ocupa um lugar central na teoria do desenvolvimento econômico. Isso porque, a acumulação de capital dos capitalistas era decorrente da “mais-valia”. Esta surge basicamente das relações sociais de produção entre o capital e o trabalho. Trazendo isso para um sentido macro, ou seja, em âmbito de nações, segundo Marx, as economias modernas e industriais surgem a partir de um período que ele denominou como “acumulação primitiva de capital”. Nessa fase, algumas nações acumulariam determinada quantidade de capital para financiar o seu desenvolvimento econômico.

Partindo dessas premissas, a fase de acumulação seria o período do mercantilismo, destinado à industrialização de países centrais. Então, da industrialização de países centrais estabelece-se a relação centro e periferia, ou seja, o país desenvolvido e dominante explora o não desenvolvido. Desta perspectiva, Marx via no imperialismo e no desvio do excedente, a razão maior para o subdesenvolvimento, e a única forma de escapar dessa situação seria através de uma revolução.

Como observado nas duas abordagens, o desenvolvimento concebido no campo da economia está focado na ideia da acumulação de riqueza e na expectativa de que o futuro guarde em si a promessa de maior bem-estar (FURTADO, 1988).

3.3 A dimensão política do Desenvolvimento

O desenvolvimento apresenta-se como uma rede de conceitos que podem estar diretamente associada ao conjunto de adjetivos. Podem ser traduzidos em expressões como local, integrado, sustentável, territorial, bem como endógeno e exógeno, a depender das forças

propulsoras (internas ou externas). Podem ser concebidos como global, regional, local, dependendo da escala geográfica ou ainda humano, econômico, político, ambiental, a depender das dimensões sociais (SANTOS *et al.*, 2012).

Independente da categoria de análise, o desenvolvimento na perspectiva da dimensão política apresenta-se ao mesmo tempo como uma ideologia e uma utopia do mundo ocidental. Ele está relacionado a um sistema de crenças organicamente atrelado a redes institucionais constituídas (BM (Banco Mundial), FMI (Fundo Monetário Internacional), ONU (Organizações das Nações Unidas), OMC (Organização Mundial do Comércio)), operando como um sistema de classificação de povos, sociedades e regiões (SANTOS *et al.*, 2012).

Segundo Faé (2014), o conceito de Nação de certa forma corroborou com a articulação do conceito de desenvolvimento, principalmente a partir das décadas de 50 e 60, quando havia diversas razões estratégicas para isso. No entanto, o autor ressalta que é necessário compreender, através dos fatos e das especificidades de cada Nação, quais estratégias particulares adequadas se aplicam para o desenvolvimento de cada uma.

3.4 A dimensão social do Desenvolvimento

Segundo Santos *et al.* (2012), os esforços para se estudar o subdesenvolvimento e, conseqüentemente a pobreza, deram origem às várias outras teorias de desenvolvimento, e neste caso, o conceito de desenvolvimento passou a ser relacionado também com o grau em que são satisfeitas as necessidades humanas. A relação ampliou a discussão com outros campos de conhecimento como a Sociologia, a Ciência Política e a Antropologia, tornando-se um contraponto ao modelo de desenvolvimento que enfatizava apenas o avanço no sistema de produção, acumulação e progresso técnico, restrita ao pensamento da Economia.

Pensar o desenvolvimento, a partir de então, deveria ir além do crescimento econômico e dos seus indicadores quantitativos. Era preciso intensificar as ações de valorização dos seres humanos através de um sistema de proteção ao cidadão, daí a configuração do Estado de Bem Estar Social.

Os governos e os organismos internacionais passaram a inserir mecanismos para aferição dos índices de desenvolvimento social, e desde 1990 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vem acompanhando a performance dos países e de suas políticas públicas, por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), desenvolvido pelos economistas Amartya Sen e MahbubulHaq.

3.5 A dimensão ambiental do Desenvolvimento

O modelo de desenvolvimento sustentável parte de uma visão de que a relação homem-natureza pode acontecer de forma equilibrada. Cuidar do meio ambiente não é apenas garantir a sobrevivência da fauna, da flora, do solo, do ar, mas é garantir a convivência de todos os fatores que compõem o meio, quer sejam bióticos, abióticos, humanos ou não-humanos. A partir da visão exposta, o desenvolvimento e o meio ambiente são inseparáveis, trazendo a lume o conceito de desenvolvimento sustentável, que significa basicamente a proposição de um desenvolvimento que responda às necessidades atuais sem comprometer as gerações futuras.

Para De Sousa (2010), o ambientalismo tem um importante papel na construção do conceito de desenvolvimento sustentável, e os movimentos ambientais têm uma relevante função no compartilhamento desse conceito. Desenvolvimento, assim, continua sendo um conceito ambíguo e difuso, ou seja, um conceito cujos contornos não estão nitidamente ou estaticamente definidos (SIEDENBERG, 2004).

Quadro 2 – Sínteses das dimensões do conceito de desenvolvimento

DIMENSÃO	SIGNIFICADO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO
A dimensão econômica do Desenvolvimento	Nesta perspectiva o desenvolvimento é abordado como um ideia de acumulação de riqueza na expectativa de um futuro de maior bem-estar.
A dimensão política do Desenvolvimento	Nesta visão o desenvolvimento é apresentado como uma ideologia e uma utopia do mundo ocidental, relacionado ao sistema de crenças atrelado a redes institucionais constituídas como (BIRD, FMI, ONU, OMC etc.).
A dimensão social do Desenvolvimento	O desenvolvimento é visto além do crescimento econômico e seus indicadores quantitativos, pois a valorização do ser humano é colocada em evidência e aferida através de indicadores de qualidade de vida como o IDH.
A dimensão Ambiental do Desenvolvimento	Nesta dimensão emerge o conceito de desenvolvimento sustentável, onde o desenvolvimento significa respostas às necessidades atuais sem comprometer as gerações futuras

Fonte: Elaboração própria a partir do trabalho de Santos *et al.* (2012).

3.6 Desenvolvimento como melhoria do bem-estar humano

O desenvolvimento e o subdesenvolvimento são processos simultâneos, que se condicionam e interagem mutuamente, cuja expressão geográfica concreta se revela na dicotomia da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) entre centro e

periferia (GAMA; BARACHO, 2014). Quando não ocorre nenhuma transformação social ou no sistema produtivo, não se está diante de um processo de desenvolvimento, mas da simples modernização. O desenvolvimento econômico e social, com a eliminação das desigualdades, pode ser considerado como a síntese dos objetivos histórico-nacionais.

Filippim, Rossetto e Hermes (2005) salientam que nem todo crescimento gera necessariamente desenvolvimento, pois quando restrito somente ao aspecto econômico, o crescimento tende a provocar danos ao meio ambiente, a aumentar as desigualdades sociais e as disparidades regionais; ou seja, não é sustentável em longo prazo.

Comin e Freire (2009) argumentam que processos de desenvolvimento não podem ser entendidos apenas em termos quantitativos, por meio das taxas de crescimento. Sendo indispensável compreender também, como os mecanismos de enraizamento social imprimem características qualitativamente distintas ao crescimento, mensuráveis tanto por seus impactos presentes (distribuição e aproveitamento dos ganhos), como pela sua capacidade de sustentação em longo prazo.

Milone (1998) afirma que para se caracterizar o desenvolvimento deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita, Produto Interno Bruto (PIB) e PIB *per capita*, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte dos indivíduos.

Bresser-Pereira (2008) conceitua o desenvolvimento sob um viés econômico e o define como sendo um processo de acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital, resultando nessa junção, no aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitantes e, conseqüentemente, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma sociedade.

O desenvolvimento, sob qualquer ponto de vista, deve trazer como consequência do crescimento econômico, a melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações” da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social como redução da pobreza, desemprego, das desigualdades, melhoria das condições de saúde, alimentação, educação e moradia (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998, p. 205).

Nesse sentido, Amartya Sen (1993) aponta para a necessidade de conceber o desenvolvimento como uma combinação de distintos processos, ao invés de concebê-lo como a expansão de uma magnitude aparentemente homogênea, tal como a renda real ou a utilidade. Para ele, as coisas que as pessoas consideram valiosas fazer ou ser, podem ser muito diversas,

e as capacidades valiosas variam desde a liberdade elementar, tais como livrar-se da fome e da desnutrição, até capacidades complexas, tais como a obtenção do autorrespeito e a participação social.

Maranhão (2009), fazendo uma abordagem sobre a compreensão de Stiglitz, traz a visão do desenvolvimento como estratégia de transformação da sociedade, o que não é alcançado somente com soluções técnicas, como supunham alguns, mas que requer mudanças nas formas de pensar, também nas organizações econômicas e sociais.

O desenvolvimento de uma sociedade requer disposição, com visão de mundo, crenças, valores, moral, com concepções éticas, estéticas e ontológicas que produzem efeitos inegáveis nos comportamentos, nas escolhas, nas decisões e ações dos indivíduos dessa sociedade (BIRKENER; BAZZANELLA, 2013). Portanto, a compreensão do conceito de desenvolvimento não pode estar atrelada somente aos indicadores econômicos, ela deve, acima de tudo, estar atrelada aos indicadores de qualidade de vida e felicidade da sociedade.

4 DESENVOLVIMENTO NO BRASIL VERSUS DESIGUALDADES

4.1 Desenvolvimento econômico no Brasil

Nas abordagens sobre o desenvolvimento econômico, um dos temas sempre lembrado é o papel do Estado nesse processo. No caso brasileiro, alguns elementos históricos que podem explicar sua tardia consolidação como Estado-nacional, possivelmente expliquem o estágio de desenvolvimento em que o país se encontra (GIACOMONI, 2010, p. 23).

Na América Latina e no Brasil, entre 1950 e 1970, como consequência das experiências de desenvolvimento a convite da industrialização induzida, a hegemonia do pensamento nacional-desenvolvimentista trouxe consigo a discussão sobre a importância do Estado como agente planejador e empreendedor do desenvolvimento econômico. Já nas décadas de 1980 e 1990, no contexto das crises das dívidas internas, externas e da inflação interna, o pensamento liberal-conservador restringiu o debate à atuação do Estado como alocador ineficiente de recursos, cuja ação devia estar estrita à ação regulatória (BIESLCHOWSKY; TORRES, 2018).

No entanto, as transformações na geopolítica e na geoeconomia, aliadas às incertezas deste contexto, trouxeram de volta temas clássicos, mas com novos fundamentos. O pensamento da CEPAL mais atual, trata da importância de regimes políticos democráticos com enfoque em consensos políticos que sejam capazes de enfrenar as desigualdades e os privilégios promovendo a igualdade e a sustentabilidade.

Segundo Nozaki (2018), o pensamento estruturalista da América Latina, nas últimas sete décadas, formatou um modelo teórico e político aos problemas nos países de origem colonial e de industrialização tardia. Trata-se de um pensamento que teve origem ou se inspirou nas formulações da CEPAL, que interpretou a divisão internacional do trabalho através das restrições externas, da precariedade nos acordos de troca e na ausência de núcleos internos de desenvolvimento tecnológico e financeiro, que por fim, apresentou a industrialização induzida como projeto de Estado e de Nação capaz de superar os impasses produtivos e tecnológicos (ROTTA, 2017).

Sendo a luta contra as desigualdades econômicas e segregações sociais um projeto civilizatório de sociedade, a ser planejado e perseguido, o Estado, agora, passa a ser pensado não apenas nas indicações das aspirações de sua necessidade, mas a partir de suas funções e instituições no processo de desenvolvimento capitalista (DWECK; ROSSI, 2019).

Vencer as limitações, tanto as externas quanto as internas próprias do capitalismo subdesenvolvido, requer que se faça face aos obstáculos inerentes à construção de um projeto modernizante de desenvolvimento, industrialização e urbanização.

Segundo Nozaki (2018 p.54), no caso do Brasil:

[...] a teoria do Estado foi ainda abordada pelos formuladores da doutrina de segurança nacional, em uma importação maniqueísta da visão geopolítica norte-americana da Guerra Fria, e também pelos teóricos da public choice, em uma adesão simplista da visão geoeconômica do neoliberalismo.

Para Nozaki (2018), Caio Prado Júnior, em suas obras, trata a formação moderna brasileira como uma parte do nascimento do capitalismo central, a partir da lógica do desenvolvimento desigual e combinado. Afirma também que a bibliografia atribui a formação do Estado brasileiro, associando-o ao conceito de patrimonialismo. Incluindo nesse conceito abordagens sobre o patriarcalismo, o patronato, o privatismo, o clientelismo, o corporativismo, o fisiologismo, dentre vários outros.

O autor explica que a ideia primeira de patrimonialismo tem sua gênese em Weber (1864-1920), que se referia a uma forma de dominação de cunho familiar e pessoal que fora antecedente à formação do capitalismo e das burocracias, e que, portanto, esse conceito não foi bem empregado no debate.

Nozaki (2018) ressalta ser mais realista tratar o envolvimento do público e privado como uma característica do capitalismo que ocorre não só no Brasil, mas no mundo de uma forma geral, e isso é verificado pela promoção de interesses empresariais junto a agentes públicos. Para ele, o problema não é o envolvimento da esfera pública com a privada, mas a forma como ocorre. Em suas palavras,

[..] o que pode afrontar princípios republicanos, que devem ser preservados, são os métodos empregados e os arranjos institucionais criados, por lei ou costume, para garantir que alguns indivíduos ou grupos sociais tenham acesso privilegiado aos detentores de poder a ponto de influenciar e orientar as principais decisões em seu benefício. Não haveria economia de mercado dos EUA à China, passando por Inglaterra, França, Alemanha, Rússia, Japão ou Coréia, sem que houvesse a imbricação entre interesses políticos e interesses empresariais (NOZAKI, 2018, p. 56).

4.2 Elementos históricos da constituição dos monopólios estatais no caso brasileiro

Antes de abordarmos os aspectos desenvolvimentistas, se faz necessária uma compreensão histórica do Estado brasileiro em seu processo constitutivo, em suas dimensões

como Estado soberano, quais sejam seus monopólios: o monopólio do Território, das armas, das moedas e dos impostos.

As clássicas relações entre Estado, capital e industrialização são complementadas por conexões entre os problemas da guerra, moeda e mercantilização. Nessa senda há uma incessante cumplicidade entre os gestores do poder e das armas e os administradores do dinheiro e dos títulos.

Nesse arcabouço, para que o poder nacional se expanda internacionalmente ele precisa de moedas, e para que as moedas nacionais tenham valor internacionalmente elas precisam estar garantidas por sistemas creditícios e bancários. Mas para que esses sistemas tenham liquidez é preciso que, no limite, eles estejam lastreados por títulos da dívida pública reconhecidos internacionalmente, mas esses títulos da dívida pública só podem ser garantidos se forem subsidiados nacionalmente por tributos e impostos (NOZAKI, 2018, p. 57).

A conquista da unidade territorial brasileira é fruto dos embates travados para a manutenção do Império a partir de 1835, que culminaram na anexação e aquisição dos últimos estados, já na República em 1904. No que se refere às armas, o Exército Brasileiro só se consolidou plenamente ao longo da Guerra do Paraguai (entre 1864 e 1871).

No que diz respeito à moeda, o empenho para se criar um sistema organizado de créditos e títulos se originou com a instituição do primeiro Banco do Brasil (em 1808), mas só se consolidou com a criação do Banco Central em 1964.

Quanto aos impostos, embora houvesse uma estrutura arcaica de arrecadação o, *a priori* baseada em impostos de exportação e importação, foi com a instituição do imposto de renda em 1922 que se caminhou rumo à modernização do fisco, que teve sua plena organização e capacidade técnica concluída em 1966, tal como conhecemos hoje (Nozaki, 2018).

Analisando todo o contexto do processo histórico do Estado brasileiro, podemos entender, do ponto de vista do capitalismo, algumas das razões que dificultavam o seu desenvolvimento, uma vez que, durante o período de 1808 a 1966, ele apresentava uma estrutura estatal carente da plenitude de seus principais monopólios.

Mendes (2004) argumenta que dos anos 1940 a 1980, o Brasil passou por um modelo de desenvolvimento que recebeu inúmeras designações, tais como: nacional-desenvolvimentista, de substituição de importações, estatal-intervencionista, entre outras. A industrialização brasileira “é profundamente influenciada por uma nova ordem mundial em que o Estado e o planejamento são colocados como elementos centrais do desenvolvimento econômico”.

Dentre os esforços brasileiro para promover o desenvolvimento através de uma matriz global e decisória, podemos destacar: O Plano de Obras e Equipamentos; o Plano Salte; Programa de Metas; O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social; Programa de Ação Econômica (PAEG); O Plano Decenal; Programa Estratégico de Desenvolvimento; e os Planos Nacionais de Desenvolvimento. Sem querer se aprofundar muito no assunto, pois há vários trabalhos que o fazem, passaremos a discorrer brevemente sobre cada um desses planos procurando compreender, mesmo que de forma sucinta, o que representaram para o desenvolvimento econômico da nação.

4.3 O Plano de Obras e Equipamentos (1944 a 1946)

Uma das primeiras experiências brasileiras de planejamento no sentido de se direcionar esforços para o desenvolvimento econômico e social nacional foi Plano de Obras e Equipamentos. Ele teve um antecessor, que de certa forma contribuiu para sua concepção, chamava-se Plano Especial de Obras, e tinha por finalidade preparar o governo do Brasil para as necessidades decorrentes da Guerra de 1939-1945. Para alguns, o Plano Especial de Obras deve ser considerado mais como um mecanismo político-administrativo de defesa do que propriamente como uma ferramenta de desenvolvimento econômico-social (E SOUSA, 2012).

O Plano de Obras e Equipamentos foi beneficiado pela experiência de seu antecessor, uma vez que pode contar com seu legado técnico e administrativo, e sob esse aspecto tirou proveito. O Plano foi idealizado também sob a luz do referencial técnico absorvido das missões norte-americanas, conhecidas como Missão Taub (1942) e a Missão Cooke (1943), e teve fortes características desenvolvimentistas, uma vez que nele as ações do Estado se orientavam pelo planejamento, eram indutoras, produtoras, financiadoras de indústrias-base. E foi no contexto de sua vigência que emergiram efetivamente companhias como a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), que já havia sido constituída em 1942, a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) idealizada por Getúlio Vargas, mas que veio a operar efetivamente no governo do presidente Eurico Gaspar Dutra em 1946, e a FNM (Fábrica Nacional de Motores) (E SOUSA, 2012).

O foco do Plano de Obras e Equipamentos estava na realização de obras públicas de infraestrutura a serem executadas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, e na criação de indústrias básicas capazes de iniciar a integração do processo industrial brasileiro (E SOUSA, 2012).

Esse plano demonstrou, na verdade, a conscientização do governo brasileiro quanto a sua vulnerabilidade econômica, uma vez que o país tinha uma infraestrutura imprópria para a

promoção da integração do mercado interno. Outra questão problemática prevista a ser enfrentada era a dependência da indústria nacional, do fornecimento da indústria básica estrangeira, que à época estava focada no esforço de guerra. O plano que era para ser quinquenal, teve uma duração de dois anos, sendo profundamente alterado em 1945 e extinto em 1946 (E SOUSA, 2012).

4.4 O Plano SALTE (1949-1953)

Convencido de que os grandes problemas brasileiros poderiam ser agrupados em quatro grandes categorias (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia — de cujas iniciais se formou a palavra Salte), o governo decidiu por organizar seus recursos de forma racional para orientá-los através de um programa quinquenal de inversões, a que deu o nome de *Plano Salte* (E SOUZA, 2012).

O Plano entrou em execução em 1949, no final do governo Dutra. Cada setor abarcado pelo Plano Salte recebeu uma acurada análise, sendo propostos programas específicos para cada um dos problemas constatados.

No setor de Saúde verificou-se graves problemas como fome crônica, elevado índice de mortalidade infantil e de probabilidade de morte dos adultos de mais de 30 anos de idade, além de precariedade de recursos disponíveis em pessoal médico e paramédico, assim como de leitos hospitalares. Nesse aspecto, o Plano SALTE objetivava elevar o nível sanitário da população, sobretudo a rural, combatendo fundamentalmente as endemias e moléstias (E SOUZA, 2012).

No setor de Alimentação, o plano entendia ser importante conceder recursos para o consumo e para o comércio. A proposta do programa previa uma série de medidas ligadas ao processo de produção de alimentos, assistência social e profissional aos trabalhadores bem como a concessão de crédito aos produtores.

No setor de Transporte, foi incluída a construção de ferrovias, de acordo com o Plano Nacional de Viação, abrangendo também as rodovias do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e do Plano Rodoviário, o reaparelhamento dos portos, a melhoria das condições de navegabilidade dos rios, o aparelhamento da frota marítima e a construção de oleodutos.

No setor de Energia, as principais propostas eram lavras e industrialização do petróleo e do gás natural; investigação das reservas de linhita, turfa, xistos pirobetuminosos e areias betuminosas; intensificação e barateamento da produção do carvão-de-pedra nacional; racionalização e redução progressiva do consumo de lenha e seu derivado, o carvão vegetal; reflorestamento e estímulo à silvicultura; exploração intensiva dos recursos hidráulicos;

aplicação da eletricidade, sempre que possível, no aquecimento, bem como na tração ferroviária e urbana, e criação de instituições técnicas experimentais, incumbidas de estudar a melhor utilização das fontes energéticas nacionais (E SOUZA, 2012).

O Plano seria custeado pelas receitas ordinárias da União, empréstimo de divisas contraído pelo Banco do Brasil, operações de crédito interno sob a forma de emissão de obrigações do Tesouro e, finalmente, por parte da receita do Fundo Rodoviário Nacional e da Contribuição de Melhoria. O esquema financeiro inicialmente previsto não se efetivou, aliado a outras dificuldades de ordem técnica, acabou-se por inviabilizar o plano em sua totalidade. A função de liquidante do Plano Salte coube ao diretor da Divisão de Orçamento e Organização do Departamento de Administração do Serviço Público DASP (E SOUZA, 2012).

4.5 Programa de Metas (1956-1961)

O programa de metas foi a tentativa de implantação de um mínimo de racionalidade e coerência nas ações do Poder Executivo, que pretendia basicamente combater de forma integrada os grandes problemas que o processo desordenado de desenvolvimento econômico havia produzido. Tratou-se de uma coletânea de planos setoriais autônomos (CAMPOS, 2007).

Como planejamento econômico, o plano buscava atacar os pontos de estrangulamento do sistema, criando focos de germinação induzida. Ele representava o resultado da aplicação dos estudos feitos por organismos técnicos criados por governos anteriores ao de Juscelino Kubitschek e o único Programa de Governo, até então, em que era possível falar de "experiência" de planejamento, já que se beneficiou do esforço prévio de dois grupos técnicos, sendo eles o da *Comissão Mista Brasil-Estados Unidos* e o *Grupo Misto Cepal-Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE)*.

O Acordo Brasil-Estados Unidos foi firmado em 19 de dezembro de 1950, com o objetivo de estudar os chamados *pontos de estrangulamento* da economia brasileira. Ele produziu uma série importante de estudos de diagnóstico e de prospectiva setorial, que foram publicados em 17 volumes contendo 41 macroprojetos considerados prioritários para o desenvolvimento econômico brasileiro (CAMPOS, 2007).

Quanto ao grupo misto Cepal-BNDE, tratou-se de um convênio entre o BNDE e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a fim de realizar Estudos de diagnóstico. E foi basicamente o resultado de seus estudos que viabilizou boa parte do programa de metas (CAMPOS, 2007)..

O Programa de metas representou um mínimo de racionalidade no planejamento governamental. Do período de 1956 a 1961, o país experimentou um considerável crescimento econômico pautado pelo desenvolvimento industrial engendrado pelas diretrizes do Plano, com o crescimento médio de 5,1% (CAMPOS, 2007).

4.6 O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965)

O *Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social* foi elaborado em fins de 1962 pelo ministro Celso Furtado. O objetivo era constituir a base da ação governamental para o triênio 1963-1965. Era um plano de transição econômica e estavam previstas, em seu âmbito, a realização das chamadas “reformas de base” (administrativa, bancária, fiscal e agrária), e ainda, o reescalonamento da dívida externa.

O *Plano Trienal* visava à manutenção de uma taxa elevada de crescimento do produto nacional, redução gradativa da pressão inflacionária, redução do custo social do desenvolvimento, melhor distribuição de seus benefícios e redução das desigualdades regionais e de níveis de vida (MELLO E SOUZA, 2012).

O plano falhou em seu duplo objetivo de vencer a inflação e promover o desenvolvimento. Suas falhas são atribuídas, dentre outras coisas, às políticas contraditórias, como por exemplo a reforma fiscal para elevação das receitas tributárias que acabou inibindo o investimento privado; a redução dos gastos públicos via diminuição dos subsídios ao trigo e ao petróleo, mas com política de recuperação salarial; atração de recursos no mercado de capitais, sem contudo ter uma regulação adequada e sem remuneração compensatória da inflação; visava também atrair recursos do exterior em um contexto de crescente nacionalismo e hostilidade ao capital estrangeiro, etc. ou seja havia muitas contradições que dificultavam sua efetiva execução (DE ALMEIDA, 2007).

4.7 Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) (1964 a 1966)

O Programa de Ação Econômica do Governo (*Paeg*) foi um conjunto de diretrizes de política econômica unificadas para atingir certos objetivos estabilizadores. Foi uma respostas ao problemas econômicos da metade dos anos 1960. O *Paeg* apresentou inovações importantes na experiência brasileira, que podem ser consideradas progresso.

Dentre tais experiências podemos destacar a tentativa de introduzir coerência no uso instrumental da política econômica, seguindo linhas harmônicas e não conflitantes, ao contrário

do que fez seu antecessor, principalmente nos aspectos de políticas salariais, creditícias, monetárias, fiscais e cambiais, objetivando assim, a redução da inflação, do déficit governamental e do desequilíbrio na balança de pagamentos, além de aumentar a capacidade do governo de se financiar através da arrecadação tributária da União, de forma a viabilizar os investimentos com os recursos realmente existentes, sem ter que para isso emitir papel moeda.

Outra questão também importante no PAEG foi a reforma na estrutura da Administração Pública. O Paeg, mesmo não alcançando suas metas, logrou um nível razoável de estabilização econômica e efetuou uma importante reforma no Estado, com destaque às áreas gerencial e orçamentária. É importante salientar que foi nessa época a consolidação da formação de uma espécie de aliança tácita entre militares e tecnocratas (que envolveu diplomatas, igualmente) e que se prolongaria durante todo o período autoritário e mais além. Essa união deixaria marcas no posterior funcionamento do Estado brasileiro, em especial no aspecto de seu peso fiscal e em suas responsabilidades de induzir, regular e promover o desenvolvimento do país. E foi a partir desse período, até o final da era militar, que grande parte da responsabilidade pela condução das atividades econômicas, focadas no processo de industrialização, foi atribuída à área do planejamento (DE ALMEIDA, 2007).

É importante ressaltar que na década de 1960 a economia brasileira foi modernizada, baseada no crescimento econômico, concentração de renda e riqueza, no contexto do autoritarismo político do regime militar e no conservadorismo social. Na época do chamado “milagre econômico”, de 1967 a 1974, dentre alguns fatos que ocorreram, na economia segundo Nozaki, podemos destacar:

[..] a ampliação do crédito ao consumidor, a ampliação do gasto público, o avanço do crédito habitacional, a alavancagem do investimento privado, entre outras medidas que permitiram a avanço da indústria de bens de consumo duráveis, do setor de serviços e até mesmo do setor agrícola. Todas elas, entretanto, dinamizadas por instrumentos de ação estatal como políticas de conteúdo local e de compras governamentais, além do complexo de empresas estatais, fundamentais para a ampliação dos níveis de investimento. (NOZAKI, 2018, p.65)

Segundo Cano (2004), nessa época a economia brasileira apresentou as mais elevadas taxas de crescimento industrial. À base da política econômica que fora gestada logo após o golpe de 1964, foi sendo adicionada uma política de elevados subsídios às importações de bens de capital, que baratearam sobremodo a acumulação de capital produtivo.

A pirâmide social à época era basicamente formada por um topo que tinha um pequeno conjunto de capitalistas, banqueiros e industriais. A classe média alta era formada de profissionais em busca da qualificação baseada na formação superior, e a classe média baixa de

operários à procura de especialização. Na base da pirâmide, milhares de famílias de trabalhadores, migrantes comuns e cidadãos pobres de diversas partes do país.

Segundo Curi *et al.* (2015, p. 34), a classe média era formada basicamente por:

[..] administradores, gerentes, chefes, auxiliares de escritório, economistas e contadores, técnicos em contabilidade, lojistas, médicos, dentistas e enfermeiros com ensino superior, auxiliares na área de saúde, professores primários, secundários e superiores, engenheiros e arquitetos e seus auxiliares, funcionários das forças armadas e defensoria pública etc.

Não obstante esse período de prosperidade, posteriormente, o Brasil experimentou um modelo com uma tendência estrutural para excluir a grande massa da população dos benefícios econômicos e tecnológicos.

Isso porque no Brasil, em um primeiro momento, havia uma visão de que seria necessário crescer primeiro para repartir depois, ou seja, essa visão impossibilitou a preponderância do bem-estar social no país, uma vez que o benefício do crescimento, quando ocorria, não era usufruído pela maioria. A análise era de que o modelo brasileiro concentrava renda e promovia a heterogeneidade social (MENDES, 2004).

4.8 O Plano Decenal (1967-1976) e o PED (1968-1970)

O Plano Decenal compreendia um “plano de perspectiva”, no qual se estabeleciam metas e se formulava uma “estratégia decenal de desenvolvimento. Não apresentava uma programação rígida para a década, mas abrangia o estudo prospectivo do consumo e orientava os investimentos federais acima de outros programas que viessem a ser elaborados pelas administrações do período. Criou um estilo normativo inteiramente novo no país, com os orçamentos básicos setoriais sob controle do governo central e a indicação das providências institucionais a serem adotadas por meio de orçamento programa. Definiu a revolução pela educação e a consolidação da política habitacional lançada pelo Paeg.

A médio prazo, o governo elaborou o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) para o período de 1968-1970, que enfatizava as metas setoriais defendidas no Plano Decenal. Ele consistia, numa primeira fase, em diretrizes de política econômica e setoriais, com alguns vetores de desenvolvimento regional. Ele objetivava um projeto nacional de desenvolvimento. O Plano admitia a crescente participação do setor estatal na economia brasileira, via concentração de investimentos em áreas ditas estratégicas, em geral na infraestrutura.

Embora não contrário ao capital estrangeiro o PED visualizada a necessidade do Estado nos chamados setores vazios da economia, tendo em vista, não permitir a hegemonia do capital estrangeiros em setores considerados estratégicos para o país. Para Roberto Campos ele representou mais objetivos gerais, diretrizes, do que propriamente compromissos com determinadas metas quantitativa (DE ALBUQUERQUE, 2017).

4.9 Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (1972-1986)

O I PND (1972-1974) não foi necessariamente um documento de planejamento metódico nos moldes clássicos. Não continha diagnósticos detalhados e não se propunha ao cumprimento de programação no aspecto setorial nem regional. Mas ainda assim apresentou metas globais e setoriais a atingir. Como sua execução ocorreu em um período de grande euforia e crescimento, suas metas foram quase todas atingidas e algumas foram até mesmo superadas.

Quanto ao II PND (1975 a 1979), ele foi concebido já sob os primeiros efeitos da crise do petróleo sobre a economia brasileira, não estabelecendo metas. Para sua elaboração foram utilizados indicadores sócios-econômicos gerais. Não houve comprometimento de recursos, os programas de investimento apresentados eram para ser revistos anualmente conforme os desdobramentos reais da economia, que dependiam do contexto e da leitura das prioridades surgidas, ressalta-se que no período de 1974 a 1979 houve flutuação drástica na economia.

Já o III PND (1980 a 1985) foi concebido apenas como um documento de políticas de desenvolvimento sem nenhuma tentativa de quantificação, e se firmou mais com tendência gerencial do que programática da técnica do planejamento. Nesse contexto, um alto nível de controle e ingerência governamental acabou inibindo e restringindo as ações dos atores econômicos privados na economia (DE ALBUQUERQUE, 2017).

4.10 Crises e instabilidades provocadas por um Estado como o brasileiro

Na década de 80 o país passou por diversos planos econômicos de estabilização, cujo objetivo primordial era combater a inflação mantendo níveis de produção e emprego. Em 1985, o plano cruzado passou a vigorar, tendo como sua principal ação o congelamento dos preços com o fulcro de levar o índice da inflação próximo a zero. Como não houve sequência da política econômica, a economia do país retornou ao estado anterior.

Outro plano fracassado no mesmo período foi o Plano de Controle Macroeconômico, que havia estabelecido limites para atuação do Estado como regulador do processo. No entanto,

o Estado voltou a atuar como agente produtor e consumidor rompendo a fronteira preestabelecida.

Em 1991 nós tivemos no Brasil um programa econômico de redução de oferta monetária a partir da retenção de cruzados em limites prefixados pelo governo e transformando os cruzados em circulação em cruzeiro par a par (MORAN, 1993). Por fim, em 1993, o governo adotou o Programa de Estabilização Econômica que ficou conhecido como Plano Real, cujo principal objetivo era a desindexação da economia, pois no entendimento do governo, políticas macroeconômicas com economia indexada resultam em altos custos, tanto na área econômica quanto na área social (BACHA, 1997).

O Plano Real se alicerçou em três etapas, sendo elas:

- a) Estabelecimento do equilíbrio das contas governamentais, com o fito de eliminar o déficit público, principal causa da inflação;
- b) Instituição da unidade real de valor (URV);
- c) Conversão da URV em Real, fato esse que ocorreu em julho de 1994.

Após a estabilização inflacionária, a agenda macroeconômica do país se estabeleceu em três pilares, sendo eles o da política monetária, cambial e fiscal, traduzindo em controle da inflação, câmbio flutuante e superávit primário das contas públicas.

Não obstante terem se passado mais de vinte anos desde a implantação do plano real, a economia do Brasil, tem sido conduzida com juros elevados, exportações de baixa intensidade tecnológica do outro lado da balança as importações de bens eram de alta intensidade tecnológica, exatamente o oposto. Aliado a tudo isso a submissão ao interesse dos rentista de curto prazo.

O efeito colateral dos equívocos econômicos aliado à falta de reformas estruturantes tem agravado o quadro de desigualdades sociais no país. Embora tenha havido uma transformação no país ao longo do período de 2003 a 2013, ela se mostrou frágil diante da rapidez da reversão provocada pelas contradições e erros iniciados no governo Dilma e agravadas no Governo Temer, cujos principais resultados se observam na precarização do trabalho, no agravamento da distribuição da renda, na estagnação da mobilidade social e no aumento da pobreza, da miséria e da fome no país.

[..] a despeito dos avanços, o país ainda não se mostrou capaz de recompor um novo padrão de crescimento econômico sustentável no médio e no longo-prazo. A interrupção abrupta do projeto democrático-popular é prova da fragilidade das nossas instituições políticas e dos nossos ciclos econômicos, nos lançando o desafio de pensar formas mais perenes de sustentação da geração de trabalho, da distribuição de renda e da mobilidade social. Sem a industrialização, imperam os interesses curto-prazistas do mercado e, portanto, a democracia não funciona adequadamente. Mas para haver

industrialização, com adequado nível de crescimento e de distribuição de renda, é necessário existir um Estado capaz de coordenar os investimentos de longo-prazo (NOZAKI, 2018, p. 69).

Em 2019 o país viveu uma alta taxa de desigualdade. Segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a desigualdade cresceu no Brasil e registrou uma alta no segundo semestre de 2019. O relatório analisou a evolução nos índices de desigualdade dos últimos sete anos, bem como, as consequências sobre o bem-estar social e a pobreza (FGV, 2019).

Conforme o relatório (FGV, 2019), a renda dos 50% mais pobres da população caiu cerca de 18%, no entanto, a faixa dos 1% mais ricos tiveram aproximadamente 10% de aumento em seu poder de compra. Segundo o documento no ano 2015, a pobreza subiu 19,3% no Brasil, isso equivale a mais de 3,6 milhões de novas pessoas pobres. Outro dado mostrado é que desde o segundo semestre de 2015 até 2017, o índice de pessoas vivendo na pobreza no país aumentou 33%, atingindo 11,2% dos brasileiros, contra os 8,4% antes registrados.

O estudo baseia-se na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC), do IBGE, e no índice de Gini, medidor global de desigualdade. O relatório aponta que a desigualdade alavanca o drama social brasileiro afetando em maior parte os jovens entre 20 e 24 anos, a população negra, os analfabetos e os moradores do norte e nordeste do Brasil (FGV, 2019). O combate à pobreza e as desigualdades sociais é uma questão que deve ser enfrentada de maneira assertiva e deve sempre estar nas agendas dos governos, independentemente da sua esfera de atuação. A conjunção de esforço e busca de soluções em comum deve ser o norte de atuação do Estado em busca do bem comum.

4.11 Economia do Tocantins

O estado do Tocantins é o mais novo estado brasileiro, foi criado a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Localizado na região norte e instalado numa área de 277.720,404 km², seu território foi formado com terras que faziam parte do estado de Goiás.

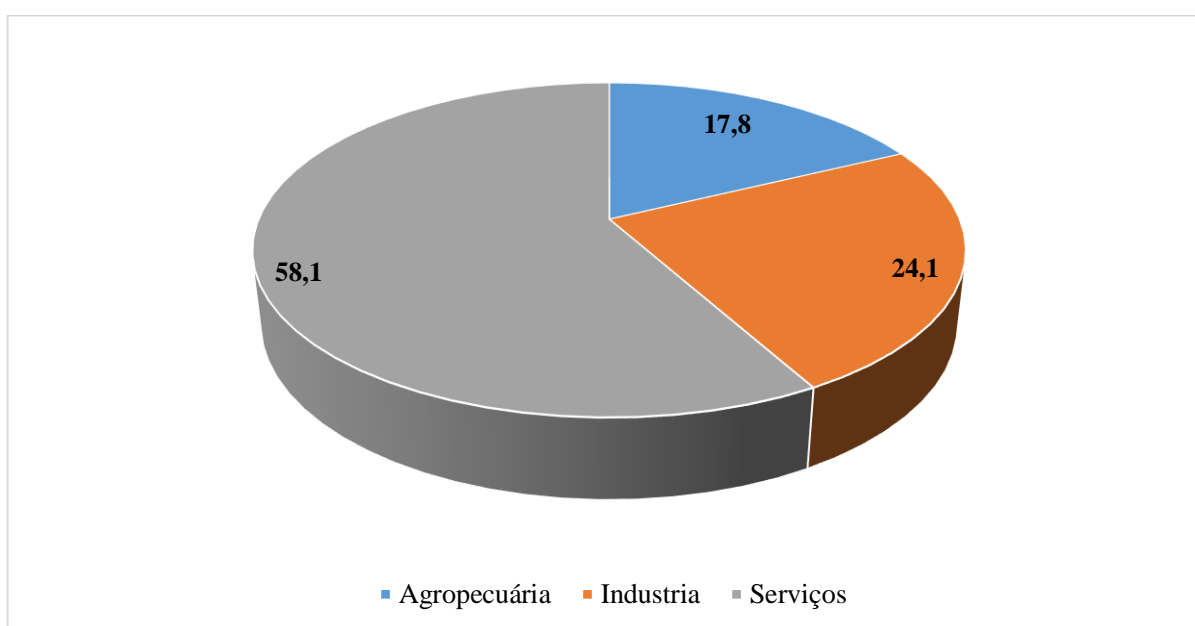
Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019), o estado possui uma população estimada de 1.572.866 habitantes, distribuídos em 139 municípios, onde 92,8% são considerados de pequeno porte, ou seja, possuem menos de 20.000 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano do Estado é de 0,699, sendo o 14º no ranking brasileiro (IBGE, 2019).

A capital do estado é Palmas. Faz divisas com os estados de Goiás, Mato Grosso, Pará, Maranhão, Piauí e Bahia. Não obstante o Estado pertença à Amazônia legal, na região Norte, o

Tocantins encontra-se em uma zona de transição geográfica entre o bioma cerrado e a floresta amazônica.

Apesar da economia tocantinense apresentar evolução a cada ano, sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) nacional ainda é pequena, apenas 0,5%. No âmbito regional, a participação do Tocantins para o PIB é de 8,3%. O Produto Interno Bruto do Tocantins é composto da seguinte maneira: Agropecuária: 17,8%. Indústria: 24,1%. Serviços: 58,1% (IBGE, 2018).

Gráfico 1 – Composição do PIB do Tocantins



Fonte: Elaboração própria a partir das informações do IBGE (2019).

A atividade agropecuária responde por 99% das exportações do estado. A pecuária bovina de corte é um dos grandes elementos econômicos do Tocantins. O estado também é grande produtor agrícola, com destaque para a soja, arroz, mandioca, cana-de-açúcar e milho.

A indústria tocantinense e a maioria de suas empresas estão concentradas basicamente em suas maiores cidades, sendo elas: Palmas, Gurupi, Porto Nacional, Araguaína e Paraíso do Tocantins, onde também está a maior concentração demográfica. A maioria das empresas tocantinenses são classificadas como Micro empresas (ME). Elas representam 63,4% das empresas do estado, os microempreendedores individuais (MEI) 21%, as empresas de pequeno porte (EPP) 4,20% e as empresas de grande porte (EGP) 1,30%.

As principais indústrias são as de produtos minerais, de borracha e plástico, agroindústria e indústria alimentícia (GOVERNO DO TOCANTINS, 2019).

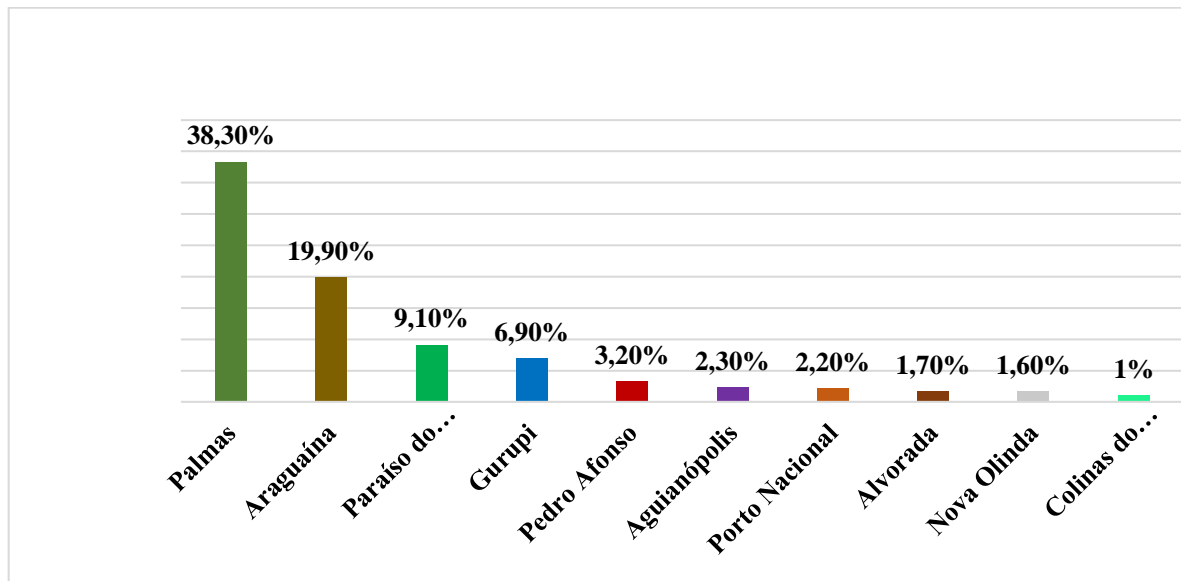
Quadro 3 – Empresas ativas em 15 municípios do Tocantins, 2017 a 2019

Cidade	Quantidade 2017	Quantidade 2018	Crescimento 2017/2018	Quantidade 2019	Crescimento 2018/2019	% do Total
Palmas	27.310	32.380	18,56%	36.857	13,83%	30,13%
Araguaína	12.073	14.015	16,09%	15.427	10,07%	12,61%
Gurupi	6.920	8.107	17,15%	8.932	10,18%	7,30%
Porto Nacional	4.182	4.864	16,31%	5.424	11,51%	4,43%
Paraíso do Tocantins	4.266	4.806	12,66%	5.262	9,49%	4,30%
Colinas do Tocantins	2.245	2.644	17,77%	2.955	11,76%	2,42%
Guaraí	2.016	2.292	13,69%	2.507	9,38%	2,05%
Miracema do Tocantins	1.469	1.663	13,21%	1.841	10,70%	1,51%
Dianópolis	1.415	1.613	13,99%	1.805	11,90%	1,48%
Araguatins	1.280	1.439	12,42%	1.574	9,38%	1,29%
Formoso do Araguaia	1.238	1.387	12,04%	1.525	9,95%	1,25%
Pedro Afonso	1.006	1.149	14,21%	1.268	10,36%	1,04%
Tocantinópolis	1.037	1.177	13,50%	1.257	6,80%	1,03%
Augustinópolis	936	1.080	15,38%	1.194	10,56%	0,98%
Miranorte	909	1.018	11,99%	1.118	9,82%	0,91%
Outros municípios	93.938	109.523	16,60%	122.330	11,70%	28,30%

Fonte: SEFAZ-TO/Gerência de Informações Socioeconômicas (2019).

Os municípios que concentram a maioria dos empregos formais no Tocantins são Palmas, Araguaína, Paraíso do Tocantins, Gurupi, Pedro Afonso, Aguianópolis, Porto Nacional, Alvorada, Nova Olinda e Colina do Tocantins, conforme podemos ver no gráfico 2. No gráfico 2 podemos observar os municípios com maior número de empregos formais na indústria em 2019 sendo eles Palmas, Araguaína, Paraíso e Gurupi.

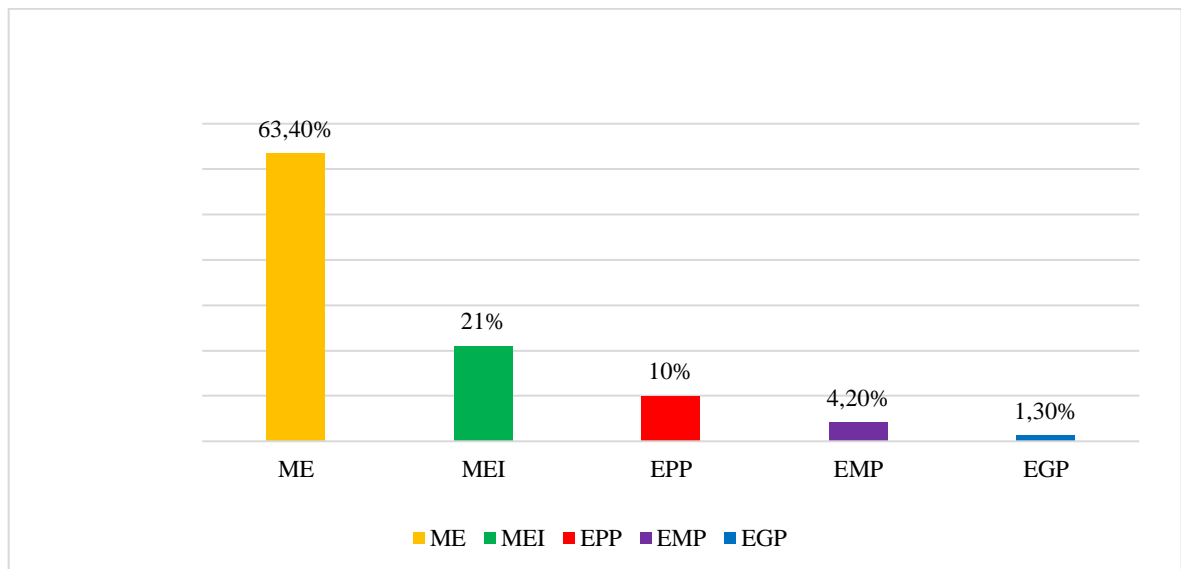
Gráfico 2 – Municípios com maior número de empregos formais na indústria-2019



Fonte: SEFAZ-TO/Gerência de Informações Socioeconômicas (2019).

A distribuição da indústria tocaninense por porte é constituída na sua grande maioria por Micro empresas e microempreendedores individuais, conforme observamos no gráfico 3.

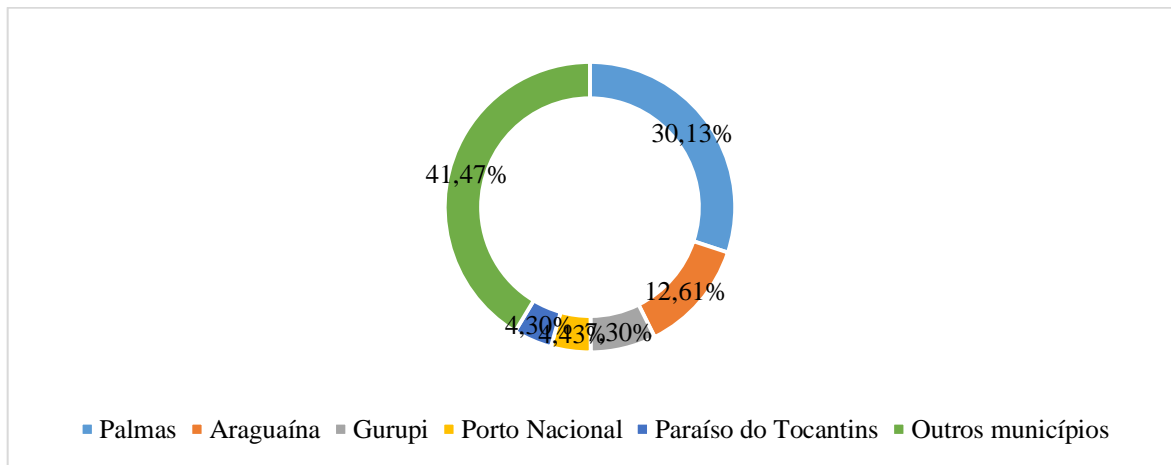
Gráfico 3 – Distribuição das Indústrias por Porte - 2019



Fonte: SEFAZ-TO/Gerência de Informações Socioeconômicas (2019).

A maioria das empresas ativas em 2019 estão localizadas em 4 (quatro municípios) e representam 58,53% de todo o Estado, conforme gráfico 4, sendo elas Palmas, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins. Só o município de Palmas representa 30,13% desse total.

Gráfico 4 – Empresas Ativas do Tocantins-2019



Fonte: SEFAZ-TO/Gerência de Informações Socioeconômicas (2019).



Figura 1 – Mapa do Tocantins

Como pode ser observado, o setor de serviços é o principal responsável pela formação do PIB estadual e a capital Palmas tem um forte peso na economia do Estado como um todo.

5 ABORDAGEM SOBRE INSTITUIÇÕES DE FOMENTO E APOIO AO DESENVOLVIMENTO

Com o propósito de promover o desenvolvimento, e com importantes papéis, foram criadas várias instituições de fomento, com destaque as instituições multilaterais como o Banco Mundial. Também foram criadas outras no âmbito nacional, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Social, que quando de sua criação era apenas Banco Nacional de Desenvolvimento, sendo o “S” acrescentado já no governo Sarney. Bancos de Desenvolvimentos Estaduais, e por fim as Agências Financeiras de Fomento.

5.1 Banco Mundial (BIRD)

Em decorrência da Grande Depressão de 1929, a maioria dos Estados Nacionais abandonaram doutrinas econômicas liberais, até em então muito empregadas nos países do ocidente. Nos Estados Unidos da América, por exemplo, em resposta à contração da atividade econômica, que na época chegou ao patamar de 30%, o governo Hoover criou instituições financeiras públicas que objetivavam sustentar o investimento privado em longo prazo, como a *Reconstrucion Finance Corporation* (RFC), que tinha o objetivo de financiar bancos, ferrovias e companhias de seguro (TORRES FILHO; COSTA, 2012).

Com base nesse tipo de experiência, o governo americano expandiu essa atuação financeira para outras áreas como a agricultura, a exportação e a habitação. De certa forma, essa intervenção no setor privado realizada pelo governo americano influenciou novas visões de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento que viriam a surgir, em que o Estado passava então a ser visto como um protagonista na indução do desenvolvimento.

Em 1944, na cidade de Bretton Woods em New Hampshire nos EUA, ocorreu uma conferência entre 44 (Quarenta e quatro) países, que a princípio, tinham como objetivo ordenar e articular o sistema econômico e financeiro do mundo após o conflito, e foi justamente nessa conferência que foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ou Banco Mundial, como é comumente conhecido (TORRES FILHO; COSTA, 2012).

Um dos principais objetivos que levou à criação do Banco Mundial foi a reconstrução e o desenvolvimento do mundo no pós-guerra. Segundo Torres Filho e Costa (2012), na época de sua criação, a visão intervencionista do setor público no financiamento de longo prazo era traço marcante, e isso ficou impresso na nova configuração do sistema monetário internacional, pois havia nos acordos realizados na conferência em Bretton Wood, a previsão da premente necessidade da recuperação dos mercados financeiros internacionais. Os acordos realizados se tornaram os mecanismos fundamentais para se retomar o comércio multilateral, com a preocupação e o cuidado de se evitar que os males que deram causa à crise de 1929 e suas nefastas consequências sobre a atividade econômica, ressurgissem. Em razão do acordo inicial em Bretton Woods, os presidentes do Banco Mundial são americanos e os presidentes do FMI são europeus.

Maranhão (2009) ressalta que o FMI e o Banco Mundial procuravam desempenhar funções diversas na garantia do sistema monetário e financeiro, pois ao FMI cabia a responsabilidade quanto aos problemas de liquidez, enquanto ao Banco Mundial cabia a alocação de recursos às atividades produtivas nos diversos países membros. E foi por essa razão que o FMI estava focado nas políticas monetárias, fiscais de dívida externas e cambiais em curto prazo, enquanto o Banco Mundial na eficiência no uso dos recursos e políticas de preço em médio prazo.

Portanto, tanto o FMI como o BIRD foram instituições multilaterais criadas com a visão de comandar as relações financeiras internacionais, no que diz respeito à oferta de crédito, evitando assim a configuração financeira do mundo pré-crise de 1929, em que o sistema financeiro era comandado por bancos privados.

Uma das bases teóricas para a criação dos Bancos de Desenvolvimento e de instituições financeiras como o FMI decorre das particularidades do mercado financeiro. Em relação aos outros mercados tradicionais como os das *commodities*, segundo Albuquerque *et al.* (2018):

Uma primeira particularidade está relacionada ao fato de eles serem os mercados responsáveis, em última instância, pela alocação de recursos na economia, atuando como uma espécie de cérebro do sistema. Isso faz com que desequilíbrios neles existentes possam ser danosos não apenas para seus participantes, mas também para todo o conjunto da sociedade. Uma segunda particularidade do mercado de crédito está ligada ao fato de, nele, as relações de troca realizar-se com base em uma promessa de pagamento – e não em um pagamento efetivo. Essa incerteza, atrelada à clara assimetria de informação existente na relação entre agentes financeiros e seus credores, por um lado, e seus devedores, por outro, impõe problemas informacionais que impedem o correto funcionamento desse mercado – ou seja, o mercado não é capaz de atingir um equilíbrio Pareto Eficiente (ALBUQUERQUE, 2018).

Do ponto de vista neoclássico, para que haja o funcionamento eficiente do mercado é necessário que a utilização dos insumos ocorra da melhor maneira possível, extraindo-se o máximo de produção ao mínimo custo. O funcionamento dessa forma configurar-se-ia em uma situação de competição perfeita, na qual o preço eficiente é aquele em que o custo marginal é igual à receita marginal (SILVA, 2010).

A eficiência é obtida a partir de alguns pressupostos básicos:

- Agentes racionais e de comportamento maximizador;
- Informação completa e acessível a todos os agentes;
- Grande quantidade de agentes econômicos, produtores e consumidores, os primeiros maximizando lucro e os outros maximizando satisfação (utilidade) (SILVA, 2010).

De posse de todas as informações necessárias, a interação desses agentes racionais, objetivando a satisfação de seus interesses e coordenadas pelo sistema de preços, resultaria no bem-estar para todos, configurando uma situação de equilíbrio geral, em que para todos os mercados a competição funcionária de forma perfeita. Quando ocorrem situações em que o mercado em si não consegue constituir o preço e a quantidade para gerar a eficiência, surgem as falhas do mercado e, justamente nessas situações, é que o governo atua a fim de realizar e garantir a alocação eficiente (SILVA, 2010).

As falhas de mercado justificam e viabilizam a razão da intervenção estatal no mercado de crédito, e em qualquer outro que tenha a ação do governo. No entanto, é importante salientar que a ausência de equilíbrio de mercado é apenas condição, não quer dizer que seja o suficiente, pois havendo políticas mal desenhadas, ainda que com bons objetivos, pode-se causar uma deterioração no bem-estar social, mesmo havendo lugar para melhoras (BUERA; MOLL; SHIN, 2013).

Segundo Albuquerque *et al.* (2018), as três tradicionais justificativas para a atuação dos Bancos de Desenvolvimento são: (I) racionamento de crédito; (II) mercados incompletos ou inexistentes; e (III) divergências entre retorno social e retorno privado. Outra questão que também justifica está relacionada a falhas temporárias que ocorrem de maneiras esporádicas (como crises financeiras) cujas soluções também são viabilizadas de maneiras temporárias pelos Bancos de Desenvolvimento.

5.1.1 Racionamento de Crédito

Na maior parte dos mercados, a livre operação dos agentes faz flutuações de preço igualar a oferta e a demanda dos bens neles transacionados, no entanto, segundo Stiglitz e Weiss (1981), por conta da assimetria de informação, o mesmo pode não ocorrer no mercado de crédito, o que gera o racionamento. Por causa do racionamento de crédito, algumas empresas, principalmente as de menor porte, ficam sem financiamento ou, por conta dos juros cobrados, não obtém o montante de crédito necessário para seus projetos, ou seja, há uma restrição ao crédito. Assim, investem menos do que desejariam, o que configura um problema de investimento subótimo e perda de eficiência econômica.

5.1.2 Mercados incompletos ou inexistentes

Em relação a essa falha de mercado, Albuquerque *et al.* (2018) afirma que determinados mercados simplesmente podem não se estabelecer, ou seja, alguns instrumentos podem não ser ofertados. Cita como exemplo o crédito para exportação, especialmente quando o país de destino conta com um mercado financeiro pouco desenvolvido. Outro exemplo que é citado é o caso de empresas que gostariam de fazer negócios de longo prazo em outros países, mas que não encontram agentes financeiros dispostos a financiá-los (por razões diversas, incluindo risco-país e, sobretudo, risco político), esses casos também configuram a incompletude de mercado.

5.1.3 Divergências entre retorno social e retorno privado

Segundo Albuquerque *et al.* (2018) essa divergência ocorre por que muitas vezes o retorno social de um empreendimento supera o retorno econômico, isso ocorre por exemplo no caso da construção de uma infraestrutura de saneamento básico, onde a população afetada será beneficiada não só como o saneamento mas com outras consequências advindas deles como a redução da mortalidade infantil e de diversas outras doenças, isso consequentemente reduzirá os gastos do governo com saúde públicas, ou seja, ocorrerá as chamadas externalidades positivas (MAS-COLLEL; WHINSTON; GREEN, 1995).

Empreendimentos de alta relevância socioambiental tendem a ser fontes de externalidades positivas, outros exemplos são atividades de reciclagem, reaproveitamento de resíduos sólidos, energias renováveis agricultura de baixo carbono dentre outros.

Baseada nessa visão houve a criação de vários bancos de desenvolvimento (BD) em diversas regiões do mundo, como o Novo Banco de Desenvolvimento do Brics (NBS), a

Corporação Andina de Fomento (CAF) ou Banco CAF, no caso do Brasil no ano de 1952 foi criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico-BNDE, foram criadas também outras instituições nacionais com foco mais regional como Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco da Amazônia (BASA) (ALBUQUERQUE *et al* 2018).

5.2 Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) ou Banco Brics

O BRICS surgiu a partir da ideia formulada pelo economista-chefe da Goldman Sachs, Jim O'Neil, em estudo de 2001, intitulado “Building Better Global Economic BRICs”. BRICS é uma sigla para designar um agrupamento de cinco países que se reconhecem como “potências emergentes”, sendo eles o Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Ressalta-se que a África do Sul só foi inserida ao grupo em 2011 (COOPER; FAROOQ, 2015).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o peso econômico desses países é seguramente relevante. Entre os anos de 2003 e 2007, a taxa dos quatro países representou 65% da ampliação do PIB mundial. Em paridade de poder de compra, o PIB dos BRICS já supera hoje o dos EUA ou o da União Europeia. Para dar uma ideia do ritmo de crescimento desses países, em 2003 os BRICs respondiam por 9% do PIB mundial, e, em 2009, esse valor aumentou para 14%. Em 2010, o PIB conjunto dos cinco países (incluindo a África do Sul), totalizou US\$ 11 trilhões, ou 18% da economia mundial. Considerando o PIB pela paridade de poder de compra, esse índice é ainda maior: US\$ 19 trilhões, ou 25% (IPEA, 2020).

Não obstante esta força econômica, os membros do BRICS apresentam diferenças ideológicas e institucionais. O Brasil, a Índia e a África do Sul por exemplo, exploram ativamente seu caráter democrático para o *soft power*. Já a Rússia oligárquica e o Estado unipartidário chinês estão em contraste direto com os demais membros do BRICS (ARMIJO, 2007). Essas variáveis, que de certa forma interferem na governança dos países, influenciam em outros aspectos relacionados à eficácia dos governos e à melhoria da qualidade de vida da população (MARINO, 2016).

A ideia da criação de um Novo Banco de Desenvolvimento partiu da Índia na cúpula dos Brics em 2012. Os chefes de Estado dos cinco países solicitaram que seus respectivos ministros de finanças estudassem a viabilidade da constituição de um banco de desenvolvimento voltado a financiar a infraestrutura e o desenvolvimento sustentável. Após dois anos de negociação, em 2014, ocorreu a assinatura do convênio na cúpula que aconteceu na cidade de Fortaleza no Ceará.

A criação desse Novo Banco de Desenvolvimento exclusivamente por países de economia emergente reflete a insatisfação dos Brics com as instituições multilaterais existentes, Banco Mundial (BIRD) e Fundo Monetário Internacional (FMI), que demoram a se adaptar ao século XXI e a dar suficiente poder decisório aos países em desenvolvimento, uma vez que eles representam parcela considerável da economia mundial.

É importante ressaltar que o NDB tem como objetivo complementar os recursos dos outros bancos multilaterais, regionais e nacionais de desenvolvimento. Para o Ministério da Fazenda, o Novo Banco de Desenvolvimento “representa uma contribuição concreta para lidar com os desafios sistêmicos relacionados ao desenvolvimento internacional, especialmente no tocante a uma maior integração entre as economias emergentes e em desenvolvimento.” (BRASIL, 2018).

A sede do banco é em Xangai, na China, em razão do país ser a maior economia do grupo. Tanto o governo central quanto o governo de Xangai, têm apoiado NBD. Mas os cinco países fundadores têm o mesmo peso no capital e nas decisões. Cada um dos cinco tem 20% do capital e do poder de voto. Todas as decisões no NBD são tomadas por maioria simples ou maioria qualificada – não se requer unanimidade para nenhuma decisão, pois isso equivaleria a dar poder de veto a cada um dos membros.

Outro diferencial do NBD em relação s outras instituições multilaterais é que se trata de um banco que financia projetos e mobiliza recursos para as áreas de infraestrutura e desenvolvimento sustentável, sem, contudo, condicionar e nem vincular a aprovação de projetos ou desembolsos a mudanças nas políticas e estratégias dos países.

Segundo o Ministério da Fazenda, o Novo Banco de Desenvolvimento conta com um capital inicial autorizado de US\$ 100 bilhões e qualquer país membro das Nações Unidas poderá vir a ser membro do NBD. O NBD poderá financiar projetos tanto do setor público como do setor privado e poderá utilizar ampla gama de instrumentos financeiros, incluindo empréstimos, garantias e investimentos em *equity* (BRASIL, 2018).

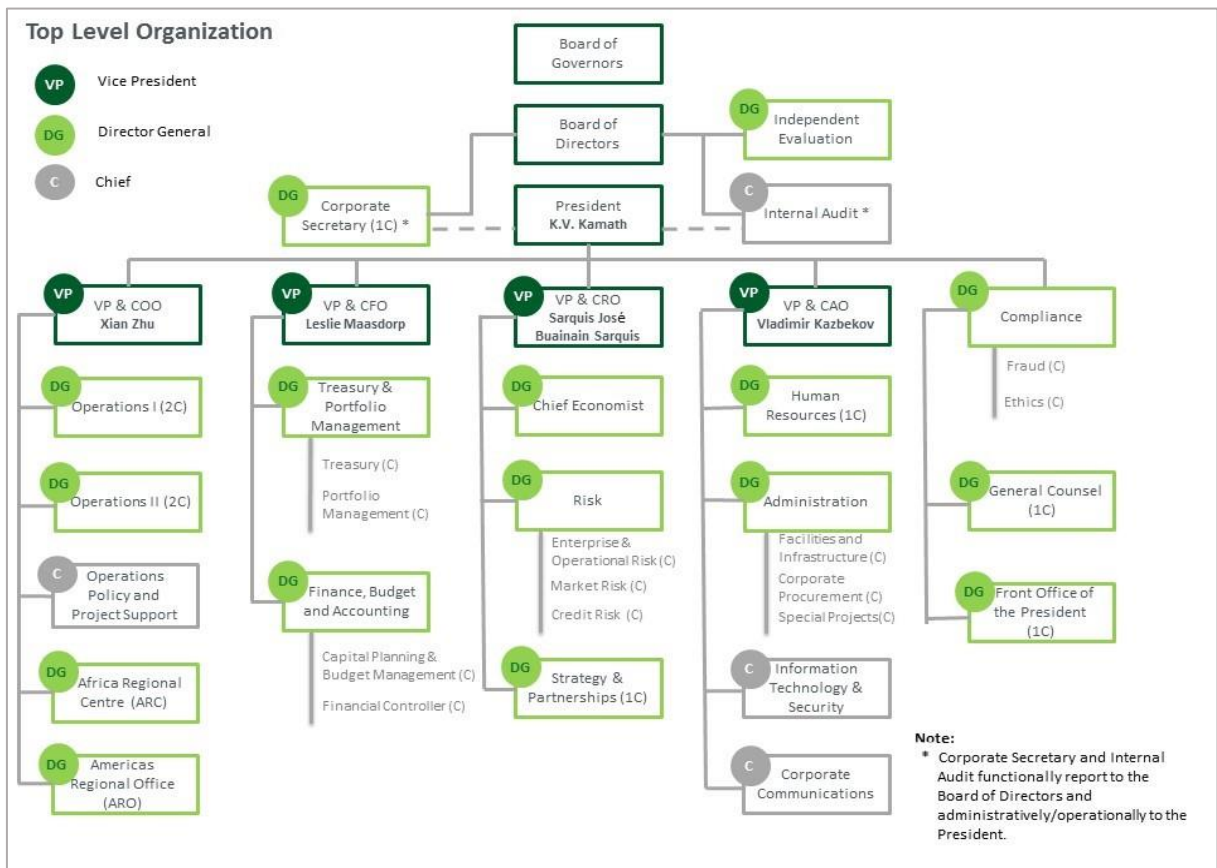
A governança do banco está estruturada da seguinte maneira: os países se fazem representar no Conselho de Governadores e na Diretoria. A autoridade política máxima é o Conselho de Governadores, integrado pelos ministros de finanças dos cinco países, a Diretoria do Banco, que é não residente, é integrada, em geral por secretários de assuntos internacionais dos Ministérios de Finanças ou funcionários de nível equivalente.

No caso específico do Brasil, o Ministro de Estado da Fazenda representa o País como Governador na estrutura de governança do Banco, e o Secretário de Assuntos Internacionais é

o Diretor não residente do Brasil. Todas as políticas e projetos do NBD são aprovadas pela Diretoria (BATISTA JR., 2016).

Abaixo o organograma do NBD:

Figura 2 – Organograma do Novo Banco de Desenvolvimento ou Banco Brics



Fonte: <https://www.ndb.int/about-us/organisation/organisation-structure/>. Acesso em: 02 abr. 2020.

5.3 Banco CAF

A Corporação Andina de Fomento (CAF) foi criada com objetivo de atender os países Andinos, sendo eles: o Chile, a Venezuela, o Peru, o Equador e Colômbia. A Bolívia foi a última nação a se juntar ao grupo. Trata-se de uma instituição financeira multilateral cuja principal missão é promover o desenvolvimento sustentável e a integração regional na América Latina por meio do financiamento e da oferta de apoio técnico e financeiro a projetos direcionados tanto ao setor privado quanto ao público nos países de seus acionistas (COSTA; FORERO GONZÁLEZ; DE ALMEIDA, 2014).

Os princípios norteadores das instituições foram extraídos de documentos anteriores como o Tratado de Montevideu de 1960, A Carta de Punta Del Este de 1961 e a Declaração Bogotá de 1966, com as seguintes diretrizes:

- a) Tratado de Montevideu de 1960: institui a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que tinha como objetivo estabelecer um mercado comum na região;
- b) A Carta de Punta Del Este de 1961: na qual os países da América Latina propuseram conjuntamente metas para o desenvolvimento econômico e social da região;
- c) A Declaração Bogotá do ano 1966: constam como objetivos nesta carta, a aplicação de medidas de integração econômica e a coordenação das políticas dos países andinos nos âmbitos comercial, industrial, financeiro e em serviços de cooperação técnica.

No entanto, foi em 7 de fevereiro do ano de 1968 que seu convênio constitutivo foi subscrito, institucionalizando a entidade como um banco de desenvolvimento multilateral e como agência de promoção do desenvolvimento e de integração andina. Suas operações começaram efetivamente a partir de junho de 1970, sendo sua sede situada na cidade de Caracas no Venezuela (AMARAL, 2018).

Foi a partir da década de 1980, contudo, que foi iniciada a ampliação da sua área de atuação. Nesse processo a CAF transformou-se de uma instituição andina para um órgão latino-americano. Em 1989, ela dobrou seu capital autorizado e inseriu outros países como membros, inclusive da Europa, sendo que o México foi o primeiro país não andino a integrar o grupo. Apesar do Brasil já ter acessado os empréstimos da CAF, desde 1996, somente em 2007 ele se tornaria membro da instituição, com a grande alteração que teve em seu estatuto (AMARAL, 2018).

Atualmente, os países da América Latina que compõe a CAF são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Do Caribe Costa Rica, Jamaica, Panamá, República Dominicana, Trinidad e Tobago. E da Europa: Espanha e Portugal (COSTA, 2014).

A CAF e o BNDES estão atualmente envolvidos no financiamento de obras de infraestrutura em praticamente todos os países da América Latina. Entre as obras estão as linhas de transmissão de energia e hidrelétricas; instalação de campos e exploração de petróleo e gás; vias de escoamento da produção para os centros de processamento e consumo; rodovias, portos

e aeroportos; áreas de produção de agrocombustíveis; unidades de processamento, entre outros projetos (VALDEZ, 2011).

5.4 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

O BNDES foi criado em 1952 no segundo governo de Getúlio Vargas e é uma instituição financeira pública de fomento que tem como um de seus papéis a instrumentalização financeira, de implementação de estratégias de desenvolvimento para o país (CURRALERO *et al.*, 1998).

A criação do BNDES teve como origem o estímulo da Comissão Brasil-Estados Unidos, na década de 1950, à criação de Bancos de Desenvolvimento, que seria uma das soluções apontadas para induzir o desenvolvimento. Nos estudos realizados pela comissão responsável, foi evidenciada a necessidade de criação de organismos financeiros que teriam a missão de captar e fornecer recursos para fomentar o desenvolvimento do país (SANTOS, 2011).

Importa ressaltar que embora o Banco do Brasil, criado em 1808, e a Caixa Econômica Federal, criada em 1861, tenham características de bancos de desenvolvimento, o que os diferenciou do BNDES, como primeiro banco de desenvolvimento, foi o seu escopo de atuação. No Banco do Brasil, por exemplo, o enfoque era a criação de crédito para o setor agrícola, já na Caixa era o financiamento habitacional. No caso do BNDES, a sua atuação caracterizou-se por buscar o desenvolvimento em diversas áreas, ou seja, seu escopo de atuação era muito mais abrangente.

O BNDES é um banco essencialmente de fomento, focado no financiamento de capital fixo e de obras de infraestrutura de elevados valores, além de instrumentalizar programas de investimento tanto no Brasil com em outras nações. Em relação aos demais bancos federais, é o único que não possui carteira comercial e boa parte de suas linhas de financiamento são instrumentalizadas pela rede bancária privada.

Segundo Torres Filho e Costa (2012), o BNDES ao longo do tempo atuou sob alguns enfoques como: o financiamento da infraestrutura e indústria de insumos básicos (1952-1964), financiamento da indústria de base e socorro a empresas em situação falimentar (1964-1984), financiamento à exportação e privatização (1984-2002), financiamento à retomada do crescimento sustentado por ciclo de investimentos e atuação contra a crise (2003-2011), ou seja, sempre fomentando a economia de forma orientada e estratégica.

Pode-se afirmar que os bancos de desenvolvimento se originaram sob a narrativa de que era necessário suprir a carência de crédito. Portanto, quando se debate o papel dessas instituições, pelo menos dois fatores devem necessariamente ser abordados, pois são elementos

chaves em sua atuação, e estão contidos em sua função institucional. Um deles é o seu modo de atuação, o outro é a sua política de concessão de crédito.

É importante ressaltar que, segundo Albuquerque *et al.* (2018), embora os Bancos de Desenvolvimento sejam criados sob a justificativa de promoverem eficiência alocativa nas chamadas falhas de mercado, situações em que o mercado não é capaz de gerar uma alocação Pareto Eficiente, muitas vezes eles atuam com objetivos diversos. Tendo em vista o cenário apresentado, Albuquerque *et al.* (2018) afirma ainda que:

[...] BDs atuam com objetivos diversos, nem sempre associados a falhas de mercado. Por serem instituições de capital (majoritariamente) estatal, são frequentemente acionados para implementar políticas que supostamente refletem os desejos da sociedade – em países democráticos, obviamente. Isso acaba criando um impasse entre a tecnocracia – que delimita as ações de BDs – e a democracia – que pode expandir tais ações.

Como se viu ao longo de sua história, a atuação do BNDES partia de diretrizes consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país, conforme as políticas de cada governo. Albuquerque *et al.* (2018) argumenta que a atuação do BNDES, pelo menos desde a década de 1990, vem sendo pautada por finalidades não necessariamente relacionadas às falhas de mercado, mas por orientações dos governos de acordo com certas prioridades políticas. Segundo ele, dentre os seus objetivos estão:

- Ampliar o investimento da economia;
- Elevar o nível de emprego;
- Expandir a infraestrutura disponível;
- Elevar a produtividade do sistema econômico;
- Promover a inovação, as exportações, a indústria de bens de capital no Brasil, bem como seus fornecedores;
- Reduzir o desmatamento;
- Aumentar a inserção internacional das firmas brasileiras;
- Melhorar a governança das empresas apoiadas;
- Atuar de forma anticíclica.

Como pode-se observar diante dos itens elencados acima, trata-se de uma atuação bem abrangente, o que, segundo Albuquerque *et al.* (2018), pode estar relacionado a ausência de um mandato claro para que o BNDES delimite de forma precisa seus objetivos, ao contrário do que ocorre com o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que possuem seus objetivos bem mais delimitados.

Para Cavalcante (2007), o estudo dos bancos estaduais de desenvolvimento passa necessariamente pela análise do papel desempenhado pelo BNDES, pois além ser uma instituição de âmbito nacional, estando, portanto no topo dos organismos de fomento, durante sua história ele foi cofinanciador de projetos apoiados pelos bancos estaduais de desenvolvimento, criados em grandes números na década de 1960. Alia-se a isso, o fato de que os bancos de desenvolvimento subnacionais adotaram seu modelo institucional para implantarem o seus próprios, como normas e procedimentos.

5.5 O Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

O Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB) é o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina, criado sob a forma de Sociedade Anônima, em que 70% do capital pertence a União, organizado como banco universal múltiplo, com atividade comercial e de fomento, com grande atuação como banco de crédito e desenvolvimento agrícola. A autorização da sua criação se deu em 1952 por meio da Lei n.º 1.649, de 19 de julho de 1952. No entanto, o banco só entrou em operação efetivamente em 1954 (CARVALHO; TEPASSÊ, 2010).

O BNB atua nos nove estados do Nordeste: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, e em parte do norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Segundo o Relatório de Administração 2019 do BNB, os principais produtos e serviço oferecido são:

- a) Empréstimos: Capital de Giro, Crédito de Longo Prazo, Descontos de Títulos, Giro Insumos, Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Cheque Especial, FNE Sol, MPE Inovação, Seguros etc.;
- b) Investimentos: Certificado de Depósito Bancário (CDB), Recibo de Depósito Bancário (RDB), Fundos de Investimentos e Poupança;
- c) Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor);
- d) Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE);
- e) Reinvestimento em projetos de modernização ou complementação de equipamentos para empresas que estejam em operação na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene);
- f) Câmbio e Comércio Exterior;
- g) Microcrédito Produtivo Orientado Rural e Urbano: Crediamigo e Agroamigo.

A mesma lei que criou o BNB também criou o Escritório Técnico de Estudos do Nordeste (ETENE), que atualmente está incorporado ao banco. Entre as funções atribuídas ao escritório está a identificação das limitações e oportunidades para a instituição, colaboração na criação e avaliação de programas de cunho desenvolvimentista, inclusive na captação de recursos, assessorar o banco com relação à conjuntura sociopolítica que tenha reflexo para o Nordeste, bem como manter base de dados de informação de interesse regional (OLIVEIRA; VIANNA, 2005).

A criação desse escritório reforçou a incumbência do BNB como uma instituição de caráter técnico que objetiva resolver os problemas da região Nordeste com políticas científicas e tecnicamente pensadas. E a sua principal fonte de recurso é o FNE, um fundo constitucional criado em 1988 e trata-se de um dos instrumentos mais importantes para a política de desenvolvimento regional.

Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) foram criados pelo artigo 159, inciso I, alínea “c” dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentados pela Lei n.º 7.827/1989, tendo como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social dessas regiões.

Os Fundos são compostos por 3% do produto da arrecadação do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e do IR (Imposto de Renda), sendo que 0,6% são destinados para o FNO, 0,6% para o FCO e 1,8% para o FNE. O FNE é gerido tanto pelo BNB quanto pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sendo que a contabilidade, a liberação dos recursos e a análise dos financiamentos são feitos unicamente pelo BNB, de forma segregada em relação aos outros recursos do banco (OLIVEIRA; VIANNA, 2005).

Conforme visto, trata-se de uma importante instituição de fomento e apoio ao desenvolvimento socioeconômico regional, tanto em razão dos recursos que administra, oriundos do FNE, quanto pela abrangência espacial de sua ação, que vai além da região nordeste, inclusive alcançado o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. O BNB é uma referência na inclusão produtiva no Brasil, em razão principalmente de seus programas de microfinanças urbana e rural, mediante apoio creditício a todos os segmentos da economia regional. A imensa maioria de seus clientes é composta por microempreendedores (DE SOUSA, 2010).

5.6 O Banco da Amazônia S. A. (BASA)

O Basa tem origem ligada ao financiamento da produção e comércio da borracha no início do século XX. Ele nasceu em 9 de julho de 1942 por meio do Decreto-Lei n.º 4.451 de 9 de julho de 1942, com o nome de Banco de Crédito da Borracha. A principal missão do Banco era financiar os seringais da região, com objetivo de abastecer os países aliados durante a Segunda Guerra Mundial (JAYME JR., 2010).

Sua forma atual, porém, vem do começo dos anos 1950, quando foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia, passando então a fomentar as atividades produtivas da indústria, do comércio e da agricultura da região amazônica, bem como o comércio e a industrialização da borracha em todo o território nacional. Em 1970 tornou-se uma sociedade de capital aberto, sendo o Tesouro nacional detentor de 51% de suas ações e o público de 49% (BASA, 2020).

O incremento da atuação do Basa se deu com a criação do FNO em 1989. Na condição de gestor do Fundo, possibilitou aos mini, micro e pequenos produtores e empresários da região o acesso a uma fonte permanente e estável de financiamentos de longo prazo, com encargos diferenciados, fomentando assim o desenvolvimento da região (JAYME JR., 2010).

Tanto o Basa como o BNB são estruturalmente semelhantes, pois são bancos federais com escopo regional. Também atuam como agência de desenvolvimento, banco de fomento e banco comercial (VIDOTTO, 2005).

O Banco da Amazônia tem atuado no fomento ao crédito em todas as localidades da Região Norte, seu enfoque está no apoio aos segmentos produtivos de menor porte e que estejam comprometidos com o desenvolvimento econômico e social da Região em bases sustentáveis, e que valorizem as potencialidades regionais por meio de diretrizes voltadas para a qualidade de vida das populações locais e redução das desigualdades regionais (BASA, 2020).

Entre as iniciativas do Banco da Amazônia de contribuição para o desenvolvimento regional sustentável destacam-se:

- a) O apoio à Política Nacional de Reforma Agrária financiando atividades produtivas desenvolvidas em áreas de colonização;
- b) A participação no Plano Safra do Governo Federal financiando a produção dos agricultores familiares;
- c) O incentivo às micro e pequenas empresas concedendo financiamentos simplificados para ampliação do atendimento aos empreendedores do segmento e melhoria do acesso ao crédito;

d) O apoio aos empreendedores individuais através da concessão de financiamentos para potencializar suas atividades econômicas desenvolvidas em áreas urbanas, propiciando bem-estar as suas famílias e empregados;

e) A atuação no Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal operando através do Programa “Amazônia Florescer”, possibilitando o acesso ao crédito para os empreendedores populares da Região Amazônica;

f) O estímulo ao desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis atuando em consonância com a Política Nacional de Turismo e o Plano Nacional de Turismo;

g) O incentivo à cultura amazônica através do Programa “Amazônia Mais Cultura”;

h) O apoio à formação, estruturação e desenvolvimento de arranjos produtivos locais em todos os estados da Amazônia;

i) O estímulo ao desenvolvimento de atividades integradas à cadeia produtiva do agronegócio regional, da produção de biodiesel e da pesca e aquicultura;

j) O apoio à produção pesqueira regional financiando a aquisição de barcos, motores e apetrechos de pesca aos pescadores artesanais; a construção de tanques e a aquisição de alevinos aos empreendedores de aquicultura;

k) O apoio às populações tradicionais da Amazônia como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, entre outros povos da floresta;

l) O incentivo ao desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas na Amazônia destinando recursos para instituições regionais de ensino e pesquisa, com o objetivo de convergir conhecimento científico e/ou buscar alternativas e avanços tecnológicos que contribuam para o desenvolvimento regional em bases sustentáveis;

m) A organização e realização dos seminários FNO-Itinerante contemplando municípios de todos os estados da Região Norte, em especial os de baixa renda com histórico de pouca ou nenhuma operação de crédito contratada;

n) A participação no projeto Rotas de Integração Nacional, em alinhamento aos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), tendo como vetor de desenvolvimento as redes de arranjos produtivos locais.

5.7 Transformação do Sistema Financeiro Nacional e a Criação das Agências de Fomento

A maior parte dos bancos estaduais de desenvolvimento tiveram um enfraquecimento de suas carteiras de crédito durante a década de 1980. Por essa razão, houve vários bancos que

foram submetidos ao Regime de Administração Temporária (RAET). O RAET foi uma medida adotada pelo Banco Central que tinha duração limitada, não suspendia nem interrompia as atividades normais do banco, no entanto, o mandato da diretoria era cassado e nomeado um conselho diretor com amplos poderes. Caso não fosse possível a normalização das atividades da instituição, elas sofriam a liquidação extrajudicial. O RAET era um mecanismo para conter os desmandos da Administração Pública nas instituições financeiras.

Segundo Paulin (1999), o Banco Central, antes instituir o RAET, tentava convencer os bancos estaduais e seus acionistas controladores a uma gestão técnica e a realizar os aportes necessários de recursos, o que acabava não acontecendo. O Banco Central dispunha de três mecanismos para resolver os problemas relacionados aos bancos estaduais sendo eles: excluir o banco infrator da Câmara de Compensação, decretar sua intervenção ou, por fim, decretar sua liquidação extrajudicial. De acordo com Paulin (1999), quaisquer dessas medidas levariam à extinção da entidade afetada. Nesse contexto, vários estados decidiram extinguir seus bancos de desenvolvimento e incorporar sua carteira de crédito as de seus bancos comerciais.

Para Araújo *et al.* (2013) as reformas estruturais da década de 1990 que tinham caráter liberalizante distanciavam os objetivos desenvolvimentistas da realidade brasileira. Nesse contexto o governo lançou o Programa de Incentivo à Redução da Participação do Setor Público Estadual na atividade Financeira Setor Bancária (PROES), esse programa promoveu em 1996 o fechamento e a privatização de diversos bancos estaduais.

Segue abaixo a relação de bancos estatais que passaram pelo processo de extinção, sendo um grande número deles privatizados. A lista abaixo foi formada a partir do trabalho de Santos (2011):

Quadro 4 – Instituições financeiras estatais extintas

Instituições estaduais privatizadas	Instituições que sofreram liquidação extra judicial	Bancos de Desenvolvimento que deixaram de existir	Transformado em Agência de Fomento	Incorporado pelo Banco Estadual de seus respectivos estado
Banco do Estado da Paraíba - Paraiban	Produban - AL	Banco de Desenvolvimento do Ceará	Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina	Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
Banco do Estado do Rio de Janeiro - Banerj	Bader - RR	Banco de Desenvolvimento do Maranhão	Banco de Desenvolvimento da Bahia	-
Credereal - MG	Minas Caixa - MG	Banco de Desenvolvimento de Goiás	-	-

Bemge - MG	Banerj (parte) - RJ	Banco de Desenvolvimento do Paraná;	-	-
Banco do Estado de Pernambuco - Bandepe	Banap - AP	Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo	-	-
Banco do Estado da Bahia - Baneb	Badern - RN	Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte	-	-
Banco do Estado do Paraná - Banestado	Beron - RO	Banco de Desenvolvimento do Rio de Janeiro	-	-
Banco do Estado de São Paulo - Banespa	-	-	-	-
Banco do Estado de Goiás - Beg	-	-	-	-
Banco do Estado do Amazonas - Bea	-	-	-	-
Banco do Estado do Maranhão - Bem	-	-	-	-
Banco do Estado do Ceará	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir do trabalho de Santos (2011).

Depois do programa de reestruturação, o cenário das Instituições Financeiras de Desenvolvimento passou a ficar no seguinte formato:

Quadro 5 – Configuração das Instituições financeiras após o PROES

Bancos federais	Bancos Estaduais e Regionais de Desenvolvimento	Bancos comerciais estaduais que ainda operam
Banco do Brasil – BB	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S. A. (BDMG)	Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL
Caixa Econômica Federal – CEF	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S. A. (BANDES)	Banco do Estado do Espírito Santo - BANESTES
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –BNDES	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	Banco do Estado do Pará – BANPARÁ
Banco do Nordeste Brasileiro – BNB	-	Banco do Estado de Sergipe – BANESE
Banco da Amazônia S. A – BASA	-	Banco de Brasília - BRB
-	-	Nossa Caixa – SP.

Fonte: Elaboração própria a partir do trabalho de Santos (2011).

Como visto no Quadro 5, dois bancos de desenvolvimento foram transformados em Agências de Fomento. Como a contrapartida oferecida aos governos estaduais era a

possibilidade de criação de Agências de Fomento, outras foram criadas nos Estados de Alagoas, Amapá, Amazonas, Goiás, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Roraima, Mato Grosso, Piauí e no Tocantins.

5.8 Agências Estaduais de Fomento

As agências financeiras de fomento surgiram no âmbito do Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público na Atividade Financeira (PROES), previsto inicialmente na Medida Provisória n.º 1.514, de 1996, que foi reeditada diversas vezes durante a vigência do Programa, até a edição da Medida Provisória n.º 2.192-70, de 2001.

O PROES previa que as instituições financeiras sob o controle dos estados seriam extintas, privatizadas ou transformadas em instituições financeiras dedicadas ao financiamento de capital fixo e de giro associado a projetos no País, denominadas agências de fomento.

Para Santos (2011), as agências nasceram como instituições não bancárias, no entanto, somente em março de 2001, foram reconhecidas como instituições financeiras, o que ocorreu porque a princípio o governo federal ficou receoso de que elas se tornassem o caminho para o ressurgimento dos bancos comerciais.

Freitas (2005, p. 22) afirma que à época em que foram criadas:

[...] não havia propriamente uma preocupação de que as agências funcionassem efetivamente. Elas haviam sido basicamente moedas de troca do Governo Federal no processo de convencimento de governadores recalcitrantes em privatizar seus bancos estaduais.

Para Eloy (1999) as Agências de Fomento são “Organismos criados para auxiliar a promoção do desenvolvimento de uma zona territorial determinada, contando para isso com instrumentos diversos e, principalmente, com um nível apreciável de autonomia de gestão”.

Para Santos (2011), a criação das agências de fomento se traduz em uma nova maneira de atuação estatal para o desenvolvimento. Trata-se de uma forma nova de se viabilizar financiamentos, não estando, no entanto, nos moldes das instituições bancárias convencionais. Eloy (1999) salienta que as Agências de Fomento estão sempre vinculadas a desenvolver o potencial endógeno da zona geográfica de referência, empregando no conceito de desenvolvimento os aspectos sociais.

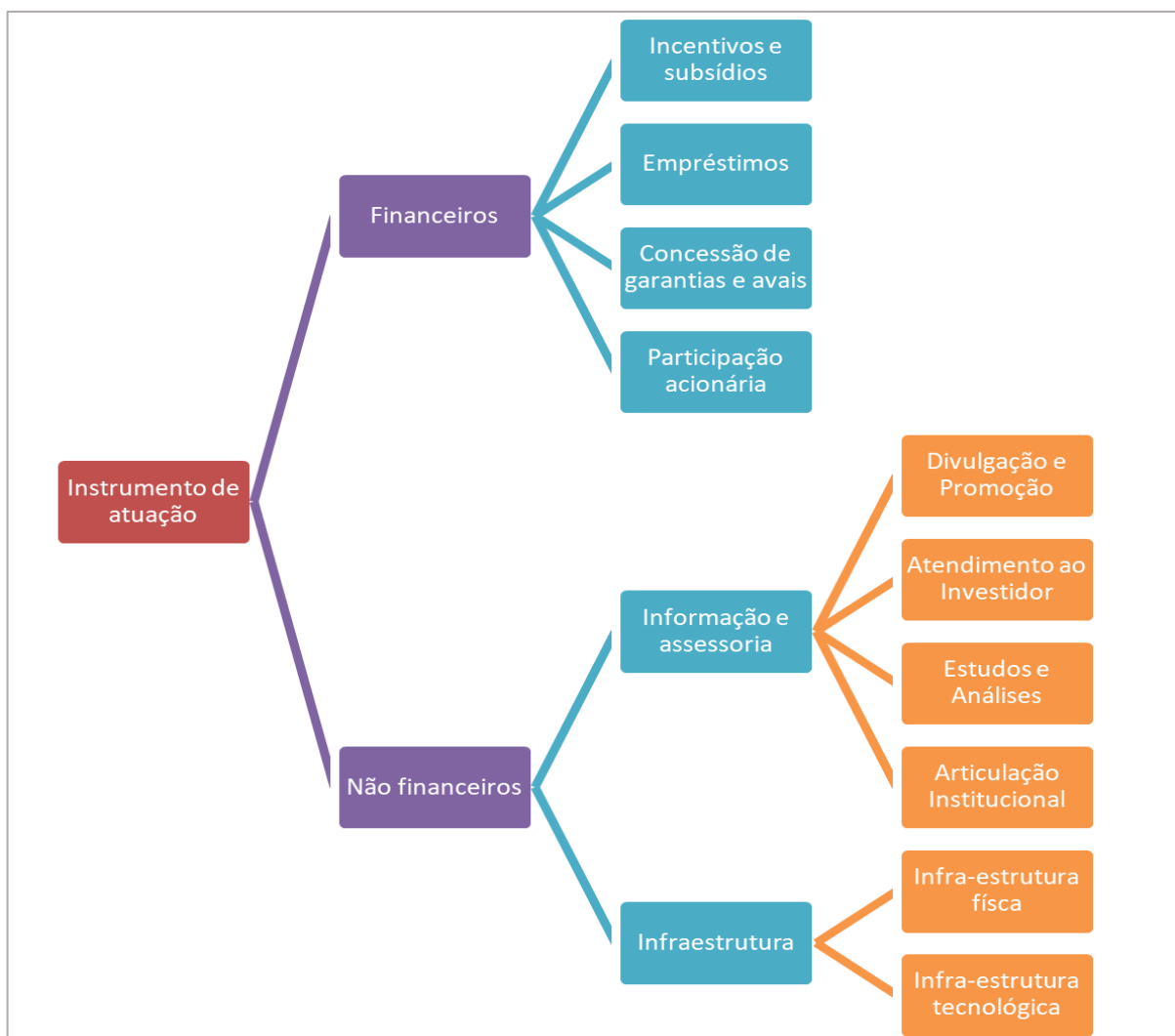
Não obstante, sua atuação está ligada às vocações regionais. As agências de fomento vêm, de maneira geral, associar sua atuação à implementação de políticas de redes, ou seja,

sempre se articulando com as instituições que promovem a articulação público-privada no apoio à formulação de políticas públicas de desenvolvimento.

De acordo com o Banco Central do Brasil (2019), essas instituições só podem, em operações passivas, empregar recursos provenientes de fundos e programas oficiais; orçamentos federal, estadual e municipal; organismos e instituições financeiras nacionais e internacionais de desenvolvimento; e captação de depósitos interfinanceiros vinculados a operações de microfinanças (DIM). A elas há a vedação de captação de recursos junto do público.

Segundo Eloy (1999), os instrumentos de atuação das agências de fomento são classificados em financeiros e não financeiros. O diagrama abaixo busca demonstrar suas linhas de atuação:

Figura 3 – Instrumento de Atuação das agências de Fomento



Fonte: Elaborado pela Desenbahia a partir da discussão de Eloy (1999).

Como se pode ver, dentre os instrumentos financeiros utilizados pelas agências de fomento, podem ser elencadas as concessões de financiamentos através de empréstimos, a participação direta como acionista do empreendimento, a constituição de fundos de garantia de aval com o objetivo de viabilizar a concessão de crédito a empresas que não dispõem dessas garantias, e por fim, a concessão de subsídios como forma de promover a atração de investimentos.

Dentre os instrumentos não financeiros, pode-se subdividi-los em dois grandes grupos: Informação e Assessoria, e Infraestrutura. O primeiro diz respeito a atividades que vão desde a divulgação e promoção do empreendimento até as ações de articulação institucionais, inclui-se ainda nesse grupo o atendimento ao investidor, a elaboração de estudos e análises voltados ao suporte no processo de implementação de novas ações por parte da própria agência a fim de subsidiar a tomada de decisão dos agentes privados quanto à localização de seus investimentos. Ainda como instrumentos de atuação não financeiros de que dispõem as agências de fomento, têm-se os ligados à infraestrutura física (que compreende malha de transporte, existências de distritos industriais, terrenos etc.) e tecnológica (que inclui desde a qualificação de mão-de-obra até a disponibilidade de universidades e centros de pesquisas). Importa salientar que o seu escopo de atuação na infraestrutura é limitado, cabendo-lhe o papel de articulador de ações.

Alguns dos instrumentos de que as agências de fomento dispõem para concretizar sua missão institucional foram objetos de amplos estudos, como sendo capazes de mudar a realidade de localidades, como por exemplo, o microcrédito.

Segundo Barone (2019, p. 14):

[..] microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica.

Uma das experiências mais marcantes relacionadas aos microcréditos foi a do professor Mohammad Yunus, que começou a emprestar pequenos valores a microempreendedores em populações vizinhas a universidade em que lecionava.

Yunus queria mudar a realidade de fome que se abatia sobre o povo de Bangladesh e a partir de visitas a aldeias percebeu que muitas mulheres de vilarejos pobres estavam muito endividadas com agiotas. Decidiu persuadir o banco local a dar crédito aos moradores. Mesmo sem garantias, ele entendeu que valeria o risco. A partir daí muitas pessoas pobres conseguiram sair da extrema pobreza, e foi dessa iniciativa que surgiu o *Grameen Bank* (RAPIS, 2008).

Foi o microcrédito o instrumento utilizado por Muhammad Yunus, fundador do banco *Grameen*, para reduzir a pobreza, conscientizando a sociedade de que o crédito deve ser entendido como um dos itens subjacentes aos direitos humanos (YUNUS, 2000).

Em seu argumento, Yunus (2000) afirma que não há uma relação necessária entre a criação de emprego e a suplantação da pobreza. No seu entendimento, é preciso medidas a níveis globais e com maior profundidade, não sendo o trabalho responsável por salvar os pobres, mas o capital ligado ao trabalho. Em sua visão, para se erradicar a pobreza deve-se conhecer as condições que mantêm as pessoas pobres e a partir daí criar mecanismos para tirá-las dessas condições (YUNUS, 2000). Neste sentido, o microcrédito é um importantíssimo instrumento para o desenvolvimento social.

5.9 Agência de Fomento no Tocantins

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins foi criada pela Lei Estadual n.º. 1.298 de 22 de fevereiro de 2002 e inaugurada em 21 de outubro de 2005. Tem por objeto social o financiamento de projetos de desenvolvimento, exclusivamente no Estado do Tocantins, que promovam benefícios econômicos e/ou sociais às áreas de sua influência, em consonância com o Plano do Governo e levando em consideração as necessidades e potencialidades locais.

5.9.1 Estrutura Organizacional da Agência de Fomento do Tocantins

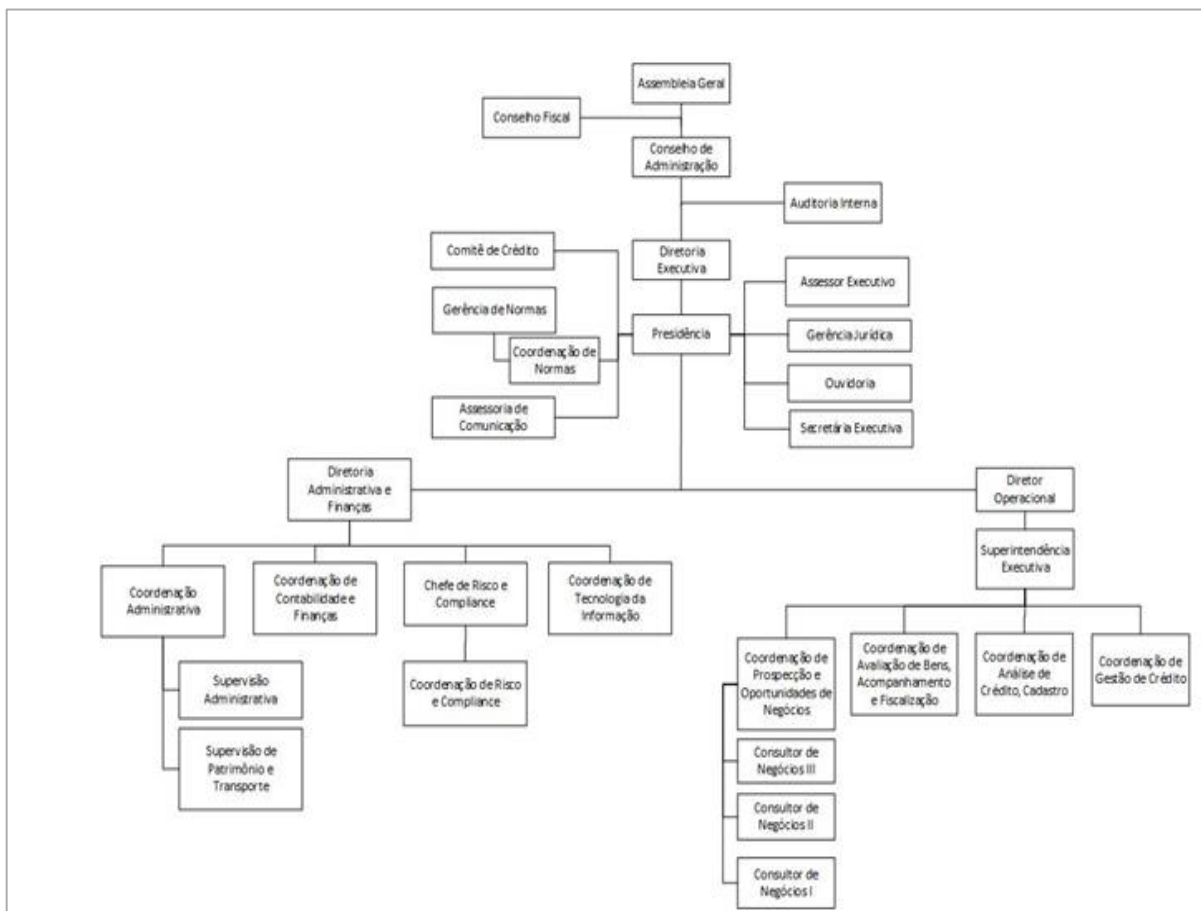
Conforme consta no Relatório de gestão de 2018, a estrutura organizacional das Agências de Fomento do Tocantins é composta pela Assembleia Geral, Conselho Fiscal-COFIS, Conselho de Administração-CONAD, Auditoria Interna-AUDIN, Diretoria Executiva-DIREX, Presidência-PRESI, Diretoria Administrativa e Financeira-DIRAF, Diretoria Operacional-DIROP.

Conforme seu Estatuto, a Assembleia Geral tem poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social, bem como tomar as providências que julgar convenientes a sua defesa e desenvolvimento. O Conselho Fiscal tem funcionamento permanente e compõe-se de 3(três) membros acionistas ou não, residentes no país e diplomados em curso superior, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3(três) anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal. Os membros do Conselho Fiscal são eleitos para um mandato de 1(um) ano. O Conselho de Administração é composto por 5(cinco) membros efetivos para um mandato de 3(três) anos, podendo ser reeleitos. Nesse conselho os acionistas minoritários têm direito de

eleger um conselheiro. A auditoria interna tem como missão assessorar a administração no desempenho de suas funções e responsabilidades, verificando a correta aplicação do capital através de uma fiscalização transparente.

A Diretoria Executiva é o órgão encarregado da condução dos objetivos sociais e da prática dos atos necessários ao funcionamento da instituição, sendo composta por 3(três) membros, podendo ser ou não acionistas. Eles são eleitos pelo Conselho de Administração para os cargos de Diretor-Presidente, Diretor Operacional e Diretor Administrativo-financeiro, e têm mandato de 3(três) anos sendo possível a reeleição. A Presidência supervisiona e dirige os negócios das Agências representando-a em juízo ou fora dele. A Diretoria Administrativo-Financeira é responsável por administrar as atividades de Gestão do Crédito, da área contábil e financeira da instituição. E por fim, a Diretoria Operacional quem tem sob sua responsabilidade a administração das atividades de gestão de riscos e controles internos.

Figura 4 – Organograma da Agência de Fomento do Tocantins



Fonte: <http://www.fomento.to.gov.br/organograma/> acesso em 23 nov. 2019.

5.9.2 Estrutura de Governança da Agência de Fomento do Tocantins

A Estrutura da Governança das Agências de Fomento do Tocantins é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Auditoria Interna, Comitê de Finanças e Riscos, Coordenadoria de Riscos e *Complíce*, Coordenadoria de Contabilidade e Finanças.

5.9.3 Linhas de Atuação

Conforme dados do Relatório de Gestão de 2018 disponíveis no site oficial do órgão, a agência de Fomento do Tocantins atua preponderantemente na concessão de crédito, sendo nos seguintes segmentos: microcrédito, Comércio e Serviço, Indústria, Turismo, Profissional liberal, Agronegócio e na linha Inovacred.

Microcrédito: Trata-se de uma linha de crédito cujos limites vão de R\$1000,00 a R\$30.000,00 e é destinado ao Micro empreendedor individual, instalado ou que pretende se instalar no Estado do Tocantins, desde que suas atividades estejam ligadas ao setor de comércio ou da prestação de serviços. A linha de crédito se destina a financiar investimentos fixos, como a compra de máquinas, equipamentos, móveis, melhorias nas instalações, entre outros; Capital de giro (custeio) associado ou isolado e Capital Misto (junção de investimento e capital de giro). Nessa modalidade o prazo de financiamento é de até 48 meses com 3 meses de carências a uma taxa de juro que varia de 1,8 a 5% conforme a análise de risco (*rating*).

Comércio e Serviço: Nessa linha de crédito o limite mínimo é de R\$ 5.000,00 e se destina a financiar Empresas de pequeno, médio e grande porte, instaladas ou que pretendem se instalar no Estado do Tocantins, que possuam atividades ligadas ao setor de comércio ou prestação de serviços. Destina-se a financiar Investimentos fixos como máquinas, equipamentos, móveis, melhorias nas instalações, entre outros; Capital de giro (custeio) associado ou isolado ou Capital Misto. Nessa modalidade o prazo de financiamento é de até 60 meses com 4 meses de carência a uma taxa de juro que varia de 1,8 a 5% conforme a análise de risco (*rating*).

Indústria: Nessa linha de crédito o limite mínimo é de R\$ 5.000,00 e se destina a financiar Indústrias de pequeno, médio e grande porte, instaladas ou que pretendem se instalar no Estado do Tocantins, que possuam atividades ligadas ao setor industrial. Destina-se a Investimentos fixo, como máquinas, equipamentos, móveis, melhorias nas instalações, entre outros; Capital de giro (custeio) associado ou isolado ou Capital Misto. Nessa modalidade o

prazo de financiamento é de até 60 meses com 4 meses de carência a uma taxa de juro que varia de 1,8 a 5% conforme a análise de risco (*rating*).

Turismo: Nessa linha de crédito o limite mínimo é de R\$ 5.000,00. A linha se destina a financiar Empresas de pequeno, médio e grande porte, instaladas ou que pretendem se instalar no Estado do Tocantins, que possuam atividades ligadas ao setor de Turismo como: restaurantes, hotéis, bares, entre outros conforme a região. Destina-se a Investimentos fixos como máquinas, equipamentos, móveis, melhorias nas instalações, entre outros; Capital de giro (custeio) associado ou isolado ou Capital Misto. Nessa modalidade o prazo de financiamento é de até 60 meses com 6 meses de carência a uma taxa de juro que varia de 1,8 a 5% conforme a análise de risco (*rating*).

Profissional liberal: Essa linha é destinada a profissionais liberais instalados ou que pretendem se instalar no Estado do Tocantins, atuantes em atividades que estejam ligadas ao setor de prestação de serviços. Destina-se a financiar Investimento fixo, sendo: máquinas, equipamentos, móveis, melhorias nas instalações, entre outros; Capital de giro (custeio) associado ou isolado; e Capital Misto. Nessa modalidade o prazo de financiamento é de até 60 meses com 4 meses de carência a uma taxa de juro que varia de 1,8 a 5% conforme a análise de risco (*rating*).

Agronegócio: Essa linha é destinada a empresas de pequeno, médio e grande porte, instaladas ou que pretendem se instalar no Estado do Tocantins e tenha suas atividades ligadas ao setor de comércio ou prestação de serviços. Destina-se a financiar Investimento fixo, sendo: máquinas, equipamentos, móveis, melhorias nas instalações, entre outros; Capital de giro (custeio) associado ou isolado; e Capital Misto. Nessa modalidade o prazo depende da condição do projeto, e a taxa de juro varia de 1,8 a 5% conforme a análise de risco (*rating*).

Inovacred: É um programa destinado a projetos e desenvolvimento de novos produtos, processos ou serviços, bem como aprimoramento dos já existentes, inovação em marketing ou inovação organizacional no ambiente produtivo ou social, visando ampliar a competitividade das empresas no âmbito regional e até nacional, de acordo com as orientações do Manual Operacional e de Orientação aos Agentes Financeiros.

O Inovacred se destina a atividades que contribuem para a geração de conhecimento, como demonstração de conceitos e simulação, quando associados à inovação; desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços; protótipo e prototipagem; engenharia básica (concepção e definição dos parâmetros desconhecidos para detalhamento de projetos-engenharia não rotineiro); absorção de tecnologia; atividades que utilizam e/ou aprimoram o conhecimento, como compra e adaptação de tecnologia (inclusive assistência técnica);

aprimoramento de tecnologias, produtos, processos e serviços; Infraestrutura de P&D; desenho industrial; planta piloto (scale-up); o valor para financiamento nessa linha de crédito é de até R\$ 150.000,00 e deve ser solicitado pelo INOVACRED EXPRESSO

(Fonte: <http://www.fomento.to.gov.br/linha-de-credito/>)

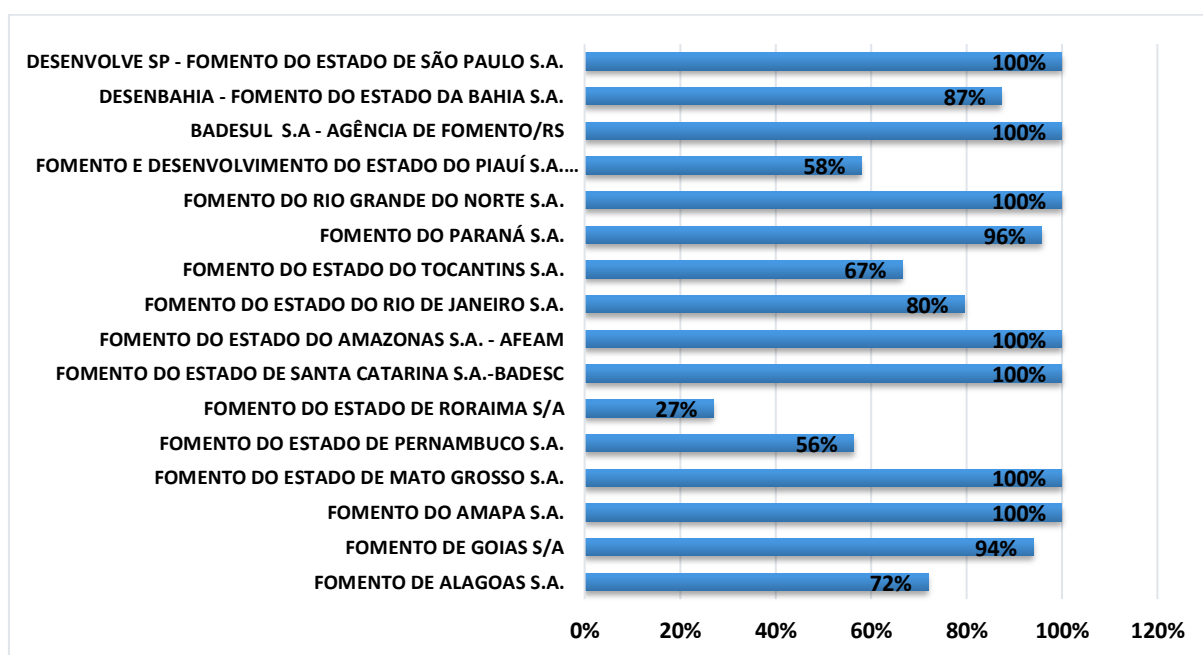
6 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Apresentaremos os resultados dos cálculos de eficiências das Agências de Fomentos do Brasil de forma geral a partir da DEA, dando ênfase à Agência de Fomento Tocantinense, que é o escopo principal desse trabalho.

6.1 Eficiência das Agências de Fomento em 2016

O gráfico abaixo demonstra o resultado, em termos percentuais, obtido após o processamento dos dados das 16 (dezesseis) Agências no Sistema, nele podemos observar com *score* de 100% na fronteira de eficiência, 7 (sete) Agências de Fomento, sendo elas a de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Amazonas, Santa Catarina, Mato Grosso e Amapá.

Gráfico 5 – Score de eficiências das Agências de Fomento em 2016



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

As com *score* acima de 90% são as do Paraná e Goiás, a da Bahia chega próximo com 87%. A do Rio de Janeiro com 80% e a de Alagoas com 72% de *score* de eficiência.

Nesse cenário, a Agência de Fomento do Estado do Tocantins aparece com *score* de eficiência de 67%, Piauí com 58% e Pernambuco 56%. A Agência de Fomento de Roraima é a que está mais mal colocada em termo de eficiência, com um percentual de 27% no ano de 2016.

Quadro 6 – Benchmarks 2016

<i>DMU</i>	FOMENTO DO AMAPÁ S. A.	FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S. A.	FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A.- BADESC	FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S. A. - AFEAM	FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S. A.	BADESUL S. A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	DESENVOLVE SP - FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.
FOMENTO DE ALAGOAS S. A.	0%	0%	0%	0%	61%	0%	0%
FOMENTO DE GOIÁS S/A	0%	0%	12%	0%	0%	1%	0%
FOMENTO DO AMAPÁ S. A.	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S. A.	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S. A.	0%	0%	3%	10%	19%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	39%	26%	0%	0%	0%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A. – BADESC	0%	0%	100%	0%	0%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S. A. – AFEAM	0%	0%	0%	100%	0%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S. A.	0%	0%	0%	0%	0%	10%	0%
FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S. A.	0%	36%	1%	1%	0%	0%	0%
FOMENTO DO PARANÁ S. A.	0%	0%	63%	0%	0%	16%	0%
FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S. A.	0%	0%	0%	0%	100%	0%	0%
FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S. A. - PIAUÍ FOMENTO	0%	0%	0%	0%	26%	0%	0%
BADESUL S. A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%
DESENBÁHIA - FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S. A.	0%	0%	41%	0%	0%	14%	0%
DESENVOLVE SP - FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Ao se analisar o Quadro 8, na primeira linha horizontal verificamos quais as instituições Eficientes para o ano de 2016. Essas instituições são consideradas *Benchmark*s para as demais menos eficientes – as que se encontram nas respectivas colunas abaixo, no sentido vertical. Essa análise demonstra que a Agência de Fomento do Amapá foi considerada referência para a de Roraima. A de Mato Grosso foi a referência para a do Tocantins, a de Santa Catarina referência para a de Goiás, Paraná e da Bahia. A do Amazonas foi referência para ela mesmo. A do Rio Grande do Norte foi referência para a de Alagoas, Pernambuco e Piauí. A Fomento do Rio Grande do Sul foi a referência para a do Rio de Janeiro. E por fim, a de São Paulo é referência para si mesmo.

6.2 Metas de Implementação para Eficiências 2016

Preliminarmente é importante ressaltar que a modelagem DEA-CCR foi orientada no sentido de se maximizar os *outputs* (produtos), no entanto o sistema calcula combinações lineares de certas *DMU* com relação aos seu pares, indicando a diminuição de *inputs* (insumos) para que haja o balanceamento e se alcance a eficiência relativa. Portanto, nesses casos, para que determinada *DMU* avance na eficiência, há a necessidade de se contrabalancear as variáveis diminuindo certos insumos. Seguem abaixo as Agências de Fomento e a indicação do percentual de implementação ou de diminuição de determinada variável, que seria necessário para se alcançar a eficiência em relação ao período de análise, ou seja 2016.

Tabela 1 – Agência de Fomento de Alagoas S. A. (eficiência: 0,719403)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	5.753,00	5.753,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	39.586,00	39.586,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	7.985,00	11.099,48	0	39%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	7.649,00	10.632,42	0	39%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 2 – Agência de Fomento de Goiás S. A. (eficiência: 0,939905)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	23.415,00	23.415,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	234.052,00	234.052,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	46.952,00	49.953,98	0	6%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	113.017,00	120.242,99	0	6%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 3 – Agência de Fomento do AMAPÁ S. A. (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Radial	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	7.043,00	7.043,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	11.131,00	11.131,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	7.740,00	7.740,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	710	710	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 4 – Agência de Fomento do Estado do Mato Grosso S. A. (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Radial	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	12.651,00	12.651,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	34.011,00	34.011,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	14.938,00	14.938,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	17.372,00	17.372,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD, 2020.

Tabela 5 – Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S. A. (eficiência:0,564134)

Variável	Atual	Radial	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (Input 1)	7.856,00	7.856,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (Input 2)	53.024,00	53.024,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (Output 1)	8.084,00	14.329,94	0	77%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (Output 2)	14.803,00	26.240,23	0	77%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 6 – Agência de Fomento do Estado de Roraima S. A. (eficiência:0,270541)

Variável	Atual	Radial	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (Input 1)	6.137,00	5.970,46	166,540622	-3%
Captação + Patrimônio Líquido (Input 2)	13.035,00	13.035,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (Output 1)	1.847,00	6.827,07	0	270%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (Output 2)	1.281,00	4.734,97	0	270%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 7 – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S. A. - BADESC (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Radial	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (Input 1)	67.519,00	67.519,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (Input 2)	974.787,00	974.787,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (Output 1)	159.548,00	159.548,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (Output 2)	737.589,00	737.589,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 8 – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S. A. - AFEAM (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Radial	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	43.013,00	43.013,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	179.169,00	179.169,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	69.651,00	69.651,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	50.129,00	50.129,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 9 – Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S. A. (eficiência: 0,795736)

Variável	Atual	Radial	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	42.846,00	42.846,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	534.487,00	534.487,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	83.422,00	104.836,21	0	26%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	162.154,00	191.542,33		18%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 10 – Agência de Fomento do Estado do Tocantins S. A. (eficiência: 0,665826)

Variável	Atual	Radial	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	5.584,00	5.584,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	23.730,00	23.730,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	5.037,00	7.565,04	0	50%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	9.519,00	14.296,54	0	50%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 11 – Agência de Fomento do Paraná S. A. (eficiência: 0,958141)

Variável	Atual	Radial	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	75.405,00	75.405,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	1.715.474,00	1.715.474,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	225.931,00	235.801,37	0	4%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	1.133.548,00	1.183.069,95	0	4%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 12 – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S. A. (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	8.899,00	8.899,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	43.484,00	43.484,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	15.617,00	15.617,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	4.701,00	4.701,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 13 – Agência de Fomento do Piauí S. A. – Piauí Fomento (eficiência: 0,579975)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	2.338,00	2.338,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	13.171,00	13.171,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	2.472,00	4.262,25	0	72%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	1.086,00	2.273,94	401,450854	109%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 14 – Badesul Desenvolvimento S. A. – Agência de Fomento (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	67.907,00	67.907,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	3.648.993,00	3.648.993,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	421.633,00	421.633,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	2.008.893,00	2.008.893,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 15 – Agência de Fomento do Estado da Bahia S. A. (eficiência: 0,874192)

Variável	Atual	Radial	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	79.667,00	79.667,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	1.125.894,00	1.125.894,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	174.506,00	199.619,65	0	14%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	535.160,00	612.176,38	0	14%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 16 – DESENVOLVE SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S. A. (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Radial	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	62.962,00	62.962,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	1.464.043,00	1.464.043,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	192.445,00	192.445,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	1.127.736,00	1.127.736,00	0	0%

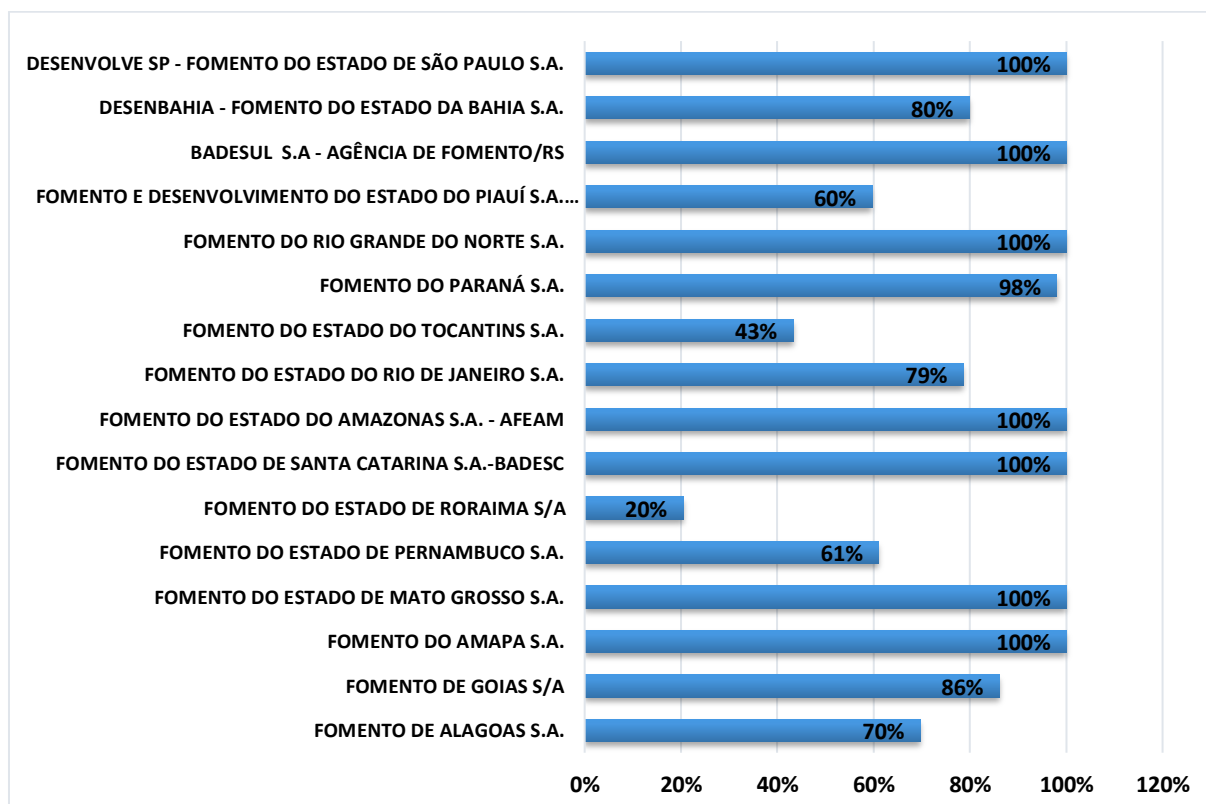
Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Conforme sugerem os resultados acima, a Agência de Fomento do Estado do Tocantins, para ter se aproximado da fronteira de eficiência no ano de 2016, deveria ter implementado seus resultados em 50% (Cinquenta por cento) em relação a suas Receitas de Intermediação Financeira, Rendas de Prestação de Serviços, Rendas de Tarifas Bancárias e/ou Outras receitas, como também deveria ter implementado nos mesmos percentuais sua carteira e crédito pessoa jurídica, que representam a maioria dos tomadores de créditos.

6.3 Eficiência das Agências de Fomento em 2017

No ano de 2017, após o processamento dos dados das 16 (dezesseis) Agências no Sistema, pode-se observar um *score* de 100% na fronteira de eficiência das mesmas 7 (sete) Agências de Fomento, sendo elas a de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Amazonas, Santa Catarina, Mato Grosso e Amapá.

Gráfico 6 – Score de eficiências das Agências de Fomento em 2017



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Com *score* de 98% tem-se a do Paraná. A agência de Goiás e a da Bahia permaneceram na casa dos 80%. A do Rio de Janeiro ficou bem próxima com 79% e a de Alagoas com 70% de *score* de eficiência.

Nesse cenário, a Agência de Fomento do Estado do Tocantins apareceu com *score* de eficiência de 43%, ou seja, uma diminuição em relação ao ano anterior. A do Piauí ficou com 60% e Pernambuco 61%. A Agência de Fomento de Roraima continuou sendo a mais mal colocada em termos de eficiência com um percentual de 20% no ano de 2017.

Quadro 7 – Benchmarks 2017

<i>DMU</i>	FOMENTO DO AMAPÁ S. A.	FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S. A.	FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A.- BADESC	FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S. A. - AFEAM	FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S. A.	BADESUL S. A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	DESENVOLVE SP - FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.
FOMENTO DE ALAGOAS S. A.	0%	0%	1%	1%	59%	0%	0%
FOMENTO DE GOIÁS S/A	0%	0%	12%	0%	0%	2%	0%
FOMENTO DO AMAPÁ S. A.	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S. A.	0%	100%	0%	0%	0%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S. A.	0%	0%	0%	0%	65%	1%	0%
FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	39%	15%	0%	0%	0%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A.- BADESC	0%	0%	100%	0%	0%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S. A. - AFEAM	0%	0%	0%	100%	0%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S. A.	0%	0%	0%	0%	0%	13%	0%
FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S. A.	0%	32%	0%	0%	0%	0%	0%
FOMENTO DO PARANÁ S. A.	0%	0%	19%	0%	0%	16%	0%
FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S. A.	0%	0%	0%	0%	100%	0%	0%
FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S. A. PIAUÍ FOMENTO	0%	0%	0%	0%	21%	0%	0%
BADESUL S. A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%
DESENBÁHIA - FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S. A.	0%	0%	93%	0%	0%	3%	0%
DESENVOLVE SP - FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Em 2017 a análise demonstrou que a Agência de Fomento do Amapá continuou sendo a referência para a de Roraima, considerada menos eficiente. A de Mato Grosso continuou sendo a referência para a do Tocantins, a de Santa Catarina também continuou sendo referência para a de Goiás, Paraná e da Bahia. A do Amazonas permaneceu sendo referência para ela mesmo. A do Rio Grande do Norte permaneceu sendo referência para a de Alagoas, Pernambuco e Piauí. A Fomento do Rio Grande do Sul foi a referência para a do Rio de Janeiro e Paraná. E por fim, a de São Paulo permaneceu referência para si mesma.

Seguem abaixo as Agências de Fomento e a indicação do percentual de implementação, ou de diminuição de determinada variável, que seria necessária para alcançar a eficiência em relação ao período sob análise, ou seja 2017.

6.4 Metas de Implementação para Eficiências 2017

Tabela 17 – Agência de Fomento de Alagoas S.A (eficiência: 0,697286)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	7.344,00	7.344,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	37.587,00	37.587,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	9.302,00	13.340,30	0	43%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	8.024,00	11.507,48	0	43%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 18 – Agência de Fomento de Goiás S. A. (eficiência: 0,861255)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	22.881,00	22.881,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	233.905,00	233.905,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	44.074,00	51.174,15	0	16%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	98.844,00	114.767,38	0	16%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 19 – Agência de Fomento do Amapá S. A. (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	8.459,00	8.459,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	14.204,00	14.204,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	10.120,00	10.120,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	2.300,00	2.300,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 20 – Agência de Fomento do Estado do Mato Grosso S. A. (eficiência:1,000000)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	15.585,00	15.585,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	38.978,00	38.978,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	20.695,00	20.695,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	20.890,00	20.890,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 21 – Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S. A. (eficiência: 0,611095)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	7.371,00	7.371,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	57.289,00	57.289,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	9.345,00	15.292,21	0	64%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	3.025,00	17.798,38	12.848,25	488%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 22 – Agência de Fomento do Estado de Roraima S. A. (eficiência: 0,204561)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (Input 1)	6.774,00	5.581,25	1.192,75	-18%
Captação + Patrimônio Líquido (Input 2)	11.269,00	11.269,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (Output 1)	1.428,00	6.980,79	0	389%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (Output 2)	815	3.984,14	0	389%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 23 – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S. A. - BADESC (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (Input 1)	56.341,00	56.341,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (Input 2)	992.798,00	992.798,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (Output 1)	155.019,00	155.019,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (Output 2)	687.167,00	687.167,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 24 – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S. A. – AFEAM (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (Input 1)	44.291,00	44.291,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (Input 2)	120.239,00	120.239,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (Output 1)	66.316,00	66.316,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (Output 2)	47.552,00	47.552,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 25 – Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S. A. (eficiência: 0,786547)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	40.451,00	40.451,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	537.065,00	537.065,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	81.390,00	103.477,57	0	27%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	161.059,00	209.222,81	4.455,72	30%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 26 – Agência de Fomento do Estado do Tocantins S. A. (eficiência: 0,433069)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	5.404,00	5.331,57	72,42669	-1%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	20.884,00	20.884,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	3.303,00	7.626,96	0	131%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	5.564,00	12.847,84	0	131%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 27 – Agência de Fomento do Paraná S. A. (eficiência: 0,980738)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	59.937,00	59.937,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	1.772.301,00	1.772.301,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	206.727,00	210.787,19	0	2%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	1.138.169,00	1.160.523,05	0	2%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 28 – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S. A. (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	10.554,00	10.554,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	43.499,00	43.499,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	18.512,00	18.512,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	6.183,00	6.183,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 29 – Agência de Fomento do Estado do Piauí S. A. – Piauí Fomento (eficiência: 0,596784)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	2.309,00	2.309,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	12.493,00	12.493,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	2.573,00	4.311,44	0	68%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	1.008,00	2.843,70	1.154,65	182%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 30 – BADESUL DESENVOLVIMENTO S. A. – Agência de Fomento/RS (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	58.102,00	58.102,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	3.193.875,00	3.193.875,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	361.383,00	361.383,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	1.514.057,00	1.514.057,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 31 – DESENBAHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S. A. (eficiência: 0,798372)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (Input 1)	85.420,00	85.420,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (Input 2)	1.159.220,00	1.159.220,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (Output 1)	168.362,00	210.881,64	0	25%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (Output 2)	565.063,00	707.769,05	0	25%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 32 – DESENBAHIA – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S. A. – (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (Input 1)	58.267,00	58.267,00	0	0,00
Captação + Patrimônio Líquido (Input 2)	1.560.444,00	1.560.444,00	0	0,00
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (Output 1)	179.923,00	179.923,00	0	0,00
Carteira de crédito Pessoa jurídica (Output 2)	1.146.470,00	1.146.470,00	0	0,00

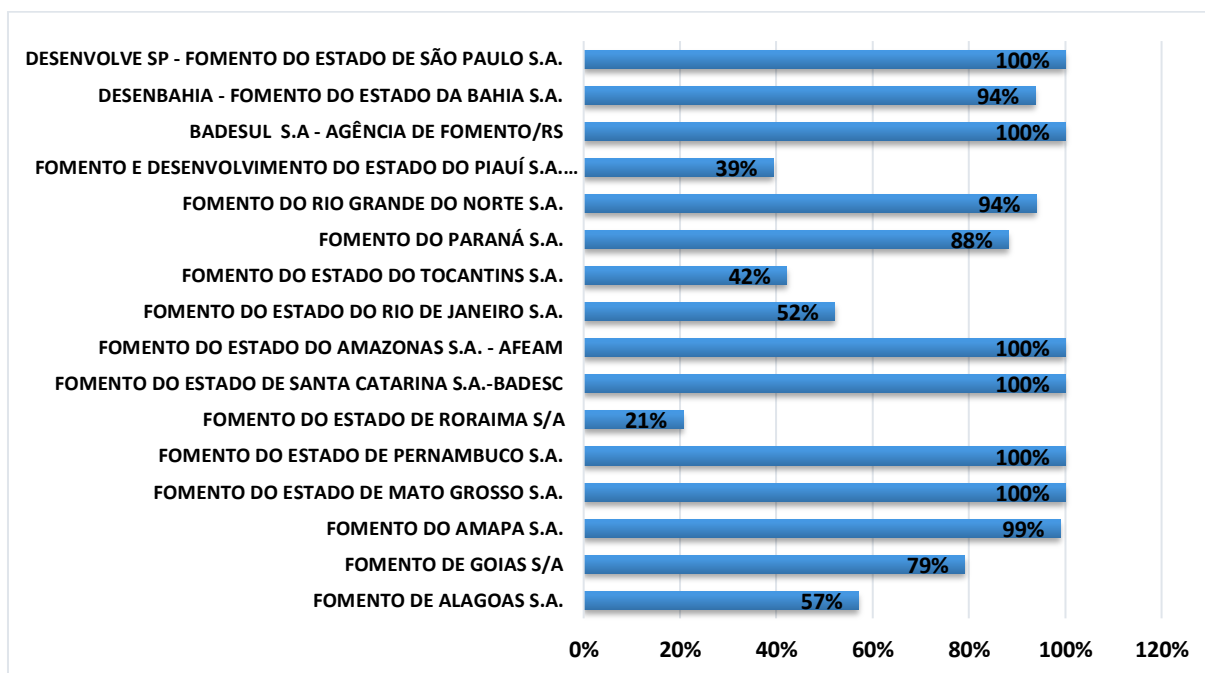
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Conforme sugerem os resultados acima, a Agência de Fomento do Estado do Tocantins, para se aproximar da fronteira da eficiência no ano de 2017, deveria ter implementado seus resultados em 131% (Cento e trinta e um por cento) em relação a suas Receitas de Intermediação Financeira, Rendas de Prestação de Serviços, Rendas de Tarifas Bancárias e/ou Outras receitas, como também deveria ter implementado nos mesmos percentuais sua carteira e crédito pessoa jurídica, que representa a maioria dos tomadores de crédito.

6.5 Eficiência das Agências de Fomento em 2018

No ano de 2018 podemos observar com *score* de 100% na fronteira de eficiência, 6 (seis) das 16 (dezesseis) Agências de Fomento, sendo elas a de São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Amazonas, Santa Catarina e Mato Grosso.

Gráfico 7 – Score de Eficiência das Agências de Fomento em 2018



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Apresentou-se com *score* de 99%, a Agência de Fomento do Amapá, a da Bahia e a do Rio Grande do Norte com 94%, a do Paraná com 88%, a de Goiás com 79%, a de Alagoas com 57% e a do Rio de Janeiro com 52% de *score* de eficiência.

No caso da Agência de Fomento do Estado do Tocantins seu *score* de eficiência foi de 42%, ou seja, uma diminuição de 1 ponto percentual em relação ao ano anterior. O Piauí ficou com 39%. A Agência de Fomento de Roraima continuou sendo a mais mal colocada em termos de eficiência, com um percentual de 21% no ano de 2018.

No ano de 2018 houve uma alteração de *benchmarks*. A Agência de Fomento de Mato Grosso agora é a referência para Roraima.

A de Pernambuco passou a ser a referência para a do Tocantins, em decorrência de uma pequena diferença de um ponto percentual. A Agência de Santa Catarina passou a ser a referência para ela mesma. A do Amazonas passou a ser referência para Goiás, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Norte. E por fim, a de São Paulo permaneceu referência para si mesmo.

Quadro 8 – Benchmarks 2018

<i>DMU</i>	FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S. A.	FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S. A.	FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A.-BADESC	FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S. A. - AFEAM	BADESUL S. A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	DESENVOLVE SP - FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.
FOMENTO DE ALAGOAS S. A.	0%	0%	1%	9%	1%	0%
FOMENTO DE GOIÁS S/A	0%	0%	9%	36%	4%	0%
FOMENTO DO AMAPÁ S. A.	6%	0%	0%	10%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S. A.	100%	0%	0%	0%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S. A.	0%	100%	0%	0%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	20%	1%	0%	0%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A.-BADESC	0%	0%	100%	0%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S. A. - AFEAM	0%	0%	0%	100%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S. A.	0%	0%	32%	36%	7%	0%
FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S. A.	18%	19%	0%	0%	0%	0%
FOMENTO DO PARANÁ S. A.	0%	0%	8%	0%	21%	0%
FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S. A.	0%	0%	0%	22%	1%	0%
FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S. A. PIAUÍ FOMENTO	0%	0%	0%	5%	0%	0%
BADESUL S. A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	0%	0%	0%	0%	100%	0%
DESENBAHIA - FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S. A.	0%	0%	35%	70%	25%	0%
DESENVOLVE SP - FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.	0%	0%	0%	0%	0%	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Seguem abaixo as Agências de Fomento e a indicação do percentual de implementação, ou de diminuição de determinada variável que seria necessário para se alcançar a eficiência, no período analisado.

6.6 Metas de Implementação para Eficiências 2018

Tabela 33 – Agência de Fomento de Alagoas S. A. – (eficiência: 0,571275)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	5.646,00	5.646,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	43.787,00	43.787,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	6.727,00	11.775,41	0	75%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	11.696,00	20.473,49	0	75%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 34 – Agência de Fomento de Goiás S. A. – (eficiência: 0,791446)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	24.288,00	24.288,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	231.632,00	231.632,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	42.700,00	53.951,88	0	26%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	95.211,00	120.300,05	0	26%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 35 – Agência de Fomento do Amapá S. A. – (eficiência: 0,996667)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	8.705,00	5.788,06	2.916,94	-34%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	12.525,00	12.525,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	8.484,00	8.512,37	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	3.543,00	3.554,85	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 36 – Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S. A. – (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	18.142,00	18.142,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	36.873,00	36.873,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	18.990,00	18.990,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	20.487,00	20.487,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 37 – Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S. A. – (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	7.215,00	7.215,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	54.197,00	54.197,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	8.575,00	8.575,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	41.609,00	41.609,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 38 – Agência de Fomento do Estado de Roraima S. A. – (eficiência: 0,206552)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	7.047,00	3.649,08	3.397,92	-48%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	7.799,00	7.799,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	791	3.829,54	0	384%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	918	4.444,40	0	384%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

**Tabela 39 – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S. A. – BADESC
(eficiência: 1,000000)**

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	51.948,00	51.948,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	945.540,00	945.540,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	143.498,00	143.498,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	663.969,00	663.969,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 40 – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S. A. – AFEAM (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	48.608,00	48.608,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	106.763,00	106.763,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	76.576,00	76.576,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	23.670,00	23.670,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 41 – Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S. A. (eficiência: 0,521373)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	38.250,00	38.250,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	541.384,00	541.384,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	51.515,00	98.806,45	0	92%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	165.028,00	316.525,89	0	92%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 42 – Agência de Fomento do Estado do Tocantins S. A. (eficiência: 0,421581)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (Input 1)	5.161,00	4.692,18	468,818	-9%
Captação + Patrimônio Líquido (Input 2)	17.000,00	17.000,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (Output 1)	2.152,00	5.104,59	0	137%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (Output 2)	4.897,00	11.615,79	0	137%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 43 – Agência de Fomento do Estado do Paraná S. A. (eficiência: 0,882523)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (Input 1)	62.503,00	62.503,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (Input 2)	1.907.978,00	1.907.978,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (Output 1)	193.449,00	219.200,04	0	13%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (Output 2)	1.125.226,00	1.275.010,88	0	13%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 44 – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S. A. (eficiência: 0,940193)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (Input 1)	11.165,00	11.165,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (Input 2)	44.371,00	44.371,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (Output 1)	18.378,00	19.547,05	0	6%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (Output 2)	6.187,00	15.073,87	8.493,31	144%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 45 – Agência de Fomento do Estado do Piauí S. A. – Piauí Fomento (eficiência: 0,394192)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	2.352,00	2.352,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	10.834,00	10.834,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	1.681,00	4.264,42	0	154%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	1.194,00	3.897,37	868,3885	226%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 46 – BADESUL DESENVOLVIMENTO – Agência de Fomento/RS (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	58.610,00	58.610,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	2.848.486,00	2.848.486,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	360.627,00	360.627,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	1.349.083,00	1.349.083,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 47 – DESENBAHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia (eficiência: 0,937541)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	67.447,00	67.447,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	1.134.374,00	1.134.374,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	184.098,00	196.362,62	0	7%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	557.435,00	594.571,37	0	7%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

**Tabela 48 – DESENVOLVE SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo
(eficiência: 1,000000)**

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	62.252,00	62.252,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	1.672.557,00	1.672.557,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	179.304,00	179.304,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	1.268.122,00	1.268.122,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Conforme sugerem os resultados acima, a Agência de Fomento do Estado do Tocantins, para se aproximar da fronteira da eficiência no ano de 2018, deveria ter implementado seus resultados em 137% (Cento e trinta e sete por cento) em relação a suas Receitas de Intermediação Financeira, Rendas de Prestação de Serviços, Rendas de Tarifas Bancárias e/ou Outras receitas, como também deveria ter implementado nos mesmos percentuais sua carteira e crédito pessoa jurídica, que representa a maioria dos tomadores de créditos.

6.7 Eficiência das Agências de Fomento em 2019

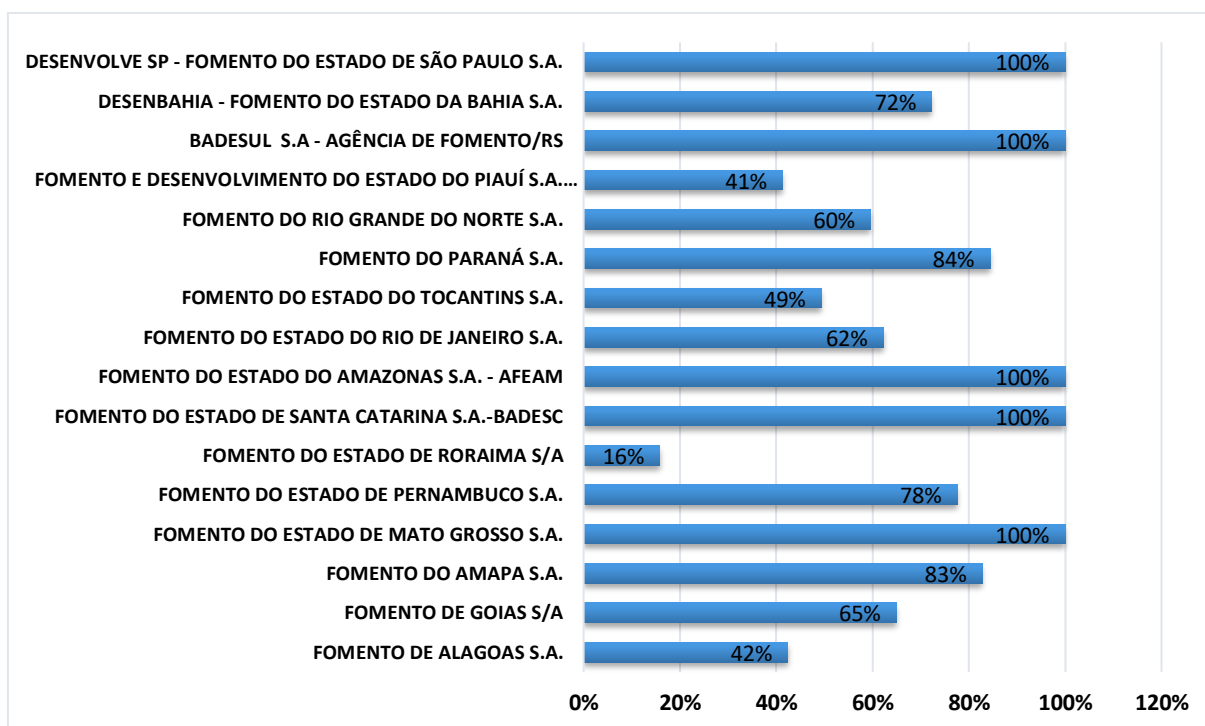
Por fim, no ano de 2019, pudemos observar com *score* de 100% na fronteira de eficiência, 5 (cinco) Agências de Fomento, sendo elas a de São Paulo, Rio Grande do Sul, Amazonas, Santa Catarina e Mato Grosso.

Na casa dos 80% de *score* temos a Fomento do Paraná com 84% e a do Amapá com 83%. Na casa dos 70% nós temos a de Pernambuco com 78% e a da Bahia 72%. Nos 60% temos a de Goiás com 65%, a do Rio de Janeiro com 62% e a do Rio Grande do Norte com 60%.

Em 2019, a Agência de Fomento do Estado do Tocantins apresentou um *score* de eficiência de 49%, a de Alagoas 42% e a do Piauí 41%.

A Agência de Fomento de Roraima continuou sendo a mais mal colocada em termos de eficiência, com um percentual de 16% no ano de 2019, confirmando a tendência dos últimos anos.

Gráfico 8 – Score de Eficiência das Agências de Fomento em 2019



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Em relação aos *Benchmarks*, o ano de 2019 apresentou-se da seguinte forma:

A Agência de Fomento do Mato Grosso é a referência para a de Alagoas, Amapá, Roraima, Pernambuco, Rio de Janeiro, Tocantins e Piauí; A de Santa Catarina passou a ser a referência para a da Bahia; A do Amazonas continuou sendo a ser referência para Goiás e a do Rio Grande do Norte; A Agência de Fomento do Rio Grande do Sul é a referência para a do Paraná; E por fim a de São Paulo permaneceu referência para si mesmo.

Quadro 9 – Benchmarks 2019

<i>DMU</i>	FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S. A.	FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A.-BADESC	FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S. A. - AFEAM	BADESUL S. A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	DESENVOLVE SP - FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.
FOMENTO DE ALAGOAS S. A.	11%	3%	5%	0%	0%
FOMENTO DE GOIAS S/A	0%	14%	41%	2%	0%
FOMENTO DO AMAPA S. A.	12%	0%	6%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S. A.	100%	0%	0%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S. A.	13%	5%	0%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	16%	0%	0%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A.-BADESC	0%	100%	0%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S. A. - AFEAM	0%	0%	100%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S. A.	75%	55%	0%	0%	0%
FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S. A.	21%	1%	0%	0%	0%
FOMENTO DO PARANÁ S. A.	0%	9%	0%	28%	0%
FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S. A.	0%	0%	20%	1%	0%
FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S. A. PIAUÍ FOMENTO	14%	1%	0%	0%	0%
BADESUL S. A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	0%	0%	0%	100%	0%
DESENBÁHIA - FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S. A.	0%	87%	34%	11%	0%
DESENVOLVE SP - FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.	0%	0%	0%	0%	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Seguem abaixo as Agências de Fomento e a indicação do percentual de implementação ou de diminuição de determinada variável para se alcançar a eficiência no ano de 2019.

6.8 Metas de Implementação para Eficiências 2019

Tabela 49 – Agência de Fomento de Alagoas S. A. (eficiência: 0,424254)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (Input 1)	4.479,00	4.479,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (Input 2)	38.532,00	38.532,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (Output 1)	3.749,00	8.836,69	0	136%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (Output 2)	10.722,00	25.272,60	0	136%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 50 – Agência de Fomento de Goiás S. A. (eficiência: 0,649643)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (Input 1)	22.747,00	22.747,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (Input 2)	228.727,00	228.727,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (Output 1)	34.553,00	53.187,66	0	54%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (Output 2)	84.872,00	130.644,04	0	54%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 51 – Agência de Fomento do Amapá S. A. (eficiência: 0,827251)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (Input 1)	5.949,00	3.923,07	2.025,93	-34%
Captação + Patrimônio Líquido (Input 2)	11.155,00	11.155,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (Output 1)	5.864,00	7.088,54	0	21%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (Output 2)	2.889,00	3.492,29	0	21%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 52 – Agência de Fomento do Estado do Mato Grosso S. A. (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (Input 1)	11.302,00	11.302,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (Input 2)	34.032,00	34.032,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (Output 1)	14.136,00	14.136,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (Output 2)	18.893,00	18.893,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 53 – Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S. A. (eficiência:0,775683)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (Input 1)	6.248,00	3.481,24	2.766,76	-44%
Captação + Patrimônio Líquido (Input 2)	52.385,00	52.385,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (Output 1)	5.250,00	6.768,23	0	29%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (Output 2)	30.261,00	39.012,05	0	29%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 54 – Agência de Fomento do Estado de Roraima S. A. (eficiência:0,158561)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (Input 1)	4.354,00	1.887,09	2.466,91	-57%
Captação + Patrimônio Líquido (Input 2)	7.297,00	7.297,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (Output 1)	389	2.453,31	0	531%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (Output 2)	703	4.433,62	0	531%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

**Tabela 55 – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S. A. – BADESC
(eficiência: 1,000000)**

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	39.036,00	39.036,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	941.490,00	941.490,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	96.293,00	96.293,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	717.936,00	717.936,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 56 – Agência de Fomento do Estado do Amazonas S. A. – AFEAM (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	39.918,00	39.918,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	109.855,00	109.855,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	84.229,00	84.229,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	18.530,00	18.530,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 57 – Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S. A. (eficiência: 0,622247)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	30.377,00	29.848,40	528,596736	-2%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	540.432,00	540.432,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	39.382,00	63.289,95	0	61%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	253.129,00	406.798,09	0	61%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Tabela 58 – Agência de Fomento do Estado do Tocantins S. A. (eficiência: 0,493858)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	3.191,00	2.710,44	480,558199	-15%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	15.394,00	15.394,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	1.880,00	3.806,76	0	102%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	5.067,00	10.260,03	0	102%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 59 – Agência de Fomento do Paraná S. A. (eficiência: 0,843886)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	55.336,00	55.336,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	2.059.302,00	2.059.302,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	148.191,00	175.605,52	0	18%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	1.126.754,00	1.335.197,32	0	18%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 60 – Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S. A. (eficiência: 0,596380)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	8.417,00	8.417,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	45.196,00	45.196,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	11.409,00	19.130,43	0	68%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	6.999,00	14.387,85	2.652,04	106%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 61 – Agência de Fomento e Des. Do Estado do Piauí S. A. – Piauí Fomento (eficiência: 0,413427)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	2.259,00	1.922,19	336,805348	-15%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	13.851,00	13.851,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	1.186,00	2.868,71	0	142%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	3.969,00	9.600,25	0	142%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 62 – BADESUL S. A. - Agência de Fomento R/S (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	47.777,00	47.777,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	2.544.995,00	2.544.995,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	250.902,00	250.902,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	1.170.276,00	1.170.276,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 63 – DESEMBAHIA- Agência de Fomento do Estado da Bahia S. A. (eficiência: 0,722928)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (<i>Input 1</i>)	52.364,00	52.364,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (<i>Input 2</i>)	1.126.177,00	1.126.177,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (<i>Output 1</i>)	100.300,00	138.741,41	0	38%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (<i>Output 2</i>)	544.816,00	753.624,54	0	38%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Tabela 64 – DESEOLVE SP- Agência de Fomento do Estado de São Paulo S. A. (eficiência: 1,000000)

Variável	Atual	Alvo	Folga	Implementação em relação ao valor atual da variável
Despesas Administrativas Pessoal, tributária (Input 1)	51.476,00	51.476,00	0	0%
Captação + Patrimônio Líquido (Input 2)	1.683.675,00	1.683.675,00	0	0%
Receitas de Intermediação Financeira + Rendas de Prestação de Serviços+ Rendas de Tarifas Bancárias + Outras receitas (Output 1)	128.841,00	128.841,00	0	0%
Carteira de crédito Pessoa jurídica (Output 2)	1.261.460,00	1.261.460,00	0	0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SIAD (2020).

Conforme sugerem os resultados acima, a Agência de Fomento do Estado do Tocantins, para se aproximar da fronteira da eficiência no ano de 2019, deveria implementar seus resultados em 102% (Cento e dois por cento) em relação a suas Receitas de Intermediação Financeira, Rendas de Prestação de Serviços, Rendas de Tarifas Bancárias e/ou Outras receitas, como também deveria implementar nos mesmos percentuais sua carteira e crédito pessoa jurídica, que representa a maioria dos tomadores de créditos. No entanto, para otimização dos resultados há no ano de 2019 a indicação da diminuição em 15% (Quinze por cento) no Input (insumos) de Despesas Administrativas, Pessoal e Tributária.

O Quadro abaixo sintetiza o *score* de Eficiência das Agências de Fomento durante o período de 2016 a 2019.

Quadro 10 – Resumo, em termos percentuais, do score de Eficiência das Agências de Fomento no período analisado

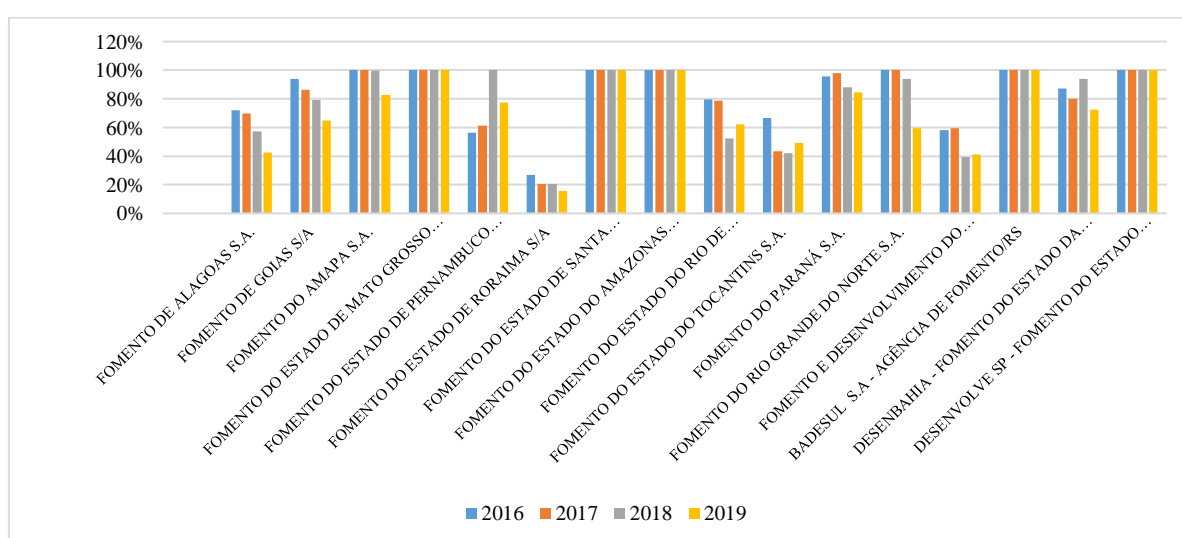
N.º	DMU	2016	2017	2018	2019
1	FOMENTO DE ALAGOAS S. A.	72%	70%	57%	42%
2	FOMENTO DE GOIAS S/A	94%	86%	79%	65%
3	FOMENTO DO AMAPA S. A.	100%	100%	100%	83%
4	FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S. A.	100%	100%	100%	100%
5	FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S. A.	56%	61%	100%	78%
6	FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	27%	20%	21%	16%
7	FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A.- BADESC	100%	100%	100%	100%
8	FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S. A. - AFEAM	100%	100%	100%	100%
9	FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S. A.	80%	79%	52%	62%
10	FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S. A.	67%	43%	42%	49%
11	FOMENTO DO PARANÁ S. A.	96%	98%	88%	84%
12	FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S. A.	100%	100%	94%	60%
13	FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S. A. PIAUÍ FOMENTO	58%	60%	39%	41%

N.º	DMU	2016	2017	2018	2019
14	BADESUL S. A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	100%	100%	100%	100%
15	DESENBAHIA - FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S. A.	87%	80%	94%	72%
16	DESENVOLVE SP - FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

O gráfico abaixo demonstra a evolução da eficiência das agências de fomento durante o período analisado.

Gráfico 9 – Evolução dos percentuais de eficiência no período de 2016 a 2019



Fonte: Elaboração própria com base nos dado do SIAD (2020).

Um outro fator que chama a atenção, em uma análise mais pormenorizada da Agência de Fomento do Tocantins, é a sua alta média no índice de Basileia durante o período, isso significa que a Agência praticamente não captou recursos de terceiros, ou seja, junto a outras instituições do sistema nacional de fomento a fim de empregá-los em sua missão institucional no Estado, seja em programas, projetos ou linhas de créditos de outras naturezas, via Instituições de Fomento como BNDES ou outros.

O Índice de Basileia determina a relação entre o capital próprio da instituição e o capital de terceiros (captações) que será exposto a risco por meio da carteira de crédito. Um exemplo, bem simples é se um banco possui Índice de Basileia de 25%, significa que, para cada R\$ 100 emprestados, o banco possui patrimônio de R\$ 25. No caso brasileiro o índice mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil é 11%, exceto para os banco cooperativos que o índice mínimo é de 13%, conforme Circular do BC nº 3.360, de 12 de setembro de 2007.

Quadro 11 – Índice de Basileia das Agências de Fomento no período sob análise

N.º	DMU	Índice de Basileia em 31/2012				
		2016	2017	2018	2019	Média dos 4 anos
14	BADESUL DESENVOLVIMENTO S. A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	14,268	17,862	19,784	21,831	18,43625
4	AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S. A.	24,052	22,32	16,493	19,536	20,60025
15	DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S. A.	28,764	34,906	34,891	36,247	33,702
7	AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A. - BADESC	32,798	37,701	34,795	36,828	35,5305
6	AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	33,557	S/informação*	59,099	76,411	42,26675*
12	AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S. A.	40,612	56,134	53,704	55,474	51,481
8	AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S. A. - AFEAM	46,657	35,75	32,468	74,84	47,42875
2	AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A	49,628	48,031	48,629	54,342	50,1575
16	DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.	53,494	49,313	30,197	44,435	44,35975
11	AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S. A.	53,841	37,636	40,684	46,481	44,6605
5	AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S. A.	61,15	50,408	66,793	67,118	61,36725
9	AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S. A.	68,724	69,122	71,85	94,677	76,09325
1	AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S. A.	69,194	46,456	78,028	70	66,01775
10	AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S. A.	77,91	73,842	70,948	72,992	73,923
13	AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S. A. - PIAUÍ FOMENTO	81,98	76,795	72,798	49,036	70,15225
3	AGÊNCIA DE FOMENTO DO AMAPÁ S. A.	84,233	70,397	84,459	40,568	69,91425

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do site bancodata.com.br. Acesso em: 15 jul. 2020.

Conforme o quadro acima (13), a Fomento do Tocantins foi a que teve a maior média em relação ao índice de Basileia do período de 2016 a 2019. Outro destaque negativo para a Agência de Fomento do Tocantins foi que, durante o período analisado, ela foi a única instituição que reportou prejuízos nos quatro exercícios (Quadro 14).

Quadro 12 – Visão Geral das Agências de Fomento do Brasil

DMU	LUCRO/PREJUÍZO REPORTADO NO EXERCÍCIO			
	2016	2017	2018	2019
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S. A.	R\$ 168.200,00	-R\$ 1.932.330,70	-R\$ 53.100,00	-R\$ 3.291.000,00
AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A	R\$ 541.000,00	R\$ 7.560.500,00	R\$ 6.984.500,00	R\$ 8.700.000,00
AGÊNCIA DE FOMENTO DO AMAPÁ S. A.	-R\$ 1.514.700,00	R\$ 1.322.400,00	-R\$ 1.773.500,00	-R\$ 1.371.700,00
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S. A.	R\$ 1.276.100,00	-R\$ 3.095.100,00	-R\$ 3.847.334,00	R\$ 1.415.000,00
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S. A.	-R\$ 5.626.400,00	R\$ 2.855.700,00	-R\$ 383.500,00	-R\$ 907.300,00
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	R\$ 69.000,00	-R\$ 1.800.000,00	-R\$ 3.300.000,00	R\$ 322.400,00
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S. A.-BADESC	-R\$ 14.900.000,00	R\$ 37.100.000,00	R\$ 29.500.000,00	R\$ 44.600.000,00
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S. A. - AFEAM	-R\$ 21.100.000,00	-R\$ 18.800.000,00	-R\$ 8.700.000,00	R\$ 4.900.000,00
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S. A.	R\$ 14.067.000,00	R\$ 17.000.000,00	R\$ 4.000.000,00	R\$ 7.200.000,00
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S. A.	-R\$ 2.121.320,70	-R\$ 2.800.000,00	-R\$ 3.900.000,00	-R\$ 3.300.000,00
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S. A.	R\$ 101.700.000,00	R\$ 106.300.000,00	R\$ 77.900.000,00	R\$ 92.400.000,00
AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S. A.	R\$ 1.054.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 2.000.000,00	R\$ 1.600.000,00
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S. A. - PIAUÍ FOMENTO	R\$ 38.000,00	-R\$ 678.100,00	-R\$ 1.700.000,00	-R\$ 1.600.000,00
BADESUL DESENVOLVIMENTO S. A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	-R\$ 66.800.000,00	R\$ 14.000.000,00	R\$ 17.500.000,00	R\$ 28.100.000,00
DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S. A.	R\$ 17.600.000,00	R\$ 8.000.000,00	R\$ 7.400.000,00	R\$ 16.000.000,00
DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S. A.	R\$ 35.429.700,00	R\$ 46.700.000,00	R\$ 14.700.000,00	R\$ 47.600.000,00

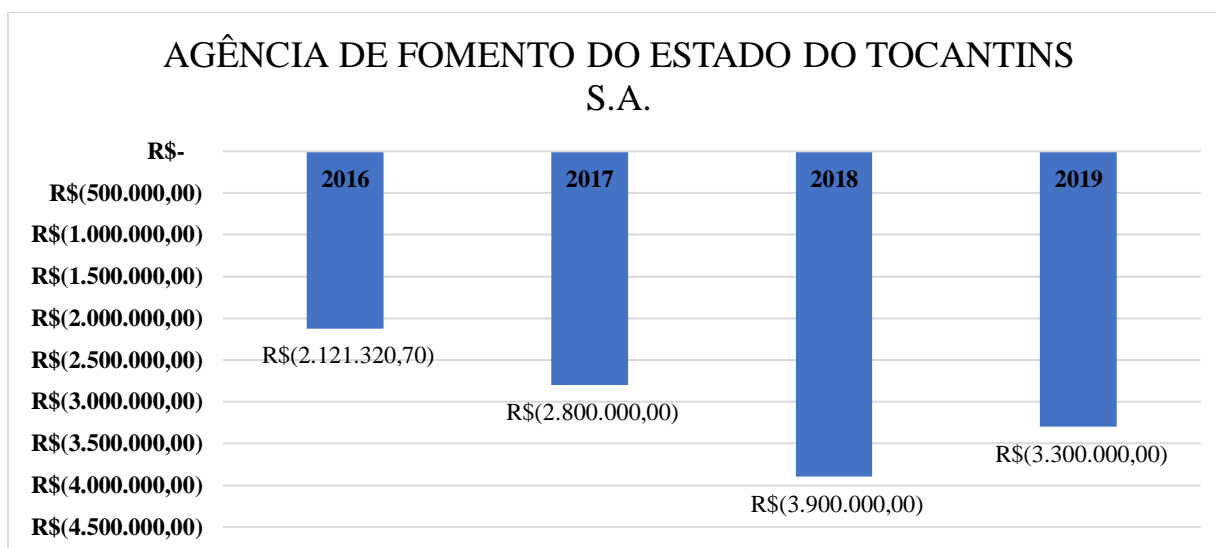
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do site <https://bancodata.com.br> (2020).

6.9 Resultados da Agência de Fomento do Tocantins no período em análise

A sucessão de prejuízos ocorridos nos quatros anos, ocasionaram uma drástica redução no patrimônio líquido da Agência de Fomento do Tocantins, que saiu do valor de R\$23.709.000,00 (Vinte três milhões setecentos e nove reais) em 2016 para o valor de R\$ R\$ 15.394.000,00 (Quinze milhões trezentos e noventa e quatro reais) em 2019, isso considerando o fato que houve aporte de R\$1.705.000,00 (Um milhão setecentos e cinco mil reais) no capital integralizado conforme se observa no gráfico 10.

Os gráficos abaixo mostram ano a ano o impacto dos prejuízos no patrimônio da Agência de Fomento do Tocantins.

Gráfico 10 – Histórico de prejuízos da Agência de Fomento do Tocantins 2016 a 2019

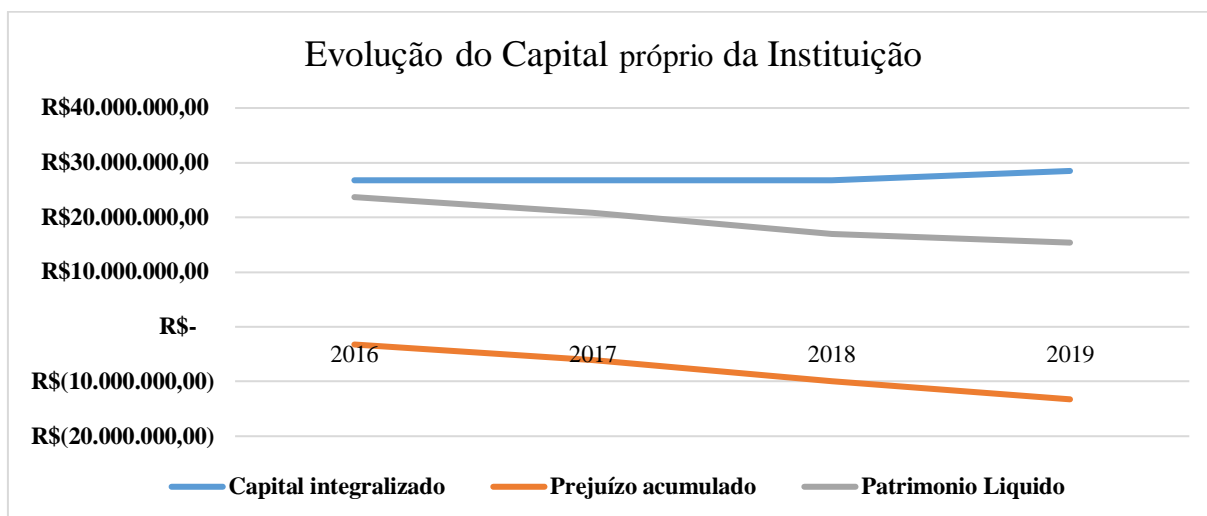


Fonte: Elaboração própria com dados do portal <https://bancodata.com.br/relatorio/ag-fomento-estado-do-tocantins/> Acesso em: 15 jul. 2020.

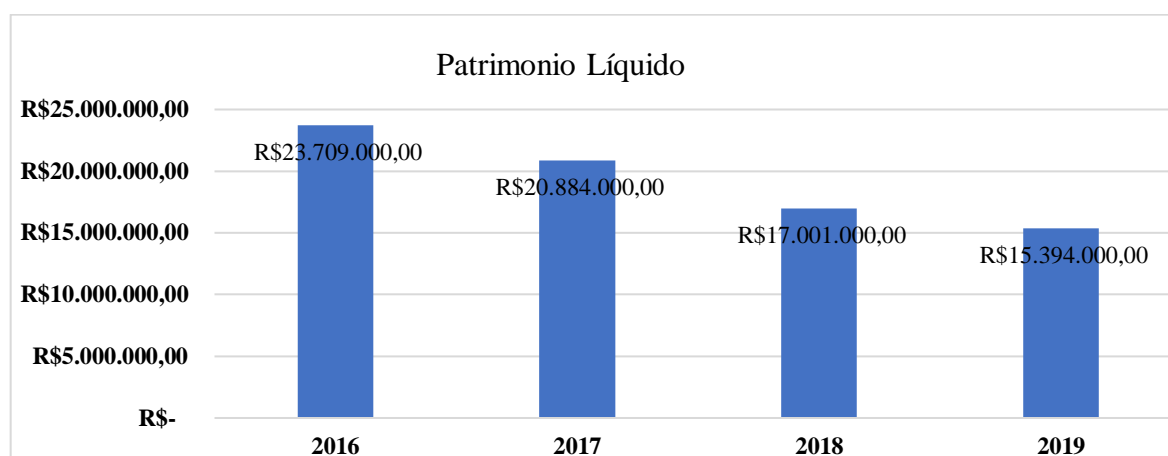
Quadro 13 – Efeito dos prejuízos no Capital Integralizado da Instituição

Ano	2016	2017	2018	2019
Capital integralizado	R\$ 26.789.000,00	R\$ 26.789.000,00	R\$ 26.789.000,00	R\$ 28.494.000,00
Prejuízo acumulado	-R\$ 3.233.000,00	- R\$ 6.058.000,00	-R\$ 9.941.000,00	-R\$ 13.253.000,00
Patrimônio Líquido	R\$ 23.709.000,00	R\$ 20.884.000,00	R\$ 17.001.000,00	R\$ 15.394.000,00

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do site www.fomento.to.gov.br/balancetes-demonstrativos/. Acesso em: 15 jul. 2020.

Gráfico 11 – Evolução do Capital próprio da Instituição durante os anos de 2016 a 2019

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do site www.fomento.to.gov.br/balancetes-demonstrativos/. Acesso em: 15 jul. 2020.

Gráfico 12 – Histórico de valores do patrimônio no período analisado

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do site www.fomento.to.gov.br/balancetes-demonstrativos/. Acesso em: 15 jul. 2020.

Conforme observamos nos dados acima, caso não houvesse o aporte de R\$1.705.000,00 (Um milhão setecentos e cinco mil reais) no capital integralizado, o Patrimônio Líquido da Agência de Fomento estaria em torno de R\$ 13.689.000,00 (Treze milhões seiscentos e oitenta e nove mil reais), ou seja, o que houve durante o período analisado, foi um involução de 47,74% (Quarenta e sete vírgula setenta e quatro por cento), o que em valores corresponde a R\$ 11.318.100 (Onze milhões trezentos e dezoito mil e cem reais).

Diante desse panorama, verificamos indícios de que alguns fatores podem ter influenciado no baixo percentual de eficiência da agência de fomento no período, levando em

consideração os *inputs* e *outputs* analisados, sendo eles a diminuição da geração de receitas operacionais e o alto nível de despesas operacionais, o que inclusive ocasionou sucessivos prejuízos e diminuição patrimonial no decorrer do período analisado. Como pode ser visto nos quadros abaixo, o valor patrimonial da ação saiu de R\$3,95 em 2016 para R\$2,57 em 2019, ou seja, houve uma diminuição de aproximadamente 35%, sem levar em conta a inflação.

Quadro 14 – Demonstração dos Resultados do Exercício da Agência de Fomento

	DRE DA AGÊNCIA DE FOMENTO DO TOCANTINS	2016	2017	2018	2019
1	RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4708	3082	1980	1556
2	DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-889	-62	-154	-571
3	RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3819	3020	1826	985
4	OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-5708	-5845	-5709	-4271
5	RESULTADO OPERACIONAL	-1889	-2825	-3883	-3286
6	RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/LUCRO E PARTICIPAÇÕES	-1889	-2825	-3883	-3286
7	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
8	LUCRO/PREJUÍZO DO PERÍODO	-1889	-2825	-3883	-3286
9	JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO/DIVIDENDOS				
10	N.º DE AÇÕES	6000000	6000000	6000000	6000000
11	LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO:	-0,315	-0,471	-0,647	0,548
12	VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO	3,95	3,48	2,83	2,57

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no site www.fomento.to.gov.br/balancetes-demonstrativos/. Acesso em: 15 jul. 2020.

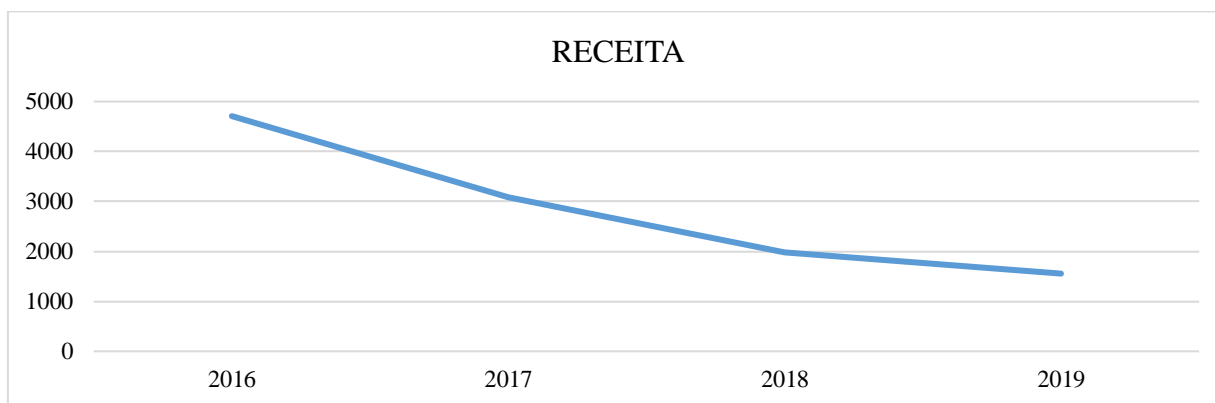
Quadro 15 – Receitas e Despesas da Agência de Fomento do Tocantins (2016 a 2019)

Ano	2016	2017	2018	2019
Receita (1)	4708	3082	1980	1556
Despesa (2+4)	-6597	-5907	-5863	-4842
Lucro/Prejuízo	-1889	-2825	-3883	-3286

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no site www.fomento.to.gov.br/balancetes-demonstrativos/. Acesso em: 15 jul. 2020

O gráfico abaixo mostra a trajetória dos resultados da Agência de Fomento com relação a geração de receitas operacionais durante o período analisado.

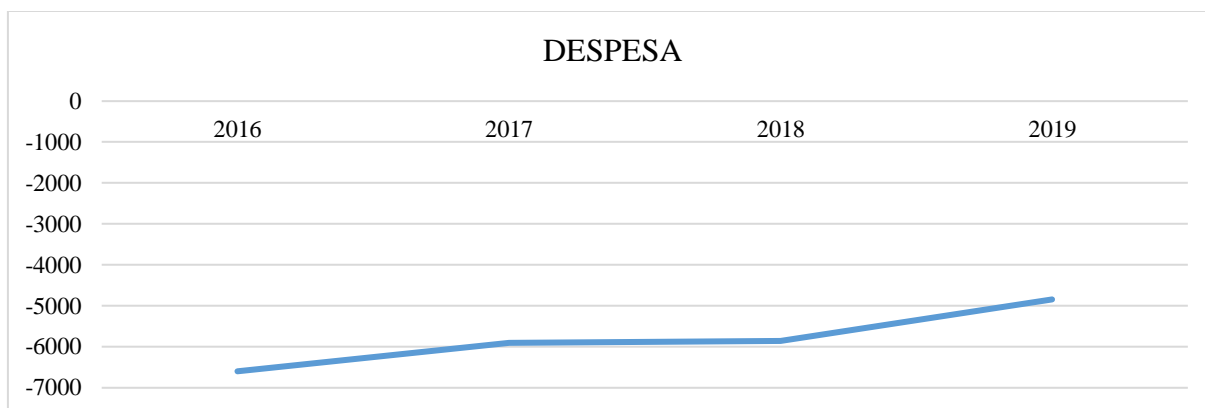
Gráfico 13 – Receitas da Agência de Fomento do Tocantins 2016-2019



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no site www.fomento.to.gov.br/balancetes-demonstrativos/. Acesso em: 15 jul. 2020.

O gráfico abaixo mostra a trajetória das despesas na Agência de Fomento do Tocantins, nos anos de 2016 a 2019.

Gráfico 14 – Despesas da Agência de Fomento do Tocantins 2016-2019



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponíveis no site www.fomento.to.gov.br/balancetes-demonstrativos/. Acesso em: 15 jul. 2020.

Conforme pode ser observado, durante o período analisado houve uma queda acentuada na geração de receitas pela Agência de Fomento do Tocantins, em contrapartida, houve um aumento das despesas. Esse fato tem contribuído para os resultados operacionais negativos gerados no período, o que pode, inclusive, caso não se reverta essa tendência, comprometer a continuidade do negócio, uma vez que há sucessivos prejuízos operacionais.

7 CONCLUSÃO

O objetivo da pesquisa foi analisar a eficiência da atuação da Agência de Fomento do Estado do Tocantins no período de 2016 a 2019 utilizando uma análise envoltória de dados (DEA). Do inglês *Data Envelopment Analysis*), este é um método não paramétrico de avaliação da eficiência relativa das *DMU's*, sigla em inglês para *Decision Making Units*, que nada mais são do que Unidades Tomadoras de Decisão – neste trabalho, as Agências de Fomento.

A pesquisa procurou avaliar se os recursos colocados à disposição, bem como se os dispêndios recorrentemente aplicados nas atividades operacionais da Instituição demonstraram eficiência, bem como mensurar relativamente, quais seriam os *inputs* (insumos) e quais percentuais de implementações seriam necessários para melhorar a eficiência dos respectivos *outputs* (produtos).

Os *Inputs* utilizados nesta pesquisa foram as Despesas administrativas, pessoal e tributárias extraídas da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) para cada ano, e o valor do Patrimônio líquido (recurso próprio da instituição, representado pelo capital integralizado mais as variações de lucro ou prejuízo durante os exercícios financeiros) somado às Captações (volume de recursos captados) junto a outras instituições de fomento.

Como *Outputs* foram utilizados o total de Receitas geradas (Receitas de intermediação financeiras, Rendas de prestação de serviços, rendas de tarifas bancárias ou outras receitas) pelas Agências, uma vez que são essas receitas que determinam a viabilidade do negócio. O segundo *Output* foi o montante constante na Carteira de crédito de pessoa jurídica, uma vez que o foco das agências de fomento é a indução do desenvolvimento regional através da concessão de crédito às fontes geradoras de emprego e renda, que na sua grande maioria, são pessoas jurídicas, principalmente micro e pequenos empreendimentos, principalmente através do microcrédito orientado para capital fixo e de giro.

Os resultados demonstraram que no ano de 2016, 7 (sete) Agências de Fomento se encontravam na fronteira da eficiência, sendo elas a de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Amazonas, Santa Catarina, Mato Grosso e Amapá. Nesse ano, o *Score* da Agência de Fomento do Tocantins foi de 67%. A Agência de Fomento com menor *score* foi a de Roraima, com 27%. Nesse ano a Agência de Fomento de Mato Grosso seria a referência para a de Tocantins se aproximar da fronteira de eficiência.

Para que houvesse essa aproximação, a Fomento do Tocantins deveria implementar em 50% suas receitas de Intermediação financeira, rendas de prestação de serviço, rendas de tarifas

bancárias e/ou outras receitas. Deveria também implementar nos mesmos percentuais de 50%, sua carteira de crédito pessoa jurídica, que representa a maioria dos tomadores de crédito.

Em 2017 foram verificadas as mesmas 7 (sete) agências de fomento do ano anterior como estando na fronteira da eficiência. Nesse ano a agência de fomento do Tocantins apresentou um *score* de 43%, uma diminuição considerável em relação ao ano anterior. Sendo a Fomento de Roraima a com *score* mais baixo, 20% de eficiência.

No ano de 2017 os resultados do DEA sugeriram que para que a Fomento tocantinense se aproximasse da fronteira da eficiência, ela deveria implementar em 131% os resultados em relação as suas receitas, bem como os mesmos percentuais em sua carteira de crédito de pessoas jurídicas.

Em 2018, apenas 6 (seis) Agências de Fomento apareceram na fronteira de eficiência, sendo elas a de São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Amazonas, Santa Catarina e Mato Grosso. Nesse ano a Agência do Tocantins diminuiu seu *score* em 1% em relação ao ano anterior, ficando com 42%. Nesse ano a Agência de Fomento de Pernambuco passou a ser a referência para a do Tocantins.

Conforme demonstrado, para se aproximar da fronteira de eficiência nesse período, a Fomento tocantinense teria que implementar em 137% tanto as suas Receitas de intermediação financeira, bem como sua carteira de crédito de pessoa jurídica.

No último ano analisado, 2019, apenas 5 (cinco) Agências de Fomento se encontravam na fronteira da eficiência, sendo elas a de São Paulo, Rio Grande do Sul, Amazonas, Santa Catarina e Mato Grosso. Nesse ano a Fomento do Tocantins apresentou uma pequena melhora em relação ao ano anterior, ficando com um *score* de 49%. Nesse ano a Agência de Fomento do Mato Grosso voltou a ser sua referência.

Como meta para se aproximar da fronteira de eficiência, a Fomento tocantinense deveria implementar em 102% suas receitas e reduzir em 15% as suas despesas administrativas.

De uma forma geral, levando em conta as variáveis escolhidas, os resultados demonstram a plausibilidade da hipótese norteadora deste trabalho, uma vez que ficou evidenciado através dos dados extraídos, que a instituição apresenta algumas deficiências que impactam negativamente um maior alcance de seus objetivos institucionais. Isso foi demonstrado pelos sucessivos prejuízos que a instituição vem reportando durante o período, os quais decorrem do fato das despesas serem maiores que as receitas. O fato foi traduzido como meta de eficiência através da necessidade de implementação de receitas operacionais durante todos os anos avaliados. Inclusive, havendo uma sugestão de redução em 15% das despesas administrativas no ano de 2019.

Este trabalho é uma perspectiva. Há inúmeras outras possibilidades e olhares, como por exemplo a utilização de outros indicadores de natureza contábil ou gerencial; tempo de existência da instituição; relação entre os empréstimos e a geração de emprego; quantidade e porte das empresas contempladas com os financiamentos etc. Outros trabalhos poderão se aprofundar mais no tema e detalhar outros pormenores que não foram aqui abordados, inclusive com outras variáveis. Todavia, esta investigação se constituiu como um primeiro passo em direção a esse conhecimento.

REFERÊNCIAS

AGHION, P. *et al.* **Industrial policy and competition**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 2012. 52 p.

ALBUQUERQUE, Breno Ebereciano *et al.* **Os bancos de desenvolvimento e o papel do BNDES**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2018.

AMARAL, Raquel Dantas do. **O financiamento multilateral do desenvolvimento: o estado brasileiro e os bancos multilaterais de desenvolvimento no planejamento territorial - o caso do Ceará**. 2018. 282 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

AMARTYA, Sen. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova: revista de cultura e política**. n. 28-29, p. 313-334, 1993.

ARAÚJO, Victor Leonardo de *et al.* O sistema brasileiro de instituições financeiras subnacionais para o desenvolvimento: um panorama. **Nova Economia**, v. 23, n. 3, p. 579-618, 2013.

ARMIJO, Lesllie Elliot. The BRICS Countries (Brazil, Russia, India, and China) as Analytical Category: Mirage or Insight? **Asian Perspective**, v. 31, n. 4, p. 7-42, 2007.

BACHA, Edmar. Plano Real: uma segunda avaliação. *In: O Plano Real e outras experiências internacionais de estabilização*. Brasília, DF: IPEA/CEPAL, 1997. p. 177-204.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **O que é agência de fomento**. 2019. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/agencia_fomento.asp?frame=1. Acesso em: 24 jun. 2020.

BANCO DA AMAZÔNIA (BASA). **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO**. 2020. Disponível em: <https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/sobre-o-banco/fno>. Acesso em: 07 abr. 2020.

BANKER, Rajiv D.; CHARNES, Abraham; COOPER, William Wager. Some models for estimating technical and scale inefficiencies. *In: Data Envelopment Analysis. Management Science*. [S. l.: s. n.], 1984.

BARONE, Francisco Marcelo *et al.* **Introdução ao Microcrédito**. Brasília, DF: Banco Central do Brasil; Conselho da BCB, 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasfiscais>. Acesso em: 21 jul. 2019.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. Brics - Novo Banco de Desenvolvimento. **Estud. av.**, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 179-184, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000300179&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 abr. 2020.

BIELSCHOWSKY, R.; TORRES, M. **Desarrollo e igualdad: el pensamiento de la CEPAL en su séptimo decenio**. Santiago, Chile: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

(CEPAL); Publicação das Nações Unidas, 2018. (Textos seleccionados del período 2008-2018; Colección 70 años, n. 1).

BIRKENER, Walter; BAZZANELLA, Sandro Luiz. Antropologia do desenvolvimento: relações entre cultura, política e economia. **Desenvolvimento Regional em debate: DRd**, v. 3, n. 2, p. 27-51, 2013.

BRASIL. Ministério da Economia. **Novo Banco de Desenvolvimento**. 2018. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/assuntos/atuacao-internacional/cooperacao-internacional/novo-banco-de-desenvolvimento>. Acesso em: 08 abr. 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Crescimento e desenvolvimento econômico**. [S. l.: s. n.], 2008. (Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas).

BUERA, Francisco J.; MOLL, Benjamim; SHIN, Yongseok. Well-intended policies. **Review of Economic Dynamics**, [Amsterdam], v. 16, n. 1, p. 216-230, jan. 2013.

CAMPOS, Márcia Aparecida Ferreira. **A política econômica do governo Kubitschek (1956-1961): o discurso em ação**. [S. l.: s. n.], 2007.

CANO, Wilson. **Milagre brasileiro: antecedentes e principais consequências econômicas**. [S. l.]: UFRJ; UFF; CPDOC; APERJ, 2004.

CARVALHO, Carlos Eduardo; TEPASSÊ, Ângela Cristina. O BNB como banco de desenvolvimento e banco de crédito agrícola: desempenho, mudanças, desafios. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 1, 2010.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo. Seis personagens à procura de um autor: A inserção das agências de fomento e dos bancos estaduais de desenvolvimento no sistema financeiro no Brasil. **Revista Desenharia**, Salvador, v. 4, n. 7, p. 7-32, 2007.

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. Adam Smith e o surgimento do discurso econômico. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 24, n. 3, p. 433-453, 2004.

CHARNES, Abraham; COOPER, William W.; RHODES, Edwardo. Measuring the efficiency of Decision Making Units. **European journal of operational research**, v. 2, n. 6, p. 429-444, 1978.

COMIN, Alvaro A.; FREIRE, Carlos Torres. Sobre a qualidade do crescimento: atores, instituições e desenvolvimento local. **Novos estudos CEBRAP**, v. 84, p. 101-125, 2009.

COOPER, Andrew F.; FAROOQ, Asif B. Testando a cultura de clube dos BRICS: a evolução de um novo banco de desenvolvimento. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 13-56, abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cint/v37n1/0102-8529-cint-37-01-00013.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2020

COSTA, Carlos Eduardo Lampert; FORERO GONZÁLEZ, Manuel José; DE ALMEIDA, Nathália Filgueiras. **As relações econômicas do Brasil com os principais Bancos Multilaterais de Desenvolvimento (1990-2012)**. [S. l.: s. n.], 2014. (Texto para Discussão).

CURI, Rodrigo Luis Comini *et al.* **Um estudo sobre a evolução da estrutura social e da desigualdade no Brasil (1950-2010)**. [S. l.: s. n.], 2015.

CURRALERO, Claudia Regina Baddini *et al.* **A atuação do Sistema BNDES como instituição financeira de fomento no período 1952/1996**. [S. l.: s. n.], 1998.

DA SILVA, José Afonso. A dignidade da pessoa humana com valor supremo da democracia. **Revista de direito administrativo**, v. 212, p. 89-94, 1998.

DE ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. A Experiência Brasileira de Planejamento. **Revista da Escola Superior de Guerra**, n. 7, p. 89-99, 2017.

DE ALMEIDA, Paulo Roberto. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica. Planejamento e Orçamento governamental. **Coletânea**, v. 1, p. 193-228, 2007.

DE OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE 5.2**, 2002. Disponível em: <http://livrozilla.com/doc/325562/ag%C3%A2ncia-de-fomento--uma-proposta-para-o-estado-da>. Acesso em: 23 ago. 2020.

DE SOUZA, Nelson Antônio. **Atuação de um banco de desenvolvimento para a superação da pobreza: o exemplo do Banco do Nordeste do Brasil**. 2010. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/artigo_14.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

DWECK, Esther; ROSSI, Pedro. Políticas Sociais, distribuição, crescimento e mudança estrutura. In: LEITE, M. V. C. (Org.). **Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade (LC/TS.2019/27)**. Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2019.

E SOUZA, Nelson Mello. O planejamento econômico no Brasil: considerações críticas. **Revista de Administracao Publica-RAP**, v. 46, n. 6, p. 1671-1696, 2012.

ELOY, Clécio. **Agências de Fomento**. Salvador: [s.n.], 1999.

FAÉ, Rogério. O conceito de nação nas práticas sobre desenvolvimento nacional nas décadas de 1950 e 1960. **Revista Psicologia Política**, v. 14, n. 29, p. 35-52, 2014.

FILIPPIM, Eliane Salete; ROSSETTO, Carlos Ricardo; HERMES, Fátima Maria Franz. A gestão do desenvolvimento regional: análise de uma experiência no Meio-Oeste catarinense. **Cadernos EBAPE**, v. 3, n. 2, p. 01-13, 2005.

FREITAS, Carlos Eduardo de. **A experiência brasileira com instituições financeiras de desenvolvimento**. Santiago de Chile: Cepal, 2005.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **A escalada da desigualdade - Qual foi o impacto da crise sobre a distribuição de renda e a pobreza?** Rio de Janeiro, RJ: FGV Social, 2019. Disponível em: <https://cps.fgv.br/desigualdade>. Acesso em: 12 ago. 2020.

FURTADO, Celso. A crise econômica contemporânea. **Revista de Economia Política**, v. 8, n. 1, p. 5-13, 1988.

GAMA, Mariana Loureiro; BARACHO, Hertha Urquiza. A formação da desigualdade regional, suas premissas e a questão do nordeste brasileiro. **Direito e Desenvolvimento**, v. 5, n. 10, p. 235-254, 2014.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 373 p.

GIBRAN, Sandro Mansur; NODA, Juliana Markendorf; LOCKS, Louvaine. A pandemia do coronavírus sob a ótica da análise econômica do direito: (in)eficiência da intervenção estatal? **Relações Internacionais no Mundo Atual**, v. 1, n. 26, p. 123-138, 2020.

GOVERNO DO TOCANTINS. **Estatística**. 2019. Disponível em: <http://www.sefaz.to.gov.br/estatistica/>. Acesso em: 15 jul. 2020.

GOVERNO DO TOCANTINS. Lei n.º 1.298 de 22 de fevereiro de 2002. Autoriza a instituição pelo Poder Executivo da Agência de Fomento do Estado do Tocantins, e adota outras providências. **Diário Oficial**, n. 1139. Disponível em: <https://www.al.to.leg.br/arquivos/7543.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2019.

GREENWALD, Bruce C.; STIGLITZ, Joseph. Externalities in economies with imperfect information and incomplete markets. **The Quarterly Journal of Economics**, Oxford, v. 101, n. 2, p. 229-264, 1986.

GRIFFITH-JONES, Stephany; OCAMPO, José Antonio (Ed.) **The future of national development banks**. New York: Oxford University Press, 2018.

GUARANÁ, Lucrécia Tiburcio. **Os acordos da Basiléia e sistema financeiro mais seguro: algumas evidências empíricas**. 2014. 87 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, Recife, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa revela retrato inédito do mercado de trabalho do interior do país**.

2009. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25066-pesquisa-revela-retrato-inedito-do-mercado-de-trabalho-do-interior-do-pais>. Acesso em: 21 jul. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades-Tocantins-Panorama**. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>. Acesso em: 22 jun. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades-Tocantins-Panorama**. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>. Acesso em: 25 jun. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades-Tocantins-Panorama**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/panorama>. Acesso em: 28 jun. 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Conheça os BRICS**. 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em: 5 jun. 2020.

JAYME JR, Frederico G. **Bancos públicos e desenvolvimento**. [S. l.: s. n.], 2010.

LOLLI, Paola Lemos. **Utilização da Análise por Envoltória de Dados (DEA) como modelo para análise de eficiência financeira**. [S. l.: s. n.], 2016.

MARAL, Raquel Dantas do. **O financiamento multilateral do desenvolvimento: o estado brasileiro e os bancos multilaterais de desenvolvimento no planejamento territorial - o caso do Ceará**. 2018. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MARANHÃO, Tatiana de Amorim. **Governança mundial e pobreza: do consenso de Washington ao consenso das oportunidades**. São Paulo: USP, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARINO, Pedro de Barros Leal Pinheiro. Indicadores de governança mundial e sua relação com os indicadores socioeconômicos dos países do Brics. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 5, p. 721-744, 2016.

MAS-COLLEL, Andreu; WHINSTON, Michael Dennis; GREEN, Jerry R. **Microeconomic theory**. New York: Oxford University Press, 1995.

MAZZUCHELLI, Frederico. A crise em perspectiva: 1929 e 2008. **Novos estudos CEBRAP**, n. 82, p. 57-66, 2008.

MELLO, João Carlos C. B. Soares ; MEZA, Lidia Angulo; GOMES, Eliane Gonçalves; BIONDI NETO, Luiz. Curso de análise envoltória de dados. *In*: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PESQUISA OPERACIONAL, 37., 2005, Gramado, RS. **Anais** [..]. Gramado, RS, 2005. [Manual constante no software SIAD], 2005. Disponível em: <http://www.din.uem.br/sbpo/sbpo2005/pdf/arq0289.pdf> Acesso em: 12 jun. 2020.

MENDES, Constantino Cronemberger; TEIXEIRA, Joanílio Rodolpho. **Desenvolvimento econômico brasileiro: uma releitura das contribuições de Celso Furtado**. [S. l.: s. n.], 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Boitempo Editorial, 2015.

MILONE, Paulo César. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. *In*: MONTORO FILHO, André Franco *et al.* **Manual de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MORAN, Carlos A. Azabache Conceitualização da inflação e uma análise dos planos econômicos brasileiros de 1970-1990. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 1, n. 01, 1993.

NEW DEVELOPMENT BANK. **Sobre nós**. [200-]. Disponível em: <https://www.ndb.int/about-us/organisation/organisation-structure>. Acesso em: 08 abr. 2020.

NOZAKI, William. **Alternativas para o desenvolvimento brasileiro: novos horizontes para a mudança estrutural com igualdade (LC/TS.2019/27)**. Santiago: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 2018.

OLIVEIRA, Clonilo Moreira Sindeaux de; VIANNA, Pedro Jorge Ramos. **Desenvolvimento regional: 50 anos do BNB**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2005. 340 p.

PAULIN, Luiz Alfredo. **Conceito de Intervenção e Liquidação Extrajudicial**. São Paulo: Texto Novo, 1999.

PEREIRA, Denise Pinho. **Análise da eficiência das universidades federais brasileiras: uma aplicação da análise envoltória de dados**. [S. l.: s. n.], 2020.

RAPIS, Cibele. **O microcrédito e o combate à pobreza**. [S. l.: s. n.], 2008.

REBÊLO, José Matos; CESAR, Felipe. **CRISE FINANCEIRA DE 2008: A INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO-FINANCIAL CRISIS OF 2008: STATE INTERVENTION IN THE ECONOMIC DOMAIN**. *Revista da SJRJ*, v. 17, n. 28, p. 69-79, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

ROTTA, Edegar; DO REIS, Carlos Nelson. As políticas públicas sociais nas experiências desenvolvimentistas brasileiras: breve comparativo entre o plano de metas e o PAC1. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 3., 2017. *Anais* [...] ISSN 2358-0135.

SANTOS, Elinaldo Leal; BRAGA, Vitor; SANTOS, Reginaldo Souza; BRAGA, Alexandra Maria da Silva. **Desenvolvimento: um conceito multidimensional**. *Revista DRd – Desenvolvimento Regional em Debate*, Universidade do Contestado, Ano 2, n.1, p. 44-61, jul. 2012.

SANTOS, Iliane Medeiros. **Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina-BADESC: sua transformação em agência de fomento e o microcrédito**. 2011. 206 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2011.

SENRA, Luis Felipe Aragão de Castro *et al.* Estudo sobre métodos de seleção de variáveis em DEA. *Pesquisa Operacional*, v. 27, n. 2, p. 191-207, 2007.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. **Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso**. *Desenvolvimento em questão*, v. 2, n. 3, p. 9-26, 2004.

SILVA, Dimária. Teorias de mercado e regulação: por que os mercados e o governo falham? *Cadernos EBAPE*, v. 8, n. 4, p. 644-660, 2010.

STEPHANOU, Michelle C. Análise comparativa das metodologias de avaliação das agências de fomento internacionais BID e BIRD em financiamentos de projetos sociais no Brasil. *Civitas - Revista de Ciências Sociais* [online], v. 5, n. 1, p. 127-160, 2005. ISSN: 1519-6089. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74250108>. Acesso em: 15 jul. 2020.

STIGLITZ, Joseph E.; WEISS, Andrew. Credit rationing in markets with imperfect information. **The American Economic Review**, Nashville, v. 71, n. 3, p. 393-410, jun. 1981.

THE WORLD BANK. **Quem nós somos**. 2019. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/who-we-are>. Acesso em: 21 jul. 2019.

TOCANTINS. Secretaria da Fazenda e Planejamento (SEFAZ). Diretoria de Gestão de Informações Territoriais e Socioeconômicas (DIGIT). Gerência de Informações Socioeconômicas (GEFINS). **Indicadores Socioeconômicos do Estado do Tocantins**. Palmas: SEFAZ; GEFINS, 2019. 71 p.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira; COSTA, Fernando Nogueira. BNDES e o financiamento do desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. 4, p. 975-1009, 2012.

VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. **A internacionalização do BNDES no Governo Lula**. [S. l.: s. n.], 2011.

VASCONCELOS, Marco Antônio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VIDOTTO, Carlos Augusto. Reforma dos bancos federais brasileiros: programa, base doutrinária e afinidades teóricas. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 57-84, jan./jun. 2005.

YIN, Robert K. **Planejamento e Métodos**. Estudo de Caso. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos pobres**. Tradução Maria Cristina Guimarães. [S. l.: s. n.], 2000.

ZHU, Joe. Multi-factor performance measure model with an application to Fortune 500 companies. **European Journal of Operational Research**, v. 123, n. 1, p. 105-124, 2000.

ANEXOS

ANEXO A - Ativos 2016

Instituição financeira	Código	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Disponibilidades (a)	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (b)	TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (c)	Operações de Crédito		
BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	2885855	n1		I	1	PORTO ALEGRE	RS	dez/16	800	0	625.219	3.203.981	-362.997	2.840.984
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.	3584906	n1		I	1	CURITIBA	PR	dez/16	0	0	582.685	1.177.313	-21.266	1.156.047
DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.	10663610	n1		I	1	SAO PAULO	SP	dez/16	0	0	309.827	1.145.593	-66.115	1.079.478
DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.	15163587	n1		I	1	SALVADOR	BA	dez/16	1.133	196.612	200.247	742.953	-45.116	697.838
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.-BADESC	82937293	n1		I	1	FLORIANOPOLI	SC	dez/16	78	0	349.352	742.294	-98.544	643.751
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.	5940203	n1		I	1	RIO DE JANEIRO	RJ	dez/16	5	0	384.756	162.411	-34.351	128.060
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM	3183937	n1		I	1	MANAUS	AM	dez/16	497	0	251.511	49.148	-9.713	39.435
AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS S/A	3918382	n1		I	1	GOIANIA	GO	dez/16	44	0	84.288	136.103	-20.270	115.832
AGÊNCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.	3848103	n1		I	1	NATAL	RN	dez/16	127	0	56.203	16.414	-1.150	15.264
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A.	10769660	n1		I	1	MACEIO	AL	dez/16	56	0	40.357	11.173	-1.136	10.037
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A.	13178690	n1		I	1	RECIFE	PE	dez/16	23	0	43.532	14.891	-5.068	9.823
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S.A.	6284531	n1		I	1	CUIABA	MT	dez/16	147	0	13.380	19.303	-2.669	16.634
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.	5474540	n1		I	1	PALMAS	TO	dez/16	12	0	9.251	12.488	-1.797	10.691
AGENCIA DE FOMENTO DO AMAPA S.A.	2929977	n1		I	1	MACAPA	AP	dez/16	0	0	7.541	7.312	-3.079	4.233
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	3058464	n1		I	1	BOA VISTA	RR	dez/16	59	0	11.454	1.887	-647	1.240
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. PIAUÍ FOMENTO	11836226	n1		I	1	TERESINA	PI	dez/16	125	0	1.528	11.895	-179	11.716

ANEXOS
ANEXO A - Ativos 2016

Arrendamento Mercantil					Outros Créditos - Líquido de Provisão (f)	Outros Ativos Realizáveis (g)	Permanente Ajustado (h)	Ativo Total Ajustado (i) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e) + (f) + (g) + (h)	Credores por Antecipação de Valor Residual (j)	Ativo Total (k) = (i) - (j)
0	0	0	0	0	283.057	125	31.021	3.781.205	0	3.781.205
0	0	0	0	0	13.736	273	1.182	1.753.923	0	1.753.923
0	0	0	0	0	51.473	36.036	36.025	1.512.839	0	1.512.839
0	0	0	0	0	54.914	15.295	40.357	1.206.397	0	1.206.397
0	0	0	0	0	7.844	5.902	2.562	1.009.489	0	1.009.489
0	0	0	0	0	1.843	31.664	17.810	564.138	0	564.138
0	0	0	0	0	3.067	67.836	10.288	372.633	0	372.633
0	0	0	0	0	32.777	1.686	4.852	239.478	0	239.478
0	0	0	0	0	5.142	2.041	1.152	79.930	0	79.930
0	0	0	0	0	3.886	47	336	54.720	0	54.720
0	0	0	0	0	34	27	228	53.668	0	53.668
0	0	0	0	0	2.390	146	2.620	35.318	0	35.318
0	0	0	0	0	162	3.196	862	24.175	0	24.175
0	0	0	0	0	2.325	26	417	14.543	0	14.543
0	0	0	0	0	79	37	1.222	14.091	0	14.091
0	0	0	0	0	51	0	21	13.442	0	13.442

Instituição financeira	Código	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Disponibilidades (a)	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (b)	TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (c)	Operações de Crédito	
BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	2885855	n1	S4	I	1	PORTO ALEGRE	RS	dez/17	2.049	0	673.162	2.541.598	-209.354
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.	3584906	n1	S4	I	1	CURITIBA	PR	dez/17	126	0	716.204	1.177.993	-29.818
DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.	10663610	n1	S4	I	1	SAO PAULO	SP	dez/17	0	0	407.677	1.160.614	-65.322
DESENBÁHIA - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.	15163587	n1	S4	I	1	SALVADOR	BA	dez/17	477	274.403	144.155	745.551	-45.347
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.-BADESC	82937293	n1	S4	I	1	FLORIANOPOLIS	SC	dez/17	150	0	395.043	692.492	-60.599
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.	5940203	n1	S4	I	1	RIO DE JANEIRO	RJ	dez/17	43	0	384.083	161.156	-30.825
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM	3183937	n1	S4	I	1	MANAUS	AM	dez/17	10.747	0	346.395	44.727	-25.085
AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS S/A	3918382	n1	S4	I	1	GOIANIA	GO	dez/17	27	0	92.889	117.992	-9.114
AGENCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.	3848103	n1	S4	I	1	NATAL	RN	dez/17	26	0	54.175	17.153	-2.929
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A.	13178690	n1	S4	I	1	RECIFE	PE	dez/17	70	0	28.647	30.884	-1.969
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A.	10769660	n1	S4	I	1	MACEIO	AL	dez/17	66	0	37.087	11.879	-1.967
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S/A - DESENVOLVE MT	6284531	n1	S4	I	1	CUIABA	MT	dez/17	101	0	17.724	23.053	-3.048
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.	5474540	n1	S4	I	1	PALMAS	TO	dez/17	93	0	8.820	7.622	-1.512
AGENCIA DE FOMENTO DO AMAPA S.A.	2929977	n1	S4	I	1	MACAPA	AP	dez/17	51	0	10.760	7.356	-1.829
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. PIAUÍ FOMENTO	11836226	n1	S4	I	1	TERESINA	PI	dez/17	23	0	4.492	9.142	-1.063
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	3058464	n1	S4	I	1	BOA VISTA	RR	dez/17	17	0	9.462	1.147	-248

ANEXO A - Ativo 2017

	Arrendament o Mercantil					Outros Créditos - Líquido de Provisão (f)	Outros Ativos Realizáveis (g)	Permanente Ajustado (h)	Ativo Total Ajustado (i) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e) + (f) + (g) + (h)	Credores por Antecipação de Valor Residual (j)	Ativo Total (k) = (i) - (j)
2.332.244	0	0	0	0	0	264.590	118	29.507	3.301.671	0	3.301.671
1.148.175	0	0	0	0	0	18.944	136	1.002	1.884.587	0	1.884.587
1.095.292	0	0	0	0	0	42.881	43.463	35.192	1.624.505	0	1.624.505
700.205	0	0	0	0	0	47.010	32.790	39.043	1.238.083	0	1.238.083
631.892	0	0	0	0	0	5.312	4.685	2.551	1.039.634	0	1.039.634
130.330	0	0	0	0	0	9.861	25.077	15.977	565.371	0	565.371
19.642	0	0	0	0	0	4.101	65.097	10.532	456.513	0	456.513
108.879	0	0	0	0	0	32.140	2.687	4.014	240.636	0	240.636
14.224	0	0	0	0	0	1.261	635	1.275	71.596	0	71.596
28.915	0	0	0	0	0	99	26	603	58.359	0	58.359
9.912	0	0	0	0	0	4.400	20	433	51.918	0	51.918
20.005	0	0	0	0	0	3.978	185	2.461	44.454	0	44.454
6.110	0	0	0	0	0	202	5.376	779	21.380	0	21.380
5.527	0	0	0	0	0	436	27	489	17.289	0	17.289
8.078	0	0	0	0	0	149	0	14	12.757	0	12.757
899	0	0	0	0	0	623	50	1.219	12.270	0	12.270

ANEXO A - Ativo 2018

1 de 3

Instituição financeira	Código	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Disponibilidades (a)	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (b)
BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	2885855	n1	S4	I	1	PORTO ALEGRE	RS	dez/18	473	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.	3584906	n1	S4	I	1	CURITIBA	PR	dez/18	270	0
DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.	10663610	n1	S4	I	1	SAO PAULO	SP	dez/18	3	0
DESENBABIA - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.	15163587	n1	S4	I	1	SALVADOR	BA	dez/18	234	290.146
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.-BADESC	82937293	n1	S4	I	1	FLORIANOPOLIS	SC	dez/18	102	0
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.	5940203	n1	S4	I	1	RIO DE JANEIRO	RJ	dez/18	4	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM	3183937	n1	S4	I	1	MANAUS	AM	dez/18	461	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIAS S/A	3918382	n1	S4	I	1	GOIANIA	GO	dez/18	19	0
AGENCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.	3848103	n1	S4	I	1	NATAL	RN	dez/18	31	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A.	10769660	n1	S4	I	1	MACEIO	AL	dez/18	79	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A.	13178690	n1	S4	I	1	RECIFE	PE	dez/18	212	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S/A - DESENVOLVE MT	6284531	n1	S4	I	1	CUIABA	MT	dez/18	649	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.	5474540	n1	S4	I	1	PALMAS	TO	dez/18	231	0
AGENCIA DE FOMENTO DO AMAPA S.A.	2929977	n1	S4	I	1	MACAPA	AP	dez/18	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. PIAUÍ FOMENTO	11836226	n1	S4	I	1	TERESINA	PI	dez/18	20	0
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	3058464	n1	S4	I	1	BOA VISTA	RR	dez/18	35	0

ANEXO A - Ativo 2018

TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (c)	Operações de Crédito			Arrendamento Mercantil					Outros Créditos - Líquido de Provisão (f)	Outros Ativos Realizáveis (g)	Permanente Ajustado (h)
701.267	2.253.291	-273.661	1.979.630	0	0	0	0	0	283.759	331	28.262
868.834	1.152.024	-32.604	1.119.420	0	0	0	0	0	19.734	517	518
516.761	1.278.218	-108.053	1.170.165	0	0	0	0	0	53.887	44.915	34.366
160.007	711.511	-49.637	661.874	0	0	0	0	0	23.213	39.172	42.610
336.126	670.121	-47.178	622.943	0	0	0	0	0	7.439	15.379	2.631
380.978	165.444	-32.585	132.859	0	0	0	0	0	7.139	23.249	13.668
413.362	22.323	-9.169	13.154	0	0	0	0	0	4.241	46.271	10.923
91.427	109.664	-4.726	104.938	0	0	0	0	0	35.504	4.984	4.321
57.892	15.371	-2.363	13.008	0	0	0	0	0	1.878	514	1.151
30.373	17.532	-2.270	15.263	0	0	0	0	0	3.677	5.551	3.676
15.140	42.084	-2.817	39.267	0	0	0	0	0	42	26	558
15.062	24.713	-2.894	21.819	0	0	0	0	0	1.923	203	2.440
6.414	5.782	-581	5.202	0	0	0	0	0	1	4.971	707
2.444	13.237	-1.934	11.303	0	0	0	0	0	551	130	396
7.024	4.741	-881	3.859	0	0	0	0	0	121	0	21
4.780	1.752	-244	1.508	0	0	0	0	0	875	17	1.349

Ativo Total Ajustado (i) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e) + (f) + (g) + (h)	Credores por Antecipação de Valor Residual (j)	Ativo Total (k) = (i) - (j)
2.993.721	0	2.993.721
2.009.293	0	2.009.293
1.820.097	0	1.820.097
1.217.256	0	1.217.256
984.620	0	984.620
557.897	0	557.897
488.413	0	488.413
241.192	0	241.192
74.474	0	74.474
58.619	0	58.619
55.243	0	55.243
42.096	0	42.096
17.526	0	17.526
14.825	0	14.825
11.045	0	11.045
8.564	0	8.564

ANEXO A - Ativo 2019

1 de 3

Instituição financeira	Código	TCB	SR	TD	TC	Cidade	UF	Data	Disponibilidades (a)	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (b)
BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	2885855	n1	S4	I	1	PORTO ALEGRE	RS	dez/19	489	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.	3584906	n1	S4	I	1	CURITIBA	PR	dez/19	1	0
DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.	10663610	n1	S4	I	1	SAO PAULO	SP	dez/19	4	0
DESENBÁHIA - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.	15163587	n1	S4	I	1	SALVADOR	BA	dez/19	9.081	272.755
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.-BADESC	82937293	n1	S4	I	1	FLORIANOPOLIS	SC	dez/19	41	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.	5940203	n1	S4	I	1	RIO DE JANEIRO	RJ	dez/19	27	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM	3183937	n1	S4	I	1	MANAUS	AM	dez/19	618	0
AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS S/A	3918382	n1	S4	I	1	GOIANIA	GO	dez/19	31	0
AGENCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.	3848103	n1	S4	I	1	NATAL	RN	dez/19	51	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A.	13178690	n1	S4	I	1	RECIFE	PE	dez/19	286	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S/A - DESENVOLVE MT	6284531	n1	S4	I	1	CUIABA	MT	dez/19	9	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.	5474540	n1	S4	I	1	PALMAS	TO	dez/19	18	0
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. PIAUÍ FOMENTO	11836226	n1	S4	I	1	TERESINA	PI	dez/19	4.697	0
AGENCIA DE FOMENTO DO AMAPA S.A.	2929977	n1	S4	I	1	MACAPA	AP	dez/19	0	0
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	3058464	n1	S4	I	1	BOA VISTA	RR	dez/19	37	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A.	10769660	n1	S4	I	1	MACEIO	AL	dez/19	0	0

ANEXO A - Ativo 2019

TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (c)	Operações de Crédito			Arrendamento Mercantil						Outros Créditos - Líquido de Provisão (f)	Outros Ativos Realizáveis (g)	Permanente Ajustado (h)
593.927	1.998.069	-218.550	1.779.519	0	0	0	0	0	0	258.813	8.810	27.321
974.030	1.147.246	-35.028	1.112.217	0	0	0	0	0	0	27.512	1.247	388
481.532	1.268.578	-83.223	1.185.355	0	0	0	0	0	0	56.674	44.615	33.977
164.492	689.159	-27.585	661.574	0	0	0	0	0	0	21.079	38.055	42.543
261.055	721.959	-52.776	669.182	0	0	0	0	0	0	14.472	20.443	3.412
309.858	254.150	-33.678	220.472	0	0	0	0	0	0	4.225	22.564	11.308
220.420	18.256	-8.886	9.369	0	0	0	0	0	0	3.161	26.995	10.787
103.669	98.988	-6.264	92.724	0	0	0	0	0	0	34.621	8.198	4.376
54.227	16.887	-1.176	15.711	0	0	0	0	0	0	607	527	1.161
20.444	33.333	-1.113	32.220	0	0	0	0	0	0	223	1	500
14.950	22.416	-2.714	19.702	0	0	0	0	0	0	1.702	155	2.646
6.112	5.476	-1.078	4.398	0	0	0	0	0	0	1	4.855	516
3.865	6.004	-551	5.453	0	0	0	0	0	0	879	0	36
3.005	10.128	-2.399	7.729	0	0	0	0	0	0	1.817	57	304
4.669	1.493	-239	1.254	0	0	0	0	0	0	890	23	1.178
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Ativo Total Ajustado (i) = (a) + (b) + (c) + (d) + (e) + (f) + (g) + (h)	Credores por Antecipação de Valor Residual (j)	Ativo Total (k) = (i) - (j)
2.668.880	0	2.668.880
2.115.394	0	2.115.394
1.802.158	0	1.802.158
1.209.579	0	1.209.579
968.605	0	968.605
568.453	0	568.453
271.351	0	271.351
243.619	0	243.619
72.284	0	72.284
53.675	0	53.675
39.163	0	39.163
15.901	0	15.901
14.930	0	14.930
12.913	0	12.913
8.051	0	8.051
0	0	0

Outras Obrigações (g)	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo (h) = (e) + (f) + (g)	Resultados de Exercícios Futuros (i)	Patrimônio Líquido (j)	Passivo Total (k) = (h) + (i) + (j)
132.108	3.104.352	104	676.749	3.781.205
38.449	210.999	0	1.542.924	1.753.923
48.797	458.577	0	1.054.263	1.512.839
80.502	643.302	0	563.094	1.206.397
34.702	485.759	0	523.730	1.009.489
29.651	118.265	0	445.873	564.138
193.465	260.483	0	112.150	372.633
5.426	67.928	0	171.550	239.478
36.445	38.804	0	41.125	79.930
15.134	18.026	0	36.694	54.720
644	7.760	0	45.908	53.668
1.307	16.074	0	19.244	35.318
444	466	0	23.708	24.175
3.412	3.412	0	11.131	14.543
1.056	1.056	0	13.035	14.091
271	271	0	13.171	13.442

Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo (h) = (e) + (f) + (g)	Resultados de Exercícios Futuros (i)	Patrimônio Líquido (j)	Passivo Total (k) = (h) + (i) + (j)
2.611.669	82	689.920	3.301.671
324.076	0	1.560.511	1.884.587
564.342	0	1.060.163	1.624.505
664.758	0	573.325	1.238.083
500.582	0	539.051	1.039.634
104.343	0	461.028	565.371
362.884	0	93.629	456.513
62.132	0	178.503	240.636
29.694	0	41.902	71.596
9.631	0	48.728	58.359
17.213	0	34.704	51.918
28.263	0	16.191	44.454
496	0	20.883	21.380
3.086	0	14.204	17.289
264	0	12.493	12.757
1.001	0	11.269	12.270

Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo (h) = (e) + (f) + (g)	Resultados de Exercícios Futuros (i)	Patrimônio Líquido (j)	Passivo Total (k) = (h) + (i) + (j)
2.284.828	48	708.845	2.993.721
362.774	0	1.646.519	2.009.293
759.884	0	1.060.213	1.820.097
652.113	0	565.143	1.217.256
430.558	0	554.062	984.620
85.804	0	472.093	557.897
402.465	0	85.948	488.413
56.032	0	185.160	241.192
31.046	0	43.428	74.474
18.433	0	40.185	58.619
6.898	0	48.345	55.243
29.115	0	12.981	42.096
525	0	17.000	17.526
2.300	0	12.525	14.825
211	0	10.834	11.045
765	0	7.799	8.564

Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo (h) = (e) + (f) + (g)	Resultados de Exercícios Futuros (i)	Patrimônio Líquido (j)	Passivo Total (k) = (h) + (i) + (j)
1.935.978	38	732.865	2.668.880
321.639	0	1.793.756	2.115.394
679.739	0	1.122.419	1.802.158
632.965	0	576.614	1.209.579
371.455	0	597.150	968.605
93.656	0	474.797	568.453
180.827	0	90.525	271.351
53.679	0	189.940	243.619
27.680	0	44.603	72.284
6.393	0	47.281	53.675
24.767	0	14.396	39.163
508	0	15.394	15.901
5.668	0	9.262	14.930
1.758	0	11.155	12.913
754	0	7.297	8.051
0	0	0	0

ANEXO C - Carteira de crédito pessoa jurídica 2016

1 de 4

Instituição financeira	Código	TCB	TD	TC	SR	Segmento	Cidade	UF	Data	Total da Carteira de Pessoa Jurídica	Capital de Giro									Investimento		
BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	2.885.855	n1	I	1		30	PORTO ALEGRE	RS	dez/16	2.008.893	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.951	23.913	102.769
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.	3.584.906	n1	I	1		30	CURITIBA	PR	dez/16	1.133.548	0	0	0	0	0	0	0	0	0	955	56.421	160.555
DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.	10.663.610	n1	I	1		30	SAO PAULO	SP	dez/16	1.127.736	244	3.618	3.121	2.731	528	227	0	10.469	5.030	50.724	132.006	
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.-BADESC	82.937.293	n1	I	1		30	FLORIANOPOLIS	SC	dez/16	737.589	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.173	36.898	107.605
DESENBÁHIA - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.	15.163.587	n1	I	1		30	SALVADOR	BA	dez/16	535.160	0	596	1.710	780	0	0	0	3.085	57	7.739	19.984	
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A	5.940.203	n1	I	1		30	RIO DE JANEIRO	RJ	dez/16	162.154	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.477	5.794	18.764
AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS S/A	3.918.382	n1	I	1		30	GOIANIA	GO	dez/16	113.017	2.577	7.933	14.173	7.277	351	7	0	32.319	2.109	3.956	10.037	
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM	3.183.937	n1	I	1		30	MANAUS	AM	dez/16	50.129	0	0	0	0	0	0	0	0	0	42	1.272	3.273
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S.A.	6.284.531	n1	I	1		30	CUIABA	MT	dez/16	17.372	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A.	13.178.690	n1	I	1		30	RECIFE	PE	dez/16	14.803	49	548	1.136	143	0	0	0	1.877	163	112	289	
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.	5.474.540	n1	I	1		30	PALMAS	TO	dez/16	9.519	738	1.053	2.870	1.931	131	0	0	6.724	130	387	924	
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A.	10.769.660	n1	I	1		30	MACEIO	AL	dez/16	7.649	95	0	0	0	0	0	0	95	0	0	0	
AGENCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.	3.848.103	n1	I	1		30	NATAL	RN	dez/16	4.701	0	0	0	0	0	0	0	0	114	612	1.317	
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	3.058.464	n1	I	1		30	BOA VISTA	RR	dez/16	1.281	221	220	537	303	0	0	0	1.281	0	0	0	
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. PIAUÍ FOMENTO	11.836.226	n1	I	1		30	TERESINA	PI	dez/16	1.086	13	56	117	44	0	0	0	229	36	210	413	
AGENCIA DE FOMENTO DO AMAPA S.A.	2.929.977	n1	I	1		30	MACAPA	AP	dez/16	710	8	7	20	18	0	0	0	54	77	112	262	

ANEXO C - Carteira de crédito pessoa jurídica 2016

3 de 4

Financiamento de Infraestrutura/Desenvolvimento/Projeto e Outros Créditos								Rural e Agroindustrial								
27.755	75.373	236.520	584.401	366.748	355.037	4.800	1.650.635	239	4.045	19.499	36.315	23.799	30.725	0	114.622	
2.441	10.474	31.239	63.340	35.909	17.973	766	162.143	0	0	0	0	0	0	0	0	
1.519	17.812	52.330	123.387	90.427	102.702	0	388.176	0	0	0	0	0	0	0	0	
7.554	18.535	48.699	137.452	79.459	62.158	0	353.857	0	0	43	2.292	5.266	8.545	0	16.146	
3.821	9.378	25.307	65.982	51.740	73.049	0	229.277	0	715	3.394	7.129	52.214	43.945	0	107.397	
796	5.241	15.599	38.285	17.944	5.461	0	83.326	0	0	0	0	0	0	0	0	
1.362	1.744	6.229	15.726	11.791	9.984	0	46.836	0	0	0	0	0	0	0	0	
149	1.584	4.469	9.931	6.098	18.532	0	40.763	0	0	0	0	0	0	0	0	
584	1.382	3.403	6.159	3.199	2.644	0	17.372	0	0	0	0	0	0	0	0	
33	119	284	2.059	2.184	2.538	0	7.216	0	0	0	0	0	0	0	0	
0	4	12	26	0	0	0	43	0	0	0	0	0	0	0	0	
57	193	488	651	586	686	0	2.661	0	0	0	0	0	0	0	0	
6	114	326	654	336	154	0	1.590	0	0	0	0	0	0	0	0	
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

ANEXO C - Carteira de crédito pessoa jurídica 2017

1 de 4

Instituição financeira	Código	TCB	TD	TC	SR	Segmento	Cidade	UF	Data	Total da Carteira de Pessoa Jurídica	Capital de Giro									Investimento
BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	2.885.855	n1	I	1	S4	30	PORTO ALEGRE	RS	dez/17	1.514.057	0	0	0	0	0	0	0	0	0	912
DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.	10.663.610	n1	I	1	S4	30	SAO PAULO	SP	dez/17	1.146.470	77	13.506	2.540	1.195	441	68	0	17.827	0	3.631
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.	3.584.906	n1	I	1	S4	30	CURITIBA	PR	dez/17	1.138.169	202	81	243	0	0	290	0	817	0	1.341
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO	82.937.293	n1	I	1	S4	30	FLORIANOPOLIS	SC	dez/17	687.167	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.247
DESENBÁHIA - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.	15.163.587	n1	I	1	S4	30	SALVADOR	BA	dez/17	565.063	60	939	1.433	3.111	1.944	0	0	7.487	0	36
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.	5.940.203	n1	I	1	S4	30	RIO DE JANEIRO	RJ	dez/17	161.059	0	0	0	0	0	0	0	0	0	599
AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS S/A	3.918.382	n1	I	1	S4	30	GOIANIA	GO	dez/17	98.844	922	4.014	7.650	5.788	364	3	0	18.741	0	1.170
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM	3.183.937	n1	I	1	S4	30	MANAUS	AM	dez/17	47.552	0	0	0	0	0	0	0	0	0	50
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A.	13.178.690	n1	I	1	S4	30	RECIFE	PE	dez/17	30.025	38	2.316	6.354	8.619	0	0	0	17.328	0	5
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S/A - DESENVOLVE MT	6.284.531	n1	I	1	S4	30	CUIABA	MT	dez/17	20.890	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A.	10.769.660	n1	I	1	S4	30	MACEIO	AL	dez/17	8.024	27	209	987	2.305	1.040	0	0	4.567	0	0
AGENCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.	3.848.103	n1	I	1	S4	30	NATAL	RN	dez/17	6.183	0	0	0	0	0	0	0	0	0	206
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.	5.474.540	n1	I	1	S4	30	PALMAS	TO	dez/17	5.564	301	1.502	1.241	983	33	0	0	4.060	0	170
AGENCIA DE FOMENTO DO AMAPA S.A.	2.929.977	n1	I	1	S4	30	MACAPA	AP	dez/17	2.300	2	4	9	7	0	0	0	21	0	125
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. PIAUÍ FOMENTO	11.836.226	n1	I	1	S4	30	TERESINA	PI	dez/17	1.008	10	70	143	79	0	0	0	302	0	4
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	3.058.464	n1	I	1	S4	30	BOA VISTA	RR	dez/17	815	60	166	359	200	0	0	0	785	0	0

ANEXO C - Carteira de crédito pessoa jurídica 2017

					Financiamento de Infraestrutura/Desenvolvimento/Projeto e Outros Créditos									Rural e Agroindustrial				
1.589	44	44	0	2.721	16.159	64.362	193.692	456.528	293.883	212.080	0	1.236.704	1.101	3.828	16.650	30.447	22.649	
0	0	0	0	0	3.780	26.207	76.276	176.052	109.532	93.189	0	485.036	0	0	0	0	0	
1.405	4	0	0	3.866	3.179	14.141	42.886	89.372	40.321	14.945	778	205.621	0	0	0	0	0	
715	0	0	0	1.193	2.189	16.327	49.634	130.591	71.754	45.288	0	315.783	0	0	2.242	5.258	6.587	
0	0	0	0	0	2.568	10.248	26.983	71.204	52.237	65.344	0	228.585	0	706	9.528	51.654	42.277	
0	0	0	0	0	1.019	4.870	13.714	29.710	14.784	2.951	0	67.047	0	0	0	0	0	
0	0	0	0	0	654	1.988	6.149	13.712	9.977	6.662	0	39.142	0	0	0	0	0	
1.567	0	0	0	3.251	2.180	1.246	3.436	6.842	3.759	13.418	0	30.881	0	0	0	0	0	
1.211	10	0	0	3.473	83	270	1.028	2.734	2.317	2.371	0	8.803	0	0	0	0	0	
0	0	0	0	0	596	1.461	3.633	7.915	4.732	2.553	0	20.890	0	0	0	0	0	
0	0	0	0	0	68	193	409	1.014	934	839	0	3.457	0	0	0	0	0	
0	0	0	0	0	2	96	241	500	183	70	0	1.092	0	0	0	0	0	
68	0	0	0	160	4	4	11	12	0	0	0	31	0	0	0	0	0	
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
15	0	0	0	30	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

			Habitacional									Total Exterior Pessoa Jurídica
27.995	0	102.671	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.030	0	16.118	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.046	0	105.211	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

ANEXO C - Carteira de crédito pessoa jurídica 2018

1 de 4

Instituição financeira	Código	TCB	TD	TC	SR	Segmento	Cidade	UF	Data	Total da Carteira de Pessoa Jurídica	Capital de Giro										Investimento
BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	2.885.855	n1	I	1	S4	30	PORTO ALEGRE	RS	dez/18	1.349.083	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7.465
DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.	10.663.610	n1	I	1	S4	30	SAO PAULO	SP	dez/18	1.268.122	146	427	11.374	780	248	55	0	13.030	0	0	8.469
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.	3.584.906	n1	I	1	S4	30	CURITIBA	PR	dez/18	1.125.226	6	19	75	235	304	0	0	639	0	0	998
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.-BADESC	82.937.293	n1	I	1	S4	30	FLORIANOPOLIS	SC	dez/18	663.969	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.931
DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.	15.163.587	n1	I	1	S4	30	SALVADOR	BA	dez/18	557.435	0	482	1.366	3.490	389	0	0	5.727	0	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.	5.940.203	n1	I	1	S4	30	RIO DE JANEIRO	RJ	dez/18	165.028	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	524
AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS S/A	3.918.382	n1	I	1	S4	30	GOIANIA	GO	dez/18	95.211	491	3.179	6.085	4.147	173	0	0	14.075	0	0	897
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A.	13.178.690	n1	I	1	S4	30	RECIFE	PE	dez/18	41.609	365	3.758	11.008	14.400	802	155	0	30.488	0	0	22
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM	3.183.937	n1	I	1	S4	30	MANAUS	AM	dez/18	23.670	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S/A - DESENVOLVE MT	6.284.531	n1	I	1	S4	30	CUIABA	MT	dez/18	20.487	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A.	10.769.660	n1	I	1	S4	30	MACEIO	AL	dez/18	11.696	205	347	1.161	2.372	652	0	0	4.738	0	0	67
AGENCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.	3.848.103	n1	I	1	S4	30	NATAL	RN	dez/18	6.187	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	227
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.	5.474.540	n1	I	1	S4	30	PALMAS	TO	dez/18	4.897	236	1.536	1.205	1.436	163	0	0	4.577	0	0	24
AGENCIA DE FOMENTO DO AMAPA S.A.	2.929.977	n1	I	1	S4	30	MACAPA	AP	dez/18	3.543	3	3	4	2	0	0	0	12	0	0	209
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. PIAUÍ FOMENTO	11.836.226	n1	I	1	S4	30	TERESINA	PI	dez/18	1.194	32	105	224	127	0	0	0	489	0	0	3
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	3.058.464	n1	I	1	S4	30	BOA VISTA	RR	dez/18	918	93	149	344	184	0	0	0	770	0	0	0

ANEXO C - Carteira de crédito pessoa jurídica 2018

Financiamento de Infraestrutura/Desenvolvimento/Projeto e Outros Créditos									Rural e Agroindustrial								
18.595	64.759	180.899	388.152	227.614	178.314	9.816	1.068.149		1.052	4.219	12.836	27.633	20.767	22.599	0	89.106	
2.636	34.134	99.522	230.806	141.366	86.942	0	595.407		0	0	0	0	0	0	0	0	
2.702	17.925	54.199	113.516	41.465	13.350	596	243.754		0	0	0	0	0	0	0	0	
1.824	16.329	49.305	124.825	71.524	35.380	482	299.669		0	0	50	5.747	9.275	113	0	15.185	
1.592	11.031	30.048	77.504	48.336	55.171	0	223.682		0	670	3.531	56.572	46.805	46	0	107.625	
261	4.574	13.051	29.312	14.175	4.340	0	65.713		0	0	0	0	0	0	0	0	
151	1.790	5.358	12.081	7.535	4.060	0	30.975		0	0	0	0	0	0	0	0	
14	253	671	1.719	1.501	1.678	0	5.836		0	0	0	0	0	0	0	0	
23	778	1.891	2.658	1.584	4.703	0	11.637		0	0	0	0	0	0	0	0	
705	1.487	3.765	8.075	5.100	1.355	0	20.487		0	0	0	0	0	0	0	0	
38	245	657	1.842	1.296	536	0	4.614		0	0	0	0	0	0	0	0	
0	70	185	316	149	5	0	725		0	0	0	0	0	0	0	0	
0	4	8	0	0	0	0	12		0	0	0	0	0	0	0	0	
0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	
0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	
0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	0	0	0	

ANEXO C - Carteira de crédito pessoa jurídica 2019

1 de 4

Instituição financeira	Código	TCB	TD	TC	SR	Segmento	Cidade	UF	Data	Total da Carteira de Pessoa Jurídica	Capital de Giro									Investimento		
DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.	10.663.610	n1	I	1	S4	30	SAO PAULO	SP	dez/19	1.261.460	73	29.230	19.430	24.346	102	36	0	73.219	1.992		45.966	
BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	2.885.855	n1	I	1	S4	30	PORTO ALEGRE	RS	dez/19	1.170.276	0	0	0	0	0	0	0	0	0	440		18.041
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.	3.584.906	n1	I	1	S4	30	CURITIBA	PR	dez/19	1.126.754	642	1.978	5.893	8.444	509	8	0	17.473	379		69.657	
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC	82.937.293	n1	I	1	S4	30	FLORIANOPOLIS	SC	dez/19	717.936	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.546		40.590
DESENBABIA - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.	15.163.587	n1	I	1	S4	30	SALVADOR	BA	dez/19	544.816	39	1.123	4.356	9.187	633	14	0	15.352	0		11.756	
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.	5.940.203	n1	I	1	S4	30	RIO DE JANEIRO	RJ	dez/19	253.129	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1.295		7.743
AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS S/A	3.918.382	n1	I	1	S4	30	GOIANIA	GO	dez/19	84.872	461	1.753	3.372	2.741	283	6	0	8.615	917		7.360	
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A.	13.178.690	n1	I	1	S4	30	RECIFE	PE	dez/19	30.261	97	3.355	9.226	8.235	689	491	0	22.092	73		292	
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S/A - DESENVOLVE MT	6.284.531	n1	I	1	S4	30	CUIABA	MT	dez/19	18.893	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFFAM	3.183.937	n1	I	1	S4	30	MANAUS	AM	dez/19	18.530	0	0	0	0	0	0	0	0	0	39		1.566
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A.	10.769.660	n1	I	1	S4	30	MACEIO	AL	dez/19	10.722	299	262	596	1.351	141	0	0	2.649	9		51	
AGENCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.	3.848.103	n1	I	1	S4	30	NATAL	RN	dez/19	6.999	0	0	0	0	0	0	0	0	0	118		1.407
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.	5.474.540	n1	I	1	S4	30	PALMAS	TO	dez/19	5.067	818	639	1.452	1.921	167	0	0	4.996	33		13	
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. PIAUÍ FOMENTO	11.836.226	n1	I	1	S4	30	TERESINA	PI	dez/19	3.969	62	532	1.275	931	0	0	0	2.800	17		225	
AGENCIA DE FOMENTO DO AMAPA S.A.	2.929.977	n1	I	1	S4	30	MACAPA	AP	dez/19	2.889	0	1	1	0	0	0	0	2	282		587	
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	3.058.464	n1	I	1	S4	30	BOA VISTA	RR	dez/19	703	64	113	243	158	0	0	0	578	0		0	

Total Exterior Pessoa Jurídica
0
0
0
0
0
0
0
0
0
0
0
0
0
0
0
0
0
0
0
0
0

ANEXO D.1 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 1º SEMESTRE DE 2016

Instituição financeira	Cidade	UF	Data	Resultado de Intermediação Financeira					
				Receitas de Intermediação Financeira					
				Rendas de Operações de Crédito (a1)	Rendas de Operações de Arrendamento Mercantil (a2)	Rendas de Operações com TVM (a3)	Rendas de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (a4)	Resultado de Operações de Câmbio (a5)	Rendas de Aplicações Compulsórias (a6)
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A.	MACEIO	AL	jun/16	873	0	1.990	0	0	0
AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS S/A	GOIANIA	GO	jun/16	9.943	0	3.673	0	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO AMAPA S.A.	MACAPA	AP	jun/16	1.669	0	176	0	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S.A.	CUIABA	MT	jun/16	1.343	0	210	0	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A.	RECIFE	PE	jun/16	1.371	0	2.517	0	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S.A. - AFERR	BOA VISTA	RR	jun/16	55	0	1.028	0	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.-BADESC	FLORIANOPOLIS	SC	jun/16	53.064	0	24.610	0	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM	MANAUS	AM	jun/16	2.466	0	16.518	-98	0	0
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.	RIO DE JANEIRO	RJ	jun/16	11.047	0	22.558	0	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.	PALMAS	TO	jun/16	2.044	0	514	0	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.	CURITIBA	PR	jun/16	58.136	0	47.033	0	0	0
AGENCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.	NATAL	RN	jun/16	485	0	2.358	0	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. PIAUÍ FOMENTO	TERESINA	PI	jun/16	610	0	492	0	0	0
BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	PORTO ALEGRE	RS	jun/16	119.348	0	39.236	0	0	0
DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.	SALVADOR	BA	jun/16	37.325	0	26.960	0	0	0
DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.	SAO PAULO	SP	jun/16	82.458	0	18.850	0	0	0

ANEXO D.1 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 1º SEMESTRE DE 2016

	Despesas de Intermediação Financeira						Resultado de Intermediação Financeira (c) = (a) + (b)
Receitas de Intermediação Financeira (a) = (a1) + (a2) + (a3) + (a4) + (a5) + (a6)	Despesas de Captação (b1)	Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses (b2)	Despesas de Operações de Arrendamento Mercantil (b3)	Resultado de Operações de Câmbio (b4)	Resultado de Provisão para Créditos de Difícil Liquidação (b5)	Despesas de Intermediação Financeira (b) = (b1) + (b2) + (b3) + (b4) + (b5)	
2.862	0	-67	0	0	-81	-148	2.714
13.616	0	-1.450	0	0	-15.025	-16.475	-2.859
1.845	0	0	0	0	-1.012	-1.012	833
1.554	0	-149	0	0	876	727	2.280
3.888	0	-76	0	0	-3.097	-3.174	714
1.083	0	0	0	0	-287	-287	796
77.674	0	-15.958	0	0	-25.005	-40.963	36.711
18.885	0	-1.619	0	0	-1.150	-2.769	16.116
33.604	0	-2.586	0	0	-1.612	-4.198	29.406
2.558	0	-2	0	0	-1.460	-1.462	1.096
105.169	0	-4.859	0	0	-9.466	-14.325	90.844
2.844	0	-80	0	0	-262	-342	2.501
1.102	0	0	0	0	-23	-23	1.079
158.584	0	-56.506	0	0	-91.274	-147.780	10.805
64.286	0	-20.645	0	0	-6.510	-27.155	37.131
101.308	0	-12.612	0	0	-27.364	-39.976	61.332

ANEXO D.1 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 1º SEMESTRE DE 2016

3 de 4

Outras Receitas/Despesas Operacionais									Resultado Operacional (e) = (c) + (d)
Rendas de Prestação de Serviços (d1)	Rendas de Tarifas Bancárias (d2)	Despesas de Pessoal (d3)	Despesas Administrativas (d4)	Despesas Tributárias (d5)	Resultado de Participações (d6)	Outras Receitas Operacionais (d7)	Outras Despesas Operacionais (d8)	Outras Receitas/Despesas Operacionais (d) = (d1) + (d2) + (d3) + (d4) + (d5) + (d6) + (d7) + (d8)	
7	0	-1.590	-962	-134	0	734	-389	-2.334	380
7.134	242	-8.786	-2.230	-1.259	0	354	-3	-4.548	-7.407
2.464	0	-2.399	-634	-166	0	1	0	-734	99
4.619	0	-3.946	-1.681	-518	0	472	-190	-1.245	1.036
98	58	-1.517	-2.167	-189	0	51	0	-3.666	-2.952
13	0	-2.188	-598	-51	0	2	0	-2.823	-2.027
6	1.666	-19.102	-4.165	-2.760	0	581	-517	-24.292	12.420
14.431	307	-13.510	-5.985	-756	0	22	-273	-5.764	10.353
8.251	0	-14.267	-4.026	-2.020	0	108	-64	-12.018	17.389
0	28	-1.548	-1.216	-121	0	17	-25	-2.864	-1.768
635	667	-13.684	-14.580	-4.799	0	1.577	-1.577	-31.760	59.084
1.813	0	-2.329	-1.385	-274	0	1.554	-1.029	-1.651	850
17	12	-697	-321	-54	0	2	-3	-1.044	35
4.142	547	-19.731	-9.007	-4.936	0	3.921	-21.266	-46.330	-35.525
1.232	0	-26.573	-7.252	-3.931	0	21.364	-12.861	-28.021	9.110
0	1.399	-16.772	-9.468	-4.657	0	3.495	-520	-26.523	34.809

ANEXO D.1 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 1º SEMESTRE DE 2016

Resultado Não Operacional (f)	Resultado antes da Tributação, Lucro e Participação (g) = (e) + (f)	Imposto de Renda e Contribuição Social (h)	Participação nos Lucros (i)	Lucro Líquido (j) = (g) + (h) + (i)	Juros Sobre Capital Próprio (k)
0	380	-306	0	74	0
-2.944	-10.351	3.142	0	-7.208	0
0	99	0	0	99	0
7	1.043	0	0	1.043	0
1	-2.953	-32	0	-2.985	0
2.371	345	-97	0	248	0
-95	12.325	-9.526	0	2.798	0
-1.335	9.018	-4.642	0	4.376	0
0	17.389	-8.455	0	8.933	0
0	-1.768	0	0	-1.768	0
0	59.084	-7.232	0	51.853	-48.204
1	850	-473	0	376	0
0	35	0	0	35	0
768	-34.757	13.135	0	-21.623	0
1.346	10.455	-5.461	-823	4.171	-13.160
0	34.809	-13.594	-1.305	19.910	-9.943

ANEXO D.1 -Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 1º SEMESTRE DE 2017

1 de 5

Instituição financeira	Cidade	UF	Data	Resultado de Intermediação Financeira				
				Receitas de Intermediação Financeira				
				Rendas de Operações de Crédito (a1)	Rendas de Operações de Arrendamento Mercantil (a2)	Rendas de Operações com TVM (a3)	Rendas de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (a4)	Resultado de Operações de Câmbio (a5)
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A.	MACEIO	AL	jun/17	847	0	1.654	0	0
AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS S/A	GOIANIA	GO	jun/17	9.326	0	4.222	0	0
AGENCIA DE FOMENTO DO AMAPA S.A.	MACAPA	AP	jun/17	1.420	0	254	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S.A.	CUIABA	MT	jun/17	1.789	0	713	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A.	RECIFE	PE	jun/17	1.666	0	2.268	0	0
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	BOA VISTA	RR	jun/17	208	0	616	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.-BADESC	FLORIANOPOLIS	SC	jun/17	55.482	0	19.504	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM	MANAUS	AM	jun/17	1.529	0	14.604	-63	0
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.	RIO DE JANEIRO	RJ	jun/17	9.643	0	28.192	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.	PALMAS	TO	jun/17	1.227	0	522	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.	CURITIBA	PR	jun/17	71.125	0	33.330	0	0
AGENCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.	NATAL	RN	jun/17	1.480	0	2.104	0	0
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. PIAUÍ FOMENTO	TERESINA	PI	jun/17	1.250	0	106	0	0
BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	PORTO ALEGRE	RS	jun/17	127.155	0	34.382	0	0
DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.	SALVADOR	BA	jun/17	41.998	0	22.344	0	0
DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.	SAO PAULO	SP	jun/17	62.702	0	31.834	0	0

		Despesas de Intermediação Financeira			
Rendas de Aplicações Compulsórias (a6)	Receitas de Intermediação Financeira (a) = (a1) + (a2) + (a3) + (a4) + (a5) + (a6)	Despesas de Captação (b1)	Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses (b2)	Despesas de Operações de Arrendamento Mercantil (b3)	Resultado de Operações de Câmbio (b4)
0	2.501	0	-82	0	0
0	13.548	0	-1.254	0	0
0	1.674	0	0	0	0
0	2.502	0	-700	0	0
0	3.934	0	-279	0	0
0	824	0	0	0	0
0	74.986	0	-15.125	0	0
0	16.069	0	-910	0	0
0	37.835	0	-2.287	0	0
0	1.749	0	0	0	0
0	104.455	0	-6.979	0	0
0	3.584	0	-64	0	0
0	1.356	0	0	0	0
0	161.538	0	-58.091	0	0
0	64.343	0	-16.031	0	0
0	94.537	0	-15.115	0	0

			Outras Receitas/Despesas Operacionais			
		Resultado de Intermediação Financeira (c) = (a) + (b)	Rendas de Prestação de Serviços (d1)	Rendas de Tarifas Bancárias (d2)	Despesas de Pessoal (d3)	Despesas Administrativas (d4)
Resultado de Provisão para Créditos de Dificil Liquidação (b5)	Despesas de Intermediação Financeira (b) = (b1) + (b2) + (b3) + (b4) + (b5)					
-1.372	-1.454	1.047	566	0	-1.725	-1.484
-3.405	-4.658	8.890	4.803	194	-8.396	-1.663
159	159	1.832	2.249	0	-2.831	-1.077
-2.041	-2.741	-240	6.503	52	-4.543	-2.056
1.458	1.180	5.114	58	37	-1.480	-1.910
-200	-200	624	9	0	-2.348	-795
-17.678	-32.802	42.183	0	1.036	-19.980	-4.659
-325	-1.235	14.834	15.768	303	-15.079	-5.410
-3.537	-5.824	32.012	8.515	0	-13.389	-4.479
98	98	1.848	0	26	-1.415	-1.205
-5.959	-12.938	91.517	812	890	-13.998	-12.313
-1.689	-1.753	1.831	1.899	195	-2.796	-1.950
-125	-125	1.231	12	12	-696	-377
-95.493	-153.584	7.953	5.755	245	-16.387	-7.845
-17.445	-33.476	30.866	17.098	0	-38.128	-7.242
-6.703	-21.819	72.718	1.634	1.802	-17.651	-8.332

ANEXO D.1 -Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 1º SEMESTRE DE 2017

					Resultado Operacional (e) = (c) + (d)	Resultado Não Operacional (f)
Despesas Tributárias (d5)	Resultado de Participações (d6)	Outras Receitas Operacionais (d7)	Outras Despesas Operacionais (d8)	Outras Receitas/Despesas Operacionais (d) = (d1) + (d2) + (d3) + (d4) + (d5) + (d6) + (d7) + (d8)		
-181	0	1.639	-93	-1.278	-231	0
-1.094	0	2.290	-5	-3.871	5.019	-11
-147	0	0	0	-1.806	26	0
-678	0	8	-282	-996	-1.236	0
-174	0	0	-2	-3.472	1.642	0
-39	0	3	-40	-3.209	-2.584	2.257
-2.678	0	2.975	-355	-23.662	18.522	688
-820	0	94	-726	-5.869	8.965	-1.178
-2.222	0	110	-29	-11.494	20.518	-5.694
-79	0	0	-382	-3.056	-1.208	0
-4.653	0	1.472	-1.228	-29.019	62.499	0
-418	14	3.949	-1.002	-110	1.721	9
-65	0	0	-16	-1.129	102	0
-4.169	0	13.882	-8.186	-16.705	-8.752	59
-3.983	0	3.940	-6.878	-35.192	-4.326	124
-3.819	0	194	-246	-26.419	46.299	-38

Resultado antes da Tributação, Lucro e Participação (g) = (e) + (f)	Imposto de Renda e Contribuição Social (h)	Participação nos Lucros (i)	Lucro Líquido (j) = (g) + (h) + (i)	Juros Sobre Capital Próprio (k)
-231	-501	0	-732	0
5.008	-3.753	0	1.255	0
26	0	0	26	0
-1.236	0	0	-1.236	0
1.642	0	0	1.642	0
-328	-65	0	-393	0
19.210	-7.079	0	12.131	0
7.787	-3.815	0	3.972	0
14.824	-10.464	0	4.360	0
-1.208	0	0	-1.208	0
62.499	0	0	62.499	-49.522
1.731	-1.119	0	612	0
102	0	0	102	0
-8.693	-7.210	0	-15.904	0
-4.202	-654	-12	-4.868	-20.400
46.261	-13.395	-1.303	31.563	-13.566

ANEXO D.1 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 1º SEMESTRE DE 2018

Instituição financeira	Cidade	UF	Data	Resultado de Intermediação Financeira		
				Receitas de Intermediação Financeira		
				Rendas de Operações de Crédito (a1)	Rendas de Operações de Arrendamento Mercantil (a2)	Rendas de Operações com TVM (a3)
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A.	MACEIO	AL	jun/18	1.145	0	813
AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS S/A	GOIANIA	GO	jun/18	9.914	0	2.800
AGENCIA DE FOMENTO DO AMAPA S.A.	MACAPA	AP	jun/18	1.231	0	120
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S/A - DESENVOLVE MT	CUIABA	MT	jun/18	1.245	0	407
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A.	RECIFE	PE	jun/18	3.082	0	785
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	BOA VISTA	RR	jun/18	173	0	207
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.-BADESC	FLORIANOPOLIS	SC	jun/18	44.352	0	11.822
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM	MANAUS	AM	jun/18	7.983	0	13.120
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.	RIO DE JANEIRO	RJ	jun/18	7.712	0	12.046
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.	PALMAS	TO	jun/18	863	0	261
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.	CURITIBA	PR	jun/18	62.884	0	23.996
AGENCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.	NATAL	RN	jun/18	1.862	0	835
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. PIAUÍ FOMENTO	TERESINA	PI	jun/18	723	0	152
BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	PORTO ALEGRE	RS	jun/18	108.539	0	22.598
DESENBÁHIA - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.	SALVADOR	BA	jun/18	40.711	0	13.121
DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.	SAO PAULO	SP	jun/18	63.790	0	14.306

				Despesas de Intermediação Financeira	
Rendas de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (a4)	Resultado de Operações de Câmbio (a5)	Rendas de Aplicações Compulsórias (a6)	Receitas de Intermediação Financeira (a) = (a1) + (a2) + (a3) + (a4) + (a5) + (a6)	Despesas de Captação (b1)	Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses (b2)
0	0	0	1.958	0	-54
0	0	0	12.714	0	-1.172
0	0	0	1.351	0	0
0	0	0	1.652	0	-581
0	0	0	3.866	0	-261
0	0	0	380	0	0
0	0	0	56.174	0	-15.068
-42	0	0	21.061	0	-450
0	0	0	19.758	0	-1.777
0	0	0	1.124	0	1
0	0	0	86.879	0	-8.000
0	0	0	2.697	0	-47
0	0	0	875	0	0
0	0	0	131.138	0	-47.648
0	0	0	53.832	0	-23.904
0	0	0	78.096	0	-17.652

				Resultado de Intermediação Financeira (c) = (a) + (b)
Despesas de Operações de Arrendamento Mercantil (b3)	Resultado de Operações de Câmbio (b4)	Resultado de Provisão para Créditos de Difícil Liquidação (b5)	Despesas de Intermediação Financeira (b) = (b1) + (b2) + (b3) + (b4) + (b5)	
0	0	-316	-370	1.588
0	0	-3.612	-4.784	7.930
0	0	-656	-656	695
0	0	-788	-1.368	284
0	0	-378	-638	3.228
0	0	-87	-87	292
0	0	-9.325	-24.393	31.781
0	0	-8.356	-8.806	12.255
0	0	312	-1.465	18.293
0	0	361	360	1.484
0	0	-10.606	-18.606	68.273
0	0	-1.456	-1.503	1.194
0	0	-721	-721	154
0	0	-63.059	-110.707	20.430
0	0	-26.898	-50.802	3.030
0	0	-30.311	-47.963	30.133

ANEXO D.1 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 1º SEMESTRE DE 2018

Outras Receitas/Despesas Operacionais					
Rendas de Prestação de Serviços (d1)	Rendas de Tarifas Bancárias (d2)	Despesas de Pessoal (d3)	Despesas Administrativas (d4)	Despesas Tributárias (d5)	Resultado de Participações (d6)
0	0	-1.872	-868	-88	0
5.668	260	-8.932	-2.133	-1.071	0
2.586	0	-3.225	-825	-156	0
7.603	37	-6.111	-1.611	-779	0
64	196	-1.495	-1.980	-175	0
5	0	-2.329	-939	-18	0
0	1.028	-19.720	-5.268	-1.788	0
18.152	466	-15.900	-5.713	-933	0
6.637	0	-13.423	-3.806	-1.381	0
0	49	-1.206	-1.154	-61	0
1.340	813	-14.124	-10.291	-3.802	0
1.512	334	-3.232	-2.062	-408	0
13	6	-783	-387	-42	0
5.420	647	-16.146	-9.084	-3.350	0
14.969	0	-22.369	-7.072	-2.796	0
2.883	2.627	-18.131	-8.437	-3.039	0

ANEXO D.1 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 1º SEMESTRE DE 2018

			Resultado Operacional (e) = (c) + (d)	Resultado Não Operacional (f)	Resultado antes da Tributação, Lucro e Participação (g) = (e) + (f)
Outras Receitas Operacionais (d7)	Outras Despesas Operacionais (d8)	Outras Receitas/Despesas Operacionais (d) = (d1) + (d2) + (d3) + (d4) + (d5) + (d6) + (d7) + (d8)			
904	-63	-1.987	-399	0	-399
2.127	-133	-4.215	3.715	0	3.715
57	0	-1.563	-868	2	-866
3	-88	-945	-661	0	-661
0	0	-3.391	-163	30	-132
3	0	-3.279	-2.986	1.737	-1.249
1.298	-289	-24.739	7.042	845	7.887
133	-261	-4.057	8.198	2.037	10.236
30	-9	-11.952	6.341	1.999	8.339
0	-51	-2.423	-939	27	-912
6.314	-1.331	-21.081	47.192	0	47.192
4.595	-1.545	-805	389	696	1.085
11	-33	-1.216	-1.062	0	-1.062
12.916	-9.491	-19.088	1.342	176	1.518
1.631	-6.362	-22.000	-18.970	278	-18.692
101	-705	-24.701	5.431	-177	5.254

Imposto de Renda e Contribuição Social (h)	Participação nos Lucros (i)	Lucro Líquido (j) = (g) + (h) + (i)	Juros Sobre Capital Próprio (k)
0	0	-399	0
-1.895	0	1.820	0
0	0	-866	0
0	0	-661	0
0	0	-132	0
0	0	-1.249	0
0	0	7.887	0
-4.947	0	5.289	0
-2.986	0	5.353	0
0	0	-912	0
-2.203	0	44.988	-40.603
-10	0	1.075	0
0	0	-1.062	0
15.828	0	17.346	0
0	0	-18.692	-9.600
-3.937	-6	1.311	-1.245

ANEXO D.1 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 1º SEMESTRE DE 2019

1 de 6

Instituição financeira	Cidade	UF	Data	Resultado de Intermediação Financeira							
				Receitas de Intermediação Financeira							Despesas de Intermediação Financeira
				Rendas de Operações de Crédito (a1)	Rendas de Operações de Arrendamento Mercantil (a2)	Rendas de Operações com TVM (a3)	Rendas de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (a4)	Resultado de Operações de Câmbio (a5)	Rendas de Aplicações Compulsórias (a6)	Receitas de Intermediação Financeira (a) = (a1) + (a2) + (a3) + (a4) + (a5) + (a6)	Despesas de Captação (b1)
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A.	MACEIO	AL	jun/19	573	0	277	0	0	0	851	0
AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS S/A	GOIANIA	GO	jun/19	2.836	0	1.475	0	0	0	4.311	0
AGENCIA DE FOMENTO DO AMAPA S.A.	MACAPA	AP	jun/19	853	0	15	0	0	0	868	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S/A - DESENVOLVE MT	CUIABA	MT	jun/19	750	0	213	0	0	0	962	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A.	RECIFE	PE	jun/19	1.357	0	294	0	0	0	1.651	0
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	BOA VISTA	RR	jun/19	74	0	43	0	0	0	116	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.-BADESC	FLORIANOPOLIS	SC	jun/19	22.925	0	4.353	0	0	0	27.278	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM	MANAUS	AM	jun/19	920	0	7.716	-19	0	0	8.616	0
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.	RIO DE JANEIRO	RJ	jun/19	4.152	0	4.867	0	0	0	9.019	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.	PALMAS	TO	jun/19	493	0	82	0	0	0	575	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.	CURITIBA	PR	jun/19	34.783	0	14.083	0	0	0	48.866	0
AGENCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.	NATAL	RN	jun/19	745	0	445	0	0	0	1.190	0
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. PIAUÍ FOMENTO	TERESINA	PI	jun/19	294	0	80	0	0	0	374	0
BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	PORTO ALEGRE	RS	jun/19	72.826	0	9.218	0	0	0	82.044	0

ANEXO D.1 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 1º SEMESTRE DE 2019

DESENBÁHIA - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.	SALVADOR	BA	jun/19	18.133	0	6.941	0	0	0	25.074	0
DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.	SÃO PAULO	SP	jun/19	29.674	0	6.792	0	0	0	36.466	0

						Outras Receitas/Desp esas Operacionais								
					Resultado de Intermediaçã o Financeira (c) = (a) + (b)	Rendas de Prestação de Serviços (d1)	Rendas de Tarifas Bancárias (d2)	Despesas de Pessoal (d3)	Despesas Administrativ as (d4)	Despesas Tributárias (d5)	Resultado de Participações (d6)	Outras Receitas Operacionais (d7)	Outras Despesas Operacionais (d8)	
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses (b2)	Despesas de Operações de Arrendamento Mercantil (b3)	Resultado de Operações de Câmbio (b4)	Resultado de Provisão para Créditos de Difícil Liquidação (b5)	Despesas de Intermediação Financeira (b) = (b1) + (b2) + (b3) + (b4) + (b5)										
-103	0	0	-641	-744	107	0	0	-842	-603	-40	0	424	-23	
-206	0	0	-1.162	-1.368	2.943	3.407	149	-5.291	-1.314	-598	0	1.629	0	
0	0	0	-758	-758	110	1.075	0	-1.446	-467	-83	0	15	0	
-253	0	0	-54	-307	655	3.510	35	-2.674	-657	-365	0	6	-42	
-84	0	0	405	321	1.971	23	28	-867	-1.092	-78	0	0	0	
0	0	0	-89	-89	27	2	0	-1.137	-307	-6	0	1	-1	
-4.921	0	0	-815	-5.736	21.542	0	860	-9.398	-2.057	-1.081	0	43	-51	
-259	0	0	-118	-378	8.239	10.235	319	-8.812	-2.947	-531	0	30	-133	
-642	0	0	-1.603	-2.244	6.775	4.305	0	-7.321	-1.928	-697	0	0	-1	
0	0	0	-445	-445	131	0	19	-696	-369	-19	0	0	-121	
-4.052	0	0	-5.510	-9.562	39.304	331	518	-7.384	-9.270	-2.079	0	640	-549	
-11	0	0	-333	-344	846	1.049	112	-1.504	-1.144	-153	0	1.400	-405	
0	0	0	-107	-107	268	5	13	-430	-295	-17	0	9	-6	
-18.049	0	0	-37.747	-55.797	26.248	3.565	432	-10.269	-4.398	-1.791	0	5.383	-1.501	

ANEXO D.1 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 1º SEMESTRE DE 2019

-9.161	0	0	-433	-9.594	15.480	6.650	0	-12.456	-3.500	-1.398	0	3.289	-16.620
-9.890	0	0	-582	-10.471	25.995	2.548	2.014	-9.895	-5.180	-1.637	0	159	-54

	Resultado Operacional (e) = (c) + (d)	Resultado Não Operacional (f)	Resultado antes da Tributação, Lucro e Participação (g) = (e) + (f)	Imposto de Renda e Contribuição Social (h)	Participação nos Lucros (i)	Lucro Líquido (j) = (g) + (h) + (i)	Juros Sobre Capital Social de Cooperativas (k)
Outras Receitas/Despesas Operacionais (d) = (d1) + (d2) + (d3) + (d4) + (d5) + (d6) + (d7) + (d8)							
	-1.084	-978	0	-978	0	-978	0
	-2.018	925	-4	921	-320	601	0
	-907	-797	0	-797	0	-797	0
	-187	468	0	468	0	468	0
	-1.985	-14	3	-11	0	-11	0
	-1.448	-1.421	1.474	53	0	53	0
	-11.684	9.858	228	10.086	-3.541	6.545	0
	-1.839	6.399	-969	5.431	-2.663	2.768	0
	-5.641	1.134	0	1.134	-1.028	106	0
	-1.186	-1.055	0	-1.055	0	-1.055	0
	-17.793	21.511	0	21.511	-8.793	12.719	0
	-645	201	1	200	-85	115	0
	-721	-453	0	-453	0	-453	0
	-8.579	17.668	160	17.828	-7.113	10.715	0

-24.035	-8.554	176	-8.378	0	0	-8.378	0
-12.045	13.950	-300	13.650	-3.369	0	10.282	0

ANEXO D.2 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 2º SEMESTRE DE 2016

Instituição financeira	Cidade	UF	Data	Resultado de Intermediação Financeira						
				Receitas de Intermediação Financeira						
				Rendas de Operações de Crédito (a1)	Rendas de Operações de Arrendamento Mercantil (a2)	Rendas de Operações com TVM (a3)	Rendas de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (a4)	Resultado de Operações de Câmbio (a5)	Rendas de Aplicações Compulsórias (a6)	Receitas de Intermediação Financeira (a) = (a1) + (a2) + (a3) + (a4) + (a5) + (a6)
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A.	MACEIO	AL	dez/16	1.034	0	1.912	0	0	0	2.946
AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS S/A	GOIANIA	GO	dez/16	12.382	0	4.255	0	0	0	16.636
AGENCIA DE FOMENTO DO AMAPA S.A.	MACAPA	AP	dez/16	986	0	304	0	0	0	1.291
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S.A.	CUIABA	MT	dez/16	1.411	0	229	0	0	0	1.640
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A.	RECIFE	PE	dez/16	1.053	0	2.813	0	0	0	3.867
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	BOA VISTA	RR	dez/16	93	0	641	0	0	0	734
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.-BADESC	FLORIANOPOLIS	SC	dez/16	52.754	0	24.366	0	0	0	77.120
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM	MANAUS	AM	dez/16	4.726	0	14.979	-119	0	0	19.585
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.	RIO DE JANEIRO	RJ	dez/16	10.045	0	23.904	0	0	0	33.949
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.	PALMAS	TO	dez/16	1.807	0	584	0	0	0	2.391
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.	CURITIBA	PR	dez/16	69.435	0	43.363	0	0	0	112.797
AGENCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.	NATAL	RN	dez/16	1.203	0	2.345	0	0	0	3.548
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. PIAUÍ FOMENTO	TERESINA	PI	dez/16	935	0	334	0	0	0	1.270
BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	PORTO ALEGRE	RS	dez/16	203.444	0	40.091	0	0	0	243.535
DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.	SALVADOR	BA	dez/16	38.657	0	27.664	0	0	0	66.322
DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.	SAO PAULO	SP	dez/16	62.098	0	17.744	0	0	0	79.842

							Outras Receitas/Despesas Operacionais		
Despesas de Intermediação Financeira						Resultado de Intermediação Financeira (c) = (a) + (b)	Rendas de Prestação de Serviços (d1)	Rendas de Tarifas Bancárias (d2)	Despesas de Pessoal (d3)
Despesas de Captação (b1)	Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses (b2)	Despesas de Operações de Arrendamento Mercantil (b3)	Resultado de Operações de Câmbio (b4)	Resultado de Provisão para Créditos de Dificil Liquidação (b5)	Despesas de Intermediação Financeira (b) = (b1) + (b2) + (b3) + (b4) + (b5)				
0	-69	0	0	-598	-667	2.279	12	0	-1.737
0	-916	0	0	-2.336	-3.251	13.385	4.600	132	-8.591
0	0	0	0	-1.197	-1.197	93	2.137	0	-2.667
0	-228	0	0	-1.198	-1.427	214	6.198	0	-4.065
0	-196	0	0	-2.401	-2.597	1.269	66	46	-1.575
0	0	0	0	-239	-239	495	12	0	-2.070
0	-16.337	0	0	-36.063	-52.400	24.720	0	2.261	-31.447
0	-1.197	0	0	-2.881	-4.078	15.507	15.914	486	-15.587
0	-2.732	0	0	-7.271	-10.003	23.946	7.492	0	-15.230
0	0	0	0	332	332	2.722	0	43	-1.474
0	-6.367	0	0	-9.545	-15.912	96.885	1.052	989	-15.403
0	-70	0	0	-624	-694	2.854	1.175	66	-2.901
0	0	0	0	-25	-25	1.245	10	59	-706
0	-64.718	0	0	-195.076	-259.793	-16.258	8.574	349	-20.667
0	-19.173	0	0	-8.755	-27.928	38.394	1.052	0	-30.663
0	-14.088	0	0	-17.368	-31.456	48.386	0	1.447	-18.778

ANEXO D.2 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 2º SEMESTRE DE 2016

						Resultado Operacional (e) = (c) + (d)
Despesas Administrativas (d4)	Despesas Tributárias (d5)	Resultado de Participações (d6)	Outras Receitas Operacionais (d7)	Outras Despesas Operacionais (d8)	Outras Receitas/Despesas Operacionais (d) = (d1) + (d2) + (d3) + (d4) + (d5) + (d6) + (d7) + (d8)	
-1.186	-144	0	1.424	-22	-1.652	627
-1.405	-1.144	0	4.238	-5	-2.175	11.210
-1.036	-141	0	2	1	-1.706	-1.613
-1.763	-678	0	455	-128	19	233
-2.224	-184	0	10	1	-3.861	-2.592
-1.195	-35	0	3	0	-3.285	-2.790
-7.097	-2.948	0	240	-2.321	-41.312	-16.592
-6.250	-925	0	21	-235	-6.575	8.932
-5.344	-1.959	0	18	-67	-15.088	8.857
-1.115	-110	0	0	-187	-2.843	-121
-21.853	-5.087	0	3.045	-1.255	-38.512	58.373
-1.597	-413	0	4.617	-1.814	-867	1.987
-497	-63	0	0	-8	-1.204	40
-8.265	-5.301	0	1.981	-5.853	-29.181	-45.439
-7.218	-4.030	0	20.250	-3.885	-24.493	13.901
-10.007	-3.280	0	4.954	-338	-26.001	22.385

ANEXO D.2 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 2º SEMESTRE DE 2016

Resultado Não Operacional (f)	Resultado antes da Tributação, Lucro e Participação (g) = (e) + (f)	Imposto de Renda e Contribuição Social (h)	Participação nos Lucros (i)	Lucro Líquido (j) = (g) + (h) + (i)	Juros Sobre Capital Próprio (k)
0	627	-533	0	94	0
-288	10.922	-3.180	0	7.741	-500
0	-1.613	0	0	-1.613	0
1	233	0	0	233	0
-10	-2.602	-12	0	-2.614	0
2.813	23	-202	0	-179	0
1.169	-15.423	-2.303	0	-17.726	0
-28.826	-19.894	-5.441	0	-25.335	0
9	8.866	-3.186	-482	5.198	-9.000
0	-121	0	0	-121	0
0	58.373	-5.962	-2.584	49.826	-48.204
-21	1.966	-1.247	0	719	0
0	40	-36	0	4	0
183	-45.256	146	0	-45.110	0
643	14.544	1.081	-2.229	13.396	-29.585
0	22.385	-5.673	-1.154	15.557	-10.061

ANEXO D.2 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 2º SEMESTRE DE 2017

1 de 6

Instituição financeira	Cidade	UF	Data	Resultado de Intermediação Financeira		
				Receitas de Intermediação Financeira		
				Rendas de Operações de Crédito (a1)	Rendas de Operações de Arrendamento Mercantil (a2)	Rendas de Operações com TVM (a3)
BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	PORTO ALEGRE	RS	dez/17	113.490	0	26.879
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.	CURITIBA	PR	dez/17	64.878	0	26.553
DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.	SAO PAULO	SP	dez/17	64.936	0	12.059
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC	FLORIANOPOLIS	SC	dez/17	59.509	0	15.245
DESENBABIA - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.	SALVADOR	BA	dez/17	45.275	0	15.170
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.	RIO DE JANEIRO	RJ	dez/17	11.345	0	14.541
AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS S/A	GOIANIA	GO	dez/17	9.125	0	5.000
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFFAM	MANAUS	AM	dez/17	1.582	0	12.197
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A.	RECIFE	PE	dez/17	3.684	0	1.457
AGENCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.	NATAL	RN	dez/17	1.494	0	1.361
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S/A - DESENVOLVE MT	CUIABA	MT	dez/17	2.216	0	501
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A.	MACEIO	AL	dez/17	1.395	0	1.185
AGENCIA DE FOMENTO DO AMAPA S.A.	MACAPA	AP	dez/17	1.450	0	185
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.	PALMAS	TO	dez/17	1.144	0	352
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. PIAUÍ FOMENTO	TERESINA	PI	dez/17	1.037	0	138
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	BOA VISTA	RR	dez/17	191	0	391

				Despesas de Intermediação Financeira
Rendas de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (a4)	Resultado de Operações de Câmbio (a5)	Rendas de Aplicações Compulsórias (a6)	Receitas de Intermediação Financeira (a) = (a1) + (a2) + (a3) + (a4) + (a5) + (a6)	Despesas de Captação (b1)
0	0	0	140.369	0
0	0	0	91.431	0
0	0	0	76.995	0
0	0	0	74.754	0
0	0	0	60.445	0
0	0	0	25.885	0
0	0	0	14.125	0
-45	0	0	13.733	0
0	0	0	5.141	0
0	0	0	2.855	0
0	0	0	2.717	0
0	0	0	2.580	0
0	0	0	1.635	0
0	0	0	1.496	0
0	0	0	1.175	0
0	0	0	582	0

ANEXO D.2 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 2º SEMESTRE DE 2017

Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses (b2)	Despesas de Operações de Arrendamento Mercantil (b3)	Resultado de Operações de Câmbio (b4)	Resultado de Provisão para Créditos de Dificil Liquidação (b5)	Despesas de Intermediação Financeira (b) = (b1) + (b2) + (b3) + (b4) + (b5)
-50.876	0	0	-35.373	-86.249
-7.142	0	0	-11.459	-18.601
-16.542	0	0	-16.654	-33.196
-14.291	0	0	-5.558	-19.850
-17.715	0	0	-13.467	-31.182
-2.042	0	0	984	-1.058
-1.150	0	0	-27	-1.177
-813	0	0	-22.418	-23.231
-282	0	0	-78	-360
-59	0	0	-1.602	-1.661
-506	0	0	-1.301	-1.808
-90	0	0	-1.229	-1.319
0	0	0	-547	-547
0	0	0	-324	-324
0	0	0	-792	-792
0	0	0	35	35

	Outras Receitas/Despesas Operacionais				
Resultado de Intermediação Financeira (c) = (a) + (b)	Rendas de Prestação de Serviços (d1)	Rendas de Tarifas Bancárias (d2)	Despesas de Pessoal (d3)	Despesas Administrativas (d4)	Despesas Tributárias (d5)
54.121	5.635	553	-17.132	-8.927	-3.642
72.831	486	943	-14.769	-10.187	-4.017
43.799	1.893	2.675	-18.009	-7.696	-2.760
54.904	0	946	-19.547	-6.906	-2.571
29.263	15.904	0	-24.627	-7.754	-3.686
24.827	7.165	0	-13.785	-5.068	-1.508
12.948	4.947	346	-9.262	-1.214	-1.252
-9.498	19.718	548	-16.446	-5.528	-1.008
4.781	75	100	-1.483	-2.148	-176
1.193	1.704	197	-3.180	-1.832	-378
909	8.858	53	-5.135	-2.264	-909
1.261	0	0	-1.868	-1.970	-116
1.088	4.546	0	-3.185	-966	-253
1.171	0	32	-1.221	-1.411	-73
383	13	5	-744	-371	-56
617	6	0	-2.661	-905	-26

ANEXO D.2 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 2º SEMESTRE DE 2017

				Resultado Operacional (e) = (c) + (d)	Resultado Não Operacional (f)
Resultado de Participações (d6)	Outras Receitas Operacionais (d7)	Outras Despesas Operacionais (d8)	Outras Receitas/Despesas Operacionais (d) = (d1) + (d2) + (d3) + (d4) + (d5) + (d6) + (d7) + (d8)		
0	33.406	-7.710	2.183	56.304	98
0	6.238	-1.143	-22.449	50.381	-5
0	193	-147	-23.850	19.949	116
0	322	-4.047	-31.804	23.100	3.653
0	6.632	-3.010	-16.542	12.721	6.231
0	1.880	-474	-11.790	13.037	15
0	3.821	-71	-2.684	10.264	0
0	83	-5.975	-8.608	-18.106	-374
0	0	0	-3.633	1.148	31
0	4.129	-638	1	1.194	-4
0	2	-3.329	-2.725	-1.816	0
0	2.016	-585	-2.523	-1.262	0
0	16	0	158	1.246	8
0	0	-143	-2.816	-1.645	28
0	0	-10	-1.163	-780	0
0	4	0	-3.583	-2.967	1.534

ANEXO D.2 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 2º SEMESTRE DE 2017

Resultado antes da Tributação, Lucro e Participação (g) = (e) + (f)	Imposto de Renda e Contribuição Social (h)	Participação nos Lucros (i)	Lucro Líquido (j) = (g) + (h) + (i)	Juros Sobre Capital Próprio (k)
56.402	-24.387	-2.121	29.893	0
50.377	-3.991	-2.569	43.817	-39.206
20.065	-3.183	-1.723	15.159	-13.566
26.753	-1.763	0	24.990	-19.045
18.952	-4.672	-1.416	12.864	-19.650
13.052	0	-432	12.620	-10.000
10.264	-3.965	0	6.298	-1.500
-18.480	-4.304	0	-22.784	0
1.179	0	0	1.179	0
1.190	-783	0	407	0
-1.816	0	0	-1.816	0
-1.262	0	0	-1.262	0
1.255	0	0	1.255	0
-1.617	0	0	-1.617	0
-780	0	0	-780	0
-1.433	0	0	-1.433	0

ANEXO D.2 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 2º SEMESTRE DE 2018

Instituição financeira	Cidade	UF	Data	Resultado de Intermediação Financeira			
				Receitas de Intermediação Financeira			
				Rendas de Operações de Crédito (a1)	Rendas de Operações de Arrendamento Mercantil (a2)	Rendas de Operações com TVM (a3)	Rendas de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (a4)
BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	PORTO ALEGRE	RS	dez/18	171.067	0	20.151	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.	CURITIBA	PR	dez/18	69.686	0	26.110	0
DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.	SAO PAULO	SP	dez/18	74.478	0	13.762	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.- BADESC	FLORIANOPOLIS	SC	dez/18	71.698	0	11.471	0
DESENBÁHIA - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.	SALVADOR	BA	dez/18	69.475	0	13.679	0
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.	RIO DE JANEIRO	RJ	dez/18	7.512	0	10.824	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AEFAM	MANAUS	AM	dez/18	2.073	0	13.849	-46
AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS S/A	GOIANIA	GO	dez/18	8.800	0	2.792	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A.	RECIFE	PE	dez/18	3.757	0	544	0
AGENCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.	NATAL	RN	dez/18	1.872	0	1.453	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A.	MACEIO	AL	dez/18	1.427	0	681	0
AGENCIA DE FOMENTO DO AMAPA S.A.	MACAPA	AP	dez/18	2.009	0	60	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S/A - DESENVOLVE.MT	CUIABA	MT	dez/18	1.278	0	329	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.	PALMAS	TO	dez/18	710	0	221	0
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. PIAUÍ FOMENTO	TERESINA	PI	dez/18	536	0	189	0
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	BOA VISTA	RR	dez/18	224	0	168	0

			Despesas de Intermediação Financeira			
Resultado de Operações de Câmbio (a5)	Rendas de Aplicações Compulsórias (a6)	Receitas de Intermediação Financeira (a) = (a1) + (a2) + (a3) + (a4) + (a5) + (a6)	Despesas de Captação (b1)	Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses (b2)	Despesas de Operações de Arrendamento Mercantil (b3)	Resultado de Operações de Câmbio (b4)
0	0	191.218	0	-41.444	0	0
0	0	95.795	0	-9.500	0	0
0	0	88.239	0	-20.885	0	0
0	0	83.169	0	-12.463	0	0
0	0	83.154	0	-25.721	0	0
0	0	18.336	0	-1.710	0	0
0	0	15.876	0	-519	0	0
0	0	11.592	0	-862	0	0
0	0	4.302	0	-194	0	0
0	0	3.325	0	-26	0	0
0	0	2.108	0	-70	0	0
0	0	2.069	0	0	0	0
0	0	1.607	0	-531	0	0
0	0	931	0	0	0	0
0	0	724	0	0	0	0
0	0	392	0	0	0	0

ANEXO D.2 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 2º SEMESTRE DE 2018

3de 5

			Outras Receitas/Despesas Operacionais				
		Resultado de Intermediação Financeira (c) = (a) + (b)	Rendas de Prestação de Serviços (d1)	Rendas de Tarifas Bancárias (d2)	Despesas de Pessoal (d3)	Despesas Administrativas (d4)	
Resultado de Provisão para Créditos de Dificil Liquidação (b5)	Despesas de Intermediação Financeira (b) = (b1) + (b2) + (b3) + (b4) + (b5)						
-118.708	-160.151	31.067	5.799	955	-17.447	-9.161	
-10.586	-20.085	75.710	445	890	-15.457	-14.844	
-33.671	-54.557	33.683	3.803	3.205	-18.858	-10.270	
-19.127	-31.590	51.578	0	1.386	-17.582	-5.536	
-6.572	-32.293	50.861	14.503	0	-25.583	-6.357	
-4.529	-6.239	12.097	6.584	0	-14.151	-4.259	
-33	-552	15.324	19.956	855	-18.593	-6.412	
-1.302	-2.164	9.428	6.198	370	-10.474	-363	
-898	-1.092	3.209	48	99	-1.465	-1.908	
-1.288	-1.314	2.011	1.565	76	-3.191	-1.867	
-546	-616	1.492	0	0	-1.859	-831	
-804	-804	1.264	2.406	0	-3.472	-840	
-2.933	-3.464	-1.858	8.083	5	-6.805	-2.011	
-172	-172	759	0	47	-1.460	-1.227	
-223	-223	501	13	5	-648	-457	
-92	-92	300	8	0	-2.464	-1.278	

ANEXO D.2 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 2º SEMESTRE DE 2018

					Resultado Operacional (e) = (c) + (d)	Resultado Não Operacional (f)
Despesas Tributárias (d5)	Resultado de Participações (d6)	Outras Receitas Operacionais (d7)	Outras Despesas Operacionais (d8)	Outras Receitas/Despesas Operacionais (d) = (d1) + (d2) + (d3) + (d4) + (d5) + (d6) + (d7) + (d8)		
-3.422	0	12.534	-10.652	-21.393	9.674	129
-3.985	0	973	-816	-32.794	42.916	0
-3.517	0	350	-135	-25.421	8.261	11
-2.054	0	443	-7.165	-30.509	21.070	515
-3.270	0	16.009	-18.395	-23.093	27.768	112
-1.230	0	170	-80	-12.964	-867	0
-1.057	0	77	-660	-5.835	9.489	-19.108
-1.315	0	3.771	0	-1.812	7.615	-119
-192	0	0	0	-3.418	-209	8
-405	0	4.274	-862	-408	1.602	20
-128	0	1.757	-85	-1.146	346	0
-187	0	15	-96	-2.175	-911	3
-825	0	0	-93	-1.646	-3.503	0
-53	0	1	-647	-3.340	-2.581	-391
-35	0	34	-9	-1.097	-596	0
-19	0	3	0	-3.750	-3.450	1.222

Resultado antes da Tributação, Lucro e Participação (g) = (e) + (f)	Imposto de Renda e Contribuição Social (h)	Participação nos Lucros (i)	Lucro Líquido (j) = (g) + (h) + (i)	Juros Sobre Capital Próprio (k)
9.804	-7.264	-2.364	176	0
42.916	-7.269	-2.693	32.954	-29.742
8.273	6.779	-1.626	13.425	-28.197
21.585	0	0	21.585	-14.736
27.880	-493	-1.276	26.111	-6.000
-867	0	-474	-1.341	-2.700
-9.619	-4.377	0	-13.996	0
7.496	-2.339	0	5.157	-1.820
-201	-50	0	-251	0
1.622	-680	0	942	0
346	0	0	346	0
-907	0	0	-907	0
-3.503	0	0	-3.503	0
-2.972	0	0	-2.972	0
-596	0	0	-596	0
-2.228	0	0	-2.228	0

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 2º SEMESTRE DE 2019

Instituição financeira	Cidade	UF	Data	Resultado de Intermediação Financeira			
				Receitas de Intermediação Financeira			
				Rendas de Operações de Crédito (a1)	Rendas de Operações de Arrendamento Mercantil (a2)	Rendas de Operações com TVM (a3)	Rendas de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (a4)
BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS	PORTO ALEGRE	RS	dez/19	127.588	0	17.058	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.	CURITIBA	PR	dez/19	69.233	0	25.502	0
DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.	SAO PAULO	SP	dez/19	60.647	0	15.003	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A.- BADESC	FLORIANOPOLIS	SC	dez/19	56.314	0	7.570	0
DESENBÁHIA - AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.	SALVADOR	BA	dez/19	36.776	0	12.352	0
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.	RIO DE JANEIRO	RJ	dez/19	8.992	0	8.344	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A. - AFEAM	MANAUS	AM	dez/19	2.142	0	13.695	-42
AGENCIA DE FOMENTO DE GOIAS S/A	GOIANIA	GO	dez/19	10.497	0	2.661	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A.	RECIFE	PE	dez/19	2.815	0	550	0
AGENCIA DE FOMENTO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A.	NATAL	RN	dez/19	1.668	0	1.060	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S/A - DESENVOLVE MT	CUIABA	MT	dez/19	1.400	0	379	0
AGENCIA DE FOMENTO DO AMAPA S.A.	MACAPA	AP	dez/19	1.692	0	28	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A.	PALMAS	TO	dez/19	1.078	0	156	0
AGÊNCIA DE FOMENTO E DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ S.A. PIAUÍ FOMENTO	TERESINA	PI	dez/19	599	0	134	0
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE RORAIMA S/A	BOA VISTA	RR	dez/19	166	0	84	0
AGÊNCIA DE FOMENTO DE ALAGOAS S.A.	MACEIO	AL	dez/19	0	0	0	0

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 2º SEMESTRE DE 2019

			Despesas de Intermediação Financeira		
Resultado de Operações de Câmbio (a5)	Rendas de Aplicações Compulsórias (a6)	Receitas de Intermediação Financeira (a) = (a1) + (a2) + (a3) + (a4) + (a5) + (a6)	Despesas de Captação (b1)	Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses (b2)	Despesas de Operações de Arrendamento Mercantil (b3)
0	0	144.646	0	-33.192	0
0	0	94.735	0	-8.012	0
0	0	75.650	0	-18.560	0
0	0	63.884	0	-9.352	0
0	0	49.128	0	-18.910	0
0	0	17.336	0	-1.193	0
0	0	15.795	0	-499	0
0	0	13.158	0	-535	0
0	0	3.365	0	-160	0
0	0	2.728	0	-21	0
0	0	1.778	0	-474	0
0	0	1.720	0	0	0
0	0	1.234	0	0	0
0	0	733	0	0	0
0	0	251	0	0	0
0	0	0	0	0	0

				Outras Receitas/Despesas Operacionais		
			Resultado de Intermediação Financeira (c) = (a) + (b)	Rendas de Prestação de Serviços (d1)	Rendas de Tarifas Bancárias (d2)	Despesas de Pessoal (d3)
Resultado de Operações de Câmbio (b4)	Resultado de Provisão para Créditos de Dificil Liquidação (b5)	Despesas de Intermediação Financeira (b) = (b1) + (b2) + (b3) + (b4) + (b5)				
0	-56.456	-89.648	54.998	5.675	730	-18.811
0	-11.697	-19.709	75.025	1.039	1.061	-15.666
0	-2.097	-20.657	54.993	7.597	4.123	-21.227
0	-7.634	-16.985	46.899	0	1.794	-20.066
0	43	-18.867	30.261	12.164	0	-25.180
0	-2.200	-3.393	13.942	8.048	0	-15.053
0	-168	-666	15.129	48.498	603	-17.987
0	-1.679	-2.214	10.944	7.729	327	-11.752
0	638	477	3.842	65	118	-1.803
0	-648	-669	2.059	1.636	258	-2.963
0	-380	-854	924	7.775	61	-5.486
0	-1.144	-1.144	576	2.149	0	-2.904
0	-337	-337	897	0	51	-1.385
0	-165	-165	568	10	31	-881
0	-130	-130	121	16	0	-2.288
0	0	0	0	0	0	0

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 2º SEMESTRE DE 2019

						Resultado Operacional (e) = (c) + (d)	Resultado Não Operacional (f)
Despesas Administrativas (d4)	Despesas Tributárias (d5)	Resultado de Participações (d6)	Outras Receitas Operacionais (d7)	Outras Despesas Operacionais (d8)	Outras Receitas/Despesas Operacionais (d) = (d1) + (d2) + (d3) + (d4) + (d5) + (d6) + (d7) + (d8)		
-8.646	-3.862	0	8.427	-9.210	-25.698	29.300	186
-16.892	-4.045	0	1.001	-471	-33.973	41.053	-4
-9.940	-3.597	0	284	-198	-22.957	32.035	-296
-4.045	-2.389	0	2.434	-1.369	-23.640	23.259	2.287
-7.186	-2.644	0	3.995	-5.462	-24.313	5.948	-62
-4.061	-1.317	0	674	-68	-11.778	2.165	0
-7.251	-2.390	0	133	-16.942	4.663	19.792	-3.803
-2.481	-1.311	0	3.843	-457	-4.102	6.842	-155
-2.249	-159	0	0	0	-4.029	-187	3
-2.353	-300	-9	3.036	-847	-1.544	515	-1
-1.321	-799	0	9	-89	149	1.073	0
-887	-162	0	37	0	-1.768	-1.192	1
-681	-41	0	1	-128	-2.184	-1.286	0
-601	-35	0	11	-15	-1.479	-912	0
-603	-13	0	3	-2	-2.889	-2.768	2.921
0	0	0	0	0	0	0	0

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) 2º SEMESTRE DE 2019

Resultado antes da Tributação, Lucro e Participação (g) = (e) + (f)	Imposto de Renda e Contribuição Social (h)	Participação nos Lucros (i)	Lucro Líquido (j) = (g) + (h) + (i)	Juros Sobre Capital Social de Cooperativas (k)
29.486	-22.969	-3.024	3.493	0
41.048	13.309	-762	53.596	0
31.739	-1.160	-1.938	28.642	0
25.546	0	0	25.546	0
5.886	0	-1.402	4.485	0
2.165	0	-490	1.675	0
15.989	-5.036	0	10.953	0
6.687	-374	0	6.313	0
-183	0	0	-183	0
513	-206	0	307	0
1.073	-337	0	736	0
-1.191	0	0	-1.191	0
-1.286	0	0	-1.286	0
-912	0	0	-912	0
153	0	0	153	0
0	0	0	0	0